



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**MACAPÁ**

**2016**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único Art. 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 146/2015 e da Portaria TCU nº. 321/2015 e Portaria CGU nº 522/2015

**MACAPÁ**

**2016**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

Reitora  
Eliane Superti

Vice-Reitora  
Adelma das Neves Nunes Barros

Pró-Reitora De Administração  
Wilma Gomes Silva Monteiro

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais  
Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias  
Rafael Pontes Lima

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas  
Dorivaldo Carvalho dos Santos

Pró-Reitor de Graduação  
Leila Rodrigues Feio

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação  
Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões

Pró-Reitor de Planejamento  
Allan Jasper Rocha Mendes

**MACAPÁ**

**2016**

**Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN (Equipe)**

Allan Jasper Rocha Mendes

Secretaria

Lorena Oliveira de Souza

Carina de Almeida Matos

Estagiária

Carla Daiane de Matos dos santos

**Departamento de Planejamento - DEPLAN**

Raimundo Gomes Barbosa

Eder Bart Souza da Cruz

Isaac Vieira dos Santos

**Departamento de Gestão Orçamentária - DGO**

Aldery da Silva Mendonça

Luciana Santos Ayres da Silva

Dandara Menezes de Oliveira

João Paulo Goes de Oliveira Torres

Jose Pery dos Anjos Lobato Junior

Luiz Carlos Silva de Araujo

Vagno Moura Gomes

Thiarlliane da Silva Souza

**Departamento de Avaliação Institucional - DEAVI**

Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos

Eliana da Silva Lopes

Eric Joel Ferreira do Amaral

Lidiane Furtado Ferreira Rodrigues

Paulo Guilherme Pinheiro dos Santos

Cláudia Cristina Brito Pessoa

**Elaboração do Relatório de Gestão:**

Raimundo Gomes Barbosa

Luciana Santos Ayres da Silva

Aldery da Silva Mendonça

Paulo Guilherme Pinheiro dos Santos

## LISTA DE ABREVIATURAS

ARTI	Alunos de Residência Médica em Tempo Integral
AEEA	Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura
AER	Assessoria Especial da Reitoria
AG	Alunos de Graduação
AGE	Alunos Equivalentes de Graduação
AGTI	Alunos de Graduação em Tempo Integral
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APG	Alunos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>
APGTI	Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral
AR	Alunos de Residência Médica
AUDINT	Auditoria Interna
BIC	Biblioteca Central
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CGU	Controladoria-Geral da União
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEG	Coordenadoria de Ensino de Graduação
CONDIR	Conselho Diretor
CONSU	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CsF	Ciência sem Fronteiras
DACE	Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis
DAP	Departamento de Administração de Pessoal
DBR	Declaração de Bens e Rendias
DCBS	Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde
DCEP	Divisão de Capacitação e Educação Profissional
DCET	Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
DDP	Departamento de Desenvolvimento de Pessoas
DE	Dedicação Exclusiva
DEaD	Departamento de Educação à Distância
DEd	Departamento de Educação
DEAVI	Departamento de Avaliação Institucional
DEFIN	Departamento Financeiro
DEPAG	Departamento de Administração Geral
DEPLAN	Departamento de Planejamento
DEPSEC	Departamento de Processos Seletivos e Concursos
DES	Departamento de Saúde
DEX	Departamento de Extensão
DFCH	Departamento de Filosofia e Ciências Humanas
DICON	Divisão de Contabilidade
DINT	Departamento de Interiorização
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DEPLA	Departamento de Letras e Artes

DMAD	Departamento Acadêmico de Meio Ambiente e Desenvolvimento
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DPG	Departamento de Pós-Graduação
DPq	Departamento de Pesquisa
DSP	Divisão de Serviço Psicossocial
EAD	Ensino à Distância
EDIT	Editora Universitária
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FUNPEA	Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias
GAB	Gabinete
GEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
GPE	Grau de Participação Estudantil
HU	Hospital Universitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
ISO	Organização Internacional para Padronização
IN	Instrução Normativa
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
OCI	Órgão de Controle Interno
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAID	Plano de Atividades Individuais Docente
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PPGBIO	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical
PPGMDR	Programa de Pós-Graduação/ Mestrado em Desenvolvimento Regional
PPGDAPP	Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde
PPGCF	Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROCRI	Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais
PROEAC	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROLIND	Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas

PROPESPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROVIC	Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RP	Restos a Pagar
SA	Solicitação de Auditoria
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SESu	Secretaria de Educação Superior
SETAP	Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Amapá
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIG	Sistemas Integrados de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos.
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SUS	Sistema Único de Saúde
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UMAP	Universidade da Maturidade
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIMULHER	Universidade da Mulher
UO	Unidade Orçamentária
UPV	Universidade Pré-Vestibular

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação da UNIFAP – Relatório de Gestão Individual	14
Quadro 2	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	19
Quadro 3	Macroprocessos finalísticos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	20
Quadro 4	Macroprocessos finalísticos da Pró-Reitoria de Graduação	21
Quadro 5	Macroprocessos finalísticos da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias	22
Quadro 6	Execução Física e Financeira das Ações Orçamentárias de 2015	25
Quadro 7	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa e Extensão	27
Quadro 8	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	30
Quadro 9	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	33
Quadro 10	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	35
Quadro 11	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	37
Quadro 12	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação básica	40
Quadro 13	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá	42
Quadro 14	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	43
Quadro 15	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	44
Quadro 16	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	45
Quadro 17	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	46
Quadro 18	Pagamento de Pessoal Ativo da União	47
Quadro 19	Pagamento de Aposentadorias e pensões – Servidores Civis	48
Quadro 20	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	49
Quadro 21	Auxílio natalidade e Funeral	50
Quadro 22	Contribuição à Associação nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior	51
Quadro 23	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	52
Quadro 24	Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	54
Quadro 25	Despesas por modalidade de contratação	56
Quadro 26	Despesas por grupo e elemento de despesas	58
Quadro 27	Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002	63
Quadro 28	Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002	68
Quadro 29	Avaliação dos elementos do sistema de controle interno	82
Quadro 30	Força de Trabalho da UNIFAP	89
Quadro 31	Distribuição da Lotação Efetiva	90
Quadro 32	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	90
Quadro 33	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	93
Quadro 34	Demonstrativo das despesas de pessoal	94
Quadro 35	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	97
Quadro 36	Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel Funcional	97
Quadro 37	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros	98
Quadro 38 A	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	98
Quadro 38 B	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	99



Quadro 38 C	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	99
Quadro 38 D	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	100
Quadro 38 E	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	100
Quadro 38 F	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	101
Quadro 39	Atividades do Comitê Gestor de TI e sua composição	102
Quadro 40	Relação dos principais sistemas	103
Quadro 41	Quantitativo de força de trabalho de TI	106
Quadro 42	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado	107
Quadro 43	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade	107
Quadro 44	Relação dos sistemas e a função	108
Quadro 45	Eventuais necessidades inclusas no PDTI 2016-2013	110
Quadro 46	Contratos na área de tecnologia da informação em 2015	112
Quadro 47	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	114
Quadro 48	Situações das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício (1)	116
Quadro 49	Situações das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício (2)	119
Quadro 50	Relatório de Cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno	120
Quadro 51	Situações das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimentos no exercício	122
Quadro 52	Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle	125
Quadro 53	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	127
Quadro 54	Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	132
Quadro 55	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	133
Quadro 56	Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	134
Quadro 57	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	136
Quadro 58	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário	138
Quadro 59	Despesas com publicidade	139

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Número de auxílio concedido por <i>campi</i>	16
Figura 2	Número de alunos em mobilidade acadêmica, no ano de 2015	17
Figura 3	Organograma	18
Figura 4	Mapa do PDI	23
Figura 5	Série histórica do indicador Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	69
Figura 6	Série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	70
Figura 7	Série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalente sem HU na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	71
Figura 8	Série histórica do indicador Funcionário / Professor Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	72
Figura 9	Série histórica do indicador Grau de Participação Estudantil (GPE) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	73
Figura 10	Série histórica do indicador Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	74
Figura 11	Série histórica do indicador Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	75
Figura 12	Série histórica do indicador Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	76
Figura 13	Série histórica do indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015	77
Figura 14	Desempenho da AUDINT no exercício de 2015	80
Figura 15	Número de processos administrativos e sindicância administrativa instaurados em 2015	82
Figura 16	Atendimento realizado na Ouvidoria nos anos de 2014-2015	83
Figura 17	Número de servidores por categoria	91

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE ABREVIATURAS

APRESENTAÇÃO

		13
<b>1</b>	<b>VISÃO GERAL DA UNIDADE</b>	14
1.1	Identificação da unidade jurisdicionada	14
1.2	Finalidade e Competências	14
1.3	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	15
1.4	Ambiente de atuação	15
1.5	Organograma	18
1.6	Macroprocessos finalísticos	20
<b>2</b>	<b>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL</b>	23
2.1	Planejamento organizacional	23
2.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	24
2.3	Desempenho Orçamentário	25
2.3.1	Execução física e financeira das ações	25
2.3.1.1	Ações OFSS	27
2.4	Desempenho operacional	59
2.4.1	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	59
2.4.1.1	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	59
2.4.2	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	77
<b>3</b>	<b>GOVERNANÇA</b>	78
3.1	Descrição das estruturas de governança	78
3.2	Atuação da unidade de auditoria interna	80
3.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	81
3.4	Gestão de riscos e controles internos	82
<b>4</b>	<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b>	83
4.1	Canais de acesso do cidadão	83
4.2	Carta de serviço ao cidadão	84
4.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários	84
4.4	Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	84
4.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	85
<b>5</b>	<b>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b>	87
5.1	Desempenho financeiro no exercício	87
5.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	87
5.3	Tratamento da depreciação da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	87
5.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	88
<b>6</b>	<b>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b>	89
6.1	Gestão de pessoas	89
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	89
6.1.2	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	92
6.1.3	Contratação de pessoal de apoio e estagiário	93

6.1.3.1	Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	93
6.1.3.2	Contratação de Estagiário	94
6.1.4	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	94
6.1.5	Demonstrativo das despesas com pessoal	94
6.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	96
6.2.1	Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	96
6.2.2	Gestão do patrimônio imobiliário	97
6.2.2.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso espacial	97
6.2.2.2	Imóveis de propriedade sob responsabilidade da UJ, exceto imóveis funcionais	97
6.2.3	Bens imóveis locados de terceiros	98
6.2.4	Cessão de espaço físico em imóveis da união	98
6.3	Gestão de tecnologia da informação	102
6.3.1	Descrição sucinta do Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.	102
6.3.2	Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição.	102
6.3.3	Descrição dos principais sistemas de informação da UNIFAP, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.	103
6.3.4	Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.	106
6.3.5	Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI	106
6.3.6	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implantados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.	107
6.3.7	Informações sobre sistemas computacionais que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da unidade	108
6.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	113
<b>7</b>	<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ORGÃOS DE CONTROLE</b>	114
7.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	114
7.2	Tratamento de determinações do Órgão de Controle Interno	120
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidades por dano ao erário	138
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da lei 8.666/1983	138
7.5	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	139
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	140
<b>9</b>	<b>ANEXOS</b>	141

## APRESENTAÇÃO

Atendendo às exigências legais e estatutárias, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) apresenta aos órgãos de controle e à sociedade os meios utilizados e os resultados da atuação institucional, através do Relatório de Gestão, que trata da Prestação de Contas do Exercício de 2015, em conformidade com o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988, bem como as normas do Tribunal de Contas da União (TCU), expressas nas Decisões Normativas (DN) nº 146 e 147; Portarias n.º 321 e 522/2015; Instrução Normativa (IN) n.º 63/2010 e 72/2013 e Resoluções 234/2010 e 244/2011.

O presente relatório encontra-se estruturado em seções com as informações pertinentes à **Apresentação, Visão geral da unidade, Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, Governança, Relacionamento com a sociedade, Desempenho financeiro e informações contábeis, Áreas especiais da gestão, Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e Anexos e apêndices**, contendo o detalhamento físico e financeiro das ações e programas de governo, constante do orçamento desta Instituição aprovado e executado em 2015.

# 1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

## 1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Educação (MEC)			<b>Código SIORG:</b> 1710
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Fundação Universidade Federal do Amapá			
<b>Denominação Abreviada:</b> UNIFAP			
<b>Código SIORG:</b> 1710	<b>Código LOA:</b> 26286	<b>Código SIAFI:</b> 154215	
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundação		<b>CNPJ:</b> 34.868.257/0001-81	
<b>Principal Atividade:</b> Ensino, Pesquisa e Extensão			<b>Código CNAE:</b> 8531700
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(96) 3312-1702	(96) 3312-1703	(96) 3312-1706
<b>Endereço Eletrônico:</b> esupert@unifap.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.unifap.br">http://www.unifap.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, Km 02 - s/n, Bairro Jardim Marco Zero - Macapá - AP, CEP 68.902-280			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986 e criada pelo Decreto nº 98.997, de 02 de março de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto: Portaria nº 1.053, de 12 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 14 de julho de 1999.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria Ministerial nº 868/90, de acordo com o Parecer nº 649/90-SESu, aprovado em 09.08.1990 e publicado na Documenta MRC nº 35.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
154215		15278	
<b>Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		

## 1.2 Finalidade e competência

A UNIFAP é uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União, criada pela Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instituída pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao MEC, tendo sede e foro na cidade de Macapá, capital do estado do Amapá. Possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. É uma instituição multicampi, distribuída da seguinte forma: Campus Marco Zero do Equador, na cidade de Macapá; Campus Santana, na cidade de mesmo nome; Campus Binacional, na cidade de Oiapoque; e Campus Mazagão.

Conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções:

- I - ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão;
- I - desenvolver as ciências, as letras e as artes;
- III - prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e
- IV- promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

### **1.3 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**

A Universidade possui em sua estrutura organizacional Órgãos Colegiados Superiores (Conselho Diretor - CONDIR e Conselho Universitário - CONSU); Órgãos Executivos Superiores (Reitoria e Pró-Reitorias); Órgãos de Assessoramento, Órgãos da Administração Geral e Órgãos Executivos de Administração Específica, conforme Regimento Geral aprovado pela Resolução nº 09/2002-CONSU/UNIFAP, em 29 de abril de 2002; através da Resolução nº 010/2010-CONSU/UNIFAP, de 25 de junho de 2010, que institui a Ouvidoria e pelas Resoluções: n.º 01/2013-CONDIR de 27 de março de 2013, que cria a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais (PROCRI); 05/2012, que cria o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); 07/2013, que cria o Departamento Acadêmico de Meio Ambiente e Desenvolvimento (DMAD); as Resoluções n.º 19/2006-CONSU, 09/2009-CONSU e 01/2013-CONSU que criam, respectivamente, os Campi de Santana, Mazagão e Binacional; e ainda a Resolução n.º 028/2015-CONSU de 28 de setembro de 2015, que dá nova redação ao artigo 11 do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Amapá.

### **1.4 Ambiente de atuação**

A UNIFAP está situada no município de Macapá, capital do estado do Amapá, no extremo norte do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse estado apresentou na estimativa de 2015, 766,679 habitantes, distribuídos em 16 (dezesseis) municípios.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2014, existem 16 instituições de ensino superior, sendo 03 públicas (a UNIFAP, o Instituto Federal e a Universidade Estadual) e 13 privadas, que juntas matricularam 39.937 alunos, sendo 10.364 na rede pública e 29.573 na rede particular, o que mostra o predomínio da rede particular sobre a pública.

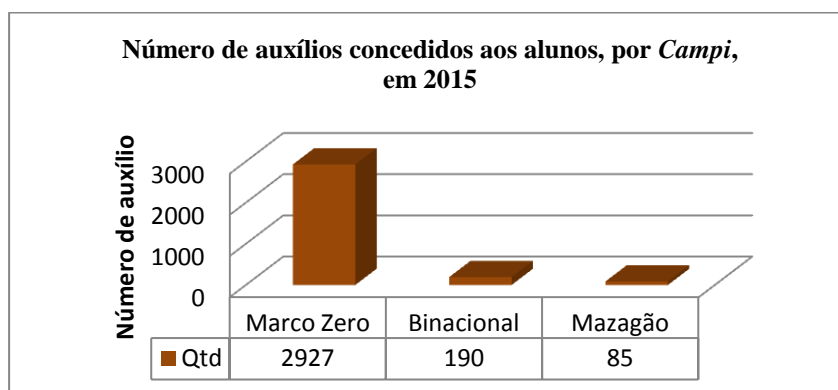
A Universidade, além do campus Marco Zero, mantém mais 03 campi no interior. Dentre estes: o maior deles, o Campus Binacional, em Oiapoque, o qual oferta 08 cursos de graduação com 779 alunos matriculados; Campus Santana, com 5 cursos e 441 alunos matriculados; e Campus Mazagão, com 01 curso e 131 alunos matriculados, perfazendo 6.565 alunos na Universidade.

No contexto geral, a UNIFAP oferta 54 cursos de graduação, sendo 52 presenciais, incluindo 8 (oito) cursos na modalidade do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) e 02 (dois) de Educação à Distância (EAD), nos quais em 2015, estavam matriculados 6.565 alunos, sendo 6.130 na modalidade presencial, 123 na EAD e 312 no PARFOR.

Na pós-graduação *stricto sensu*, em 2015 a UNIFAP ofertou 08 (oito) programas, sendo 03 (três) de doutorado e 5 (cinco) de mestrado acadêmico e 01 de mestrado profissional; enquanto que *lato sensu* foram 14 (quatorze) cursos de especialização, todos realizados no Campus Marco Zero.

No que tange à extensão, pode-se dizer que todos os municípios foram contemplados com pelo menos uma ação de extensão da Pró-reitoria por conta do projeto “Unifap Itinerante”, que estuda as potencialidades de cada município do estado do Amapá, conforme projeto publicado no sitio <http://unifapitinerante.wix.com/itinerante>. Além desse projeto de abrangência geográfica, outras ações de cunho social (alimentação, moradia, bolsa permanência, saúde, odontológico, mobilidade, inclusão digital, fotocopia e participação em eventos) foram concedidos 3.202 auxílios para os acadêmicos devidamente matriculados nos *campi* da universidade, conforme figura 1.

Figura 1 – Número de auxílios concedidos aos alunos, por *campi*, em 2015



Fonte: PROEAC

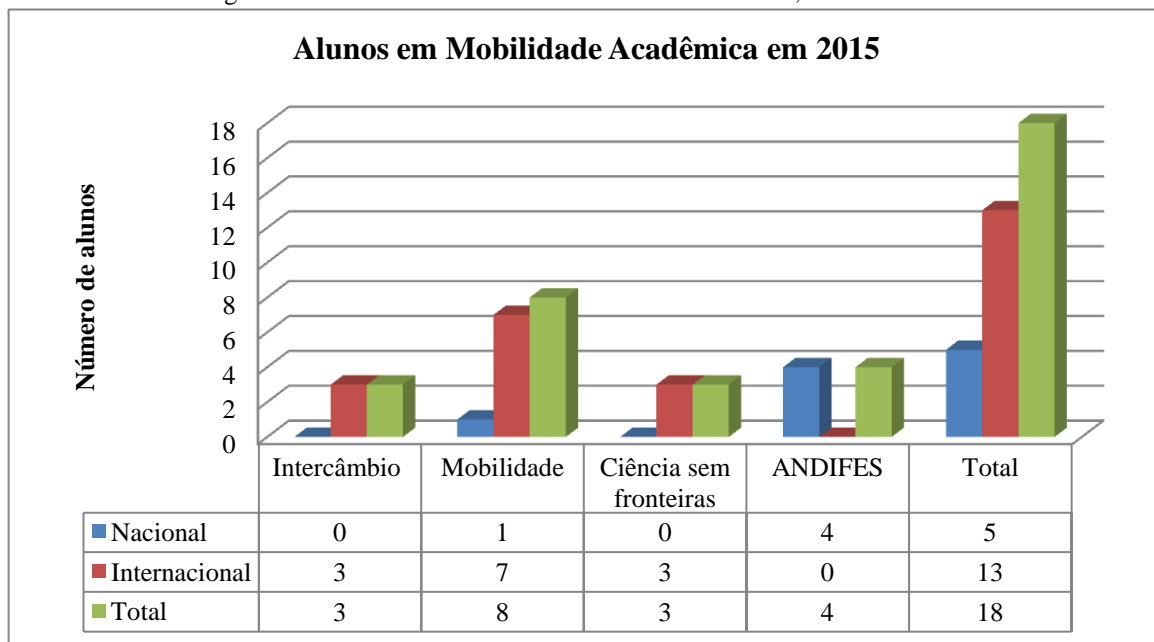
Quanto ao projeto de Internacionalização Universitária da UNIFAP, um conjunto de ações institucionais e acadêmicas contribuíram para o avanço e o fortalecimento das relações internacionais com o Platô das Guianas, região considerada estratégica para a UNIFAP e, portanto, foco de nossas ações, sobretudo no Platô das Guianas (com exceção da Venezuela): Guiana Francesa, na Guiana e no Suriname. Entre os Convênios de Cooperação internacional firmados (03 convênios), teve grande repercussão o Acordo assinado com a Monash University, por sua referência internacional nos cursos de pós-graduação. Destacam-se também as parcerias com as Embaixadas Brasileiras da Guiana em Georgetown e no Suriname em Paramaribo com ações nos Centros Culturais do Brasil nesses países.

Além das ações de cunho internacional, a PROCRI também buscou junto à iniciativa privada parcerias para a concessão de bolsas para mobilidade nacional e internacional (09 programas em parceria com o Santander). Foram também publicados 21 editais pela PROCRI voltados a promover intercâmbio com instituições nacionais e internacionais para professores e alunos, sendo contemplados 18 discentes no programa de mobilidade acadêmica, conforme figura 2. Vale ressaltar que a PROCRI vem operando no processo da construção de uma plataforma de programas com foco internacional, dentro da Política de Internacionalização Universitária, embora ela trate com igual importância as relações locais e nacionais, que



também tiveram alguns destaques, como a reunião com a Embrapa, Sebrae e empresas do setor petrolífero.

Figura 2 - Número de alunos em mobilidade acadêmica, no ano de 2015



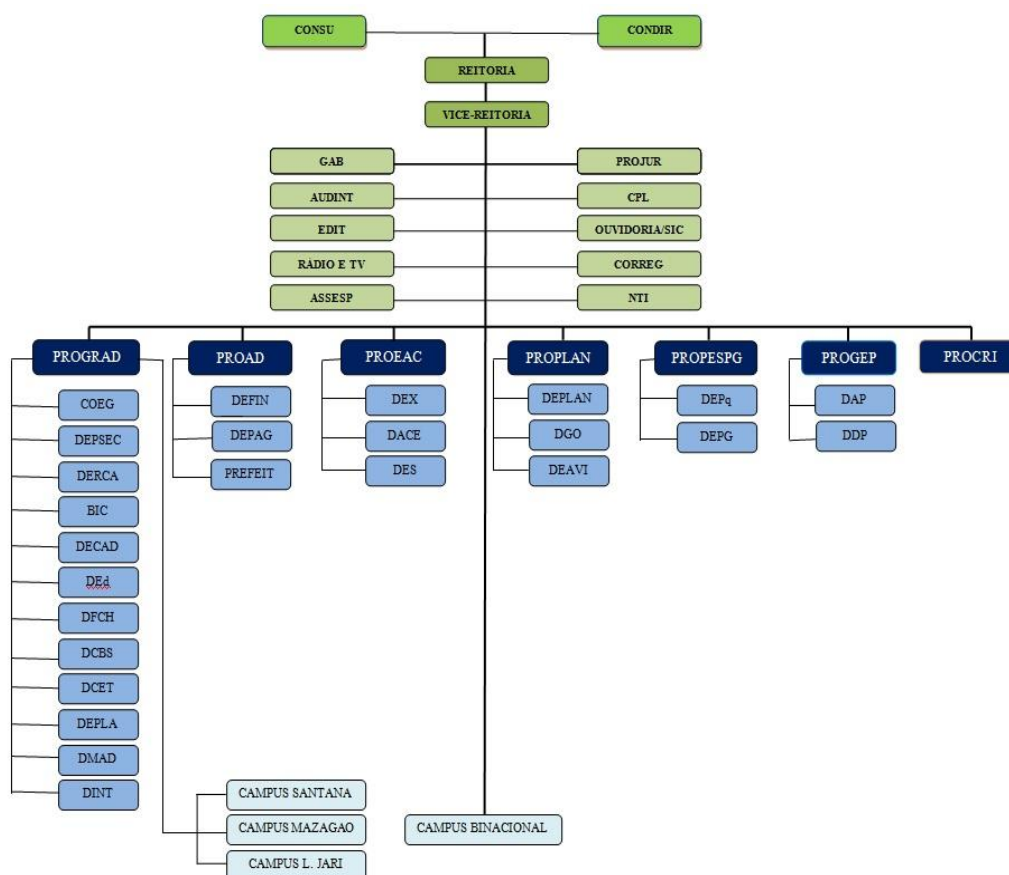
Fonte: PROCRI

## 1.5 Organograma

De acordo com o Estatuto e o Regimento Geral, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.unifap.br/public/>, a estrutura organizacional da Universidade apresenta os seguintes órgãos:

- Órgãos Colegiados Superiores (Conselho Diretor e Conselho Universitário);
- Órgãos Executivos Superiores (Reitoria e Pró-Reitorias);
- Órgãos de Assessoramento;
- Órgãos de Administração Geral; e
- Órgãos Executivos de Administração Específica.

Figura 3 - Organograma



Fonte: PROPLAN

Quadro 2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Definir a política de ensino de graduação da Universidade; apoiar e acompanhar o trabalho pedagógico dos cursos de graduação; elaborar e atualizar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação; coordenar os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanhar e avaliar permanentemente o ensino de graduação; elaborar plano e acompanhar estágio probatório dos docentes; realizar concurso para docentes e técnicos-administrativos; realizar processos seletivos.	Marcos Paulo Torres Pereira Leila Rodrigues Feio	Pró-Reitor(a)	01/01/2015 – 02/03/2015 02/03/2015 - 31/12/2015
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Apoiar e incentivar as atividades de pesquisa e pós-graduação; elaborar planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente; acompanhar as atividades pertinentes aos cursos de pós-graduação.	Helena Cristina Guimarães Q. Simões	Pró-Reitora	01/01/2015 – 31/12/2015
Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias	Coordenar e implementar a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; executar e acompanhar as atividades relacionadas à extensão e às ações comunitárias; implementar e acompanhar a política de auxílios concedidos aos discentes e docentes; gerenciar os usos dos espaços do Restaurante Universitário, Centro de Convivência e lazer e Anfiteatro da UNIFAP.	Rafael Pontes Lima	Pró-Reitor	01/01/2015 – 31/12/2015
Pró-Reitoria de Relações Interinstitucionais	Viabilizar a cooperação técnico-científica nacional e internacional; interagir entre a Universidade e as instituições de ensino, pesquisa e extensão; divulgar e informar para a comunidade acadêmica a realização de cursos, simpósios, congressos, seminários e outros eventos nacionais e internacionais; estimular a troca de experiências entre professores e alunos da UNIFAP com outros pares das universidades nacionais e internacionais; promover a integração internacional das ofertas de graduação, de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> , em todas as áreas do conhecimento; apoiar todos os professores/alunos provenientes de outros países que estejam estudando/trabalhando na UNIFAP; estabelecer o diálogo com instituições de natureza acadêmica.	Paulo Gustavo Pellegrino Correa	Pró-Reitor	01/01/2015 – 31/12/2015

## 1.6 Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG)

<b>Macroprocessos PROPESPG</b>				
Define a política de pesquisa e pós-graduação da UNIFAP; estimula atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional; busca convênios de captação de recursos com entidades nacionais e estrangeiras de fomento à pesquisa; propõe planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente e de atividades de investigação científica, com respectivo orçamento de custos; possibilita condições para a implantação de cursos de pós-graduação.				
<b>Processos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidades Responsáveis</b>
Docentes para qualificação	O docente formaliza pedido de autorização de afastamento ao Colegiado de Curso a que se encontra vinculado; Colegiado de Curso opina acerca do afastamento; A Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESPG) manifestam-se juntamente com a Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD); a PROGEP emite portaria de afastamento do docente; o Reitor homologa a portaria e oficializa o afastamento; o Departamento de Pós-Graduação (DPG) acompanha o processo de qualificação.	Afastamento de Docentes para Qualificação	Docentes da UNIFAP	PROPESPG/ DPG
Criação e acompanhamento de Programas de Pós-Graduação	O colegiado do curso proponente apresenta proposta do curso com a produção intelectual dos grupos de pesquisa e das linhas de pesquisa que darão suporte ao programa; o DPG emite parecer e encaminha à PROPESPG; apreciação da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, Conselho Superior da UNIFAP e posteriormente para avaliação e recomendação da CAPES.	Cursos <i>stricto sensu</i>	Sociedade	PROPESPG/ DPG
MINTER e DINTER	Para oferta de MINTER e DINTER, negociam as IFES promotora e receptora para a oferta do curso da sede da UNIFAP e estágio fora de sede em curto período.	Cursos <i>stricto sensu</i>	Servidores da UNIFAP	PROPESPG
Gestão de recursos PROAP CAPES	Após a CAPES informar o valor disponibilizado para cada Programa de Pós-Graduação referente aos recursos PROAP e PNPD (Programa Nacional de Pós-Doutorado), a PROPESPG encaminha à CAPES o Termo de Cooperação e o Plano de Trabalho Simplificado; a PROPESPG <i>informa</i> o valor destinado aos programas; cada Programa de Pós-Graduação faz sua previsão financeira e orçamentária. A utilização, pelos programas, do recurso dá-se através de memorandos encaminhados à PROPESPG a qual encaminha as mesmas à PROAD para ordenação das despesas. A prestação de contas dá-se através do Termo de Execução Descentralizado, preenchido pela PROPESPG e encaminhado à PROPLAN para inclusão no SIMEC.	Pagamentos de diárias e passagens, manutenção de equipamentos e aquisição de material de consumo; auxílio a estudante e auxílio pesquisador	Servidores da Instituição, colaboradores Eventuais e Discentes	PROPESPG /DPG
Ações de fomento à pesquisa	Edital destinado aos programas de iniciação científica; concessão de espaço, equipamentos e material de consumo para os grupos de pesquisa.	Grupos de pesquisa; projetos de pesquisa; Bolsas de IC.	Docentes e discentes	DPq

Fonte: PROPESG

Quadro 4 – Macroprocessos Finalísticos da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)

<b>Macroprocessos PROGRAD</b>				
Define a política de ensino de graduação da Universidade; coordena os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanha e avalia permanentemente o ensino de graduação na UNIFAP.				
<b>Processos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidades Responsáveis</b>
Concurso Público para Professor Efetivo, Temporário e Substituto	Abre processo; elabora edital; publica no site da Universidade e no Diário Oficial da União (DOU); procedimentos para as inscrições; publica relação dos isentos; divulga os locais e horários das provas; realiza as provas escrita, didática e de títulos; publica o resultado; recebimento dos recursos; responde e entrega os recursos; publica o resultado final e homologa o resultado; encaminha o resultado para contratação dos servidores.	Vagas/Candidatos	Candidatos habilitados	DEPSEC
Processo Seletivo Especial Vestibulinho	Abre processo; elabora edital; publica no site da Universidade e DOU; procedimentos para as inscrições; publica relação dos isentos; divulga o local e horários da prova; publica o resultado; recebimento dos recursos; responde e entrega os recursos; publica o resultado final e homologa o resultado; encaminha o resultado final para matrícula.	Vagas/Candidatos	Candidatos habilitados	DEPSEC
Monitoria	Elaboração e abertura de edital; seleção de alunos; publicação do resultado; Cadastramento e Termo de Compromisso dos aprovados; acompanhamento de frequência e solicitação de pagamento dos bolsistas.	Monitores	Alunos dos cursos de graduação	COEG
Matrícula de alunos de Processos Seletivos, alunos especiais e aluno por transferência <i>ex-offício</i> .	Cadastrar o candidato aprovado no processo seletivo no sistema acadêmico da Instituição; cadastrar aluno que solicita cursar disciplinas em cursos que possuem vagas; cadastrar no sistema acadêmico aluno servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício.	Aluno cadastrado no sistema. Apto para ter acesso ao restaurante, biblioteca, matrícula semestral em disciplinas e outros.	Candidato aprovado em processo seletivo; aluno que esteja cursando curso de nível superior em outra instituição de ensino; servidor público civil ou militar estudante.	DERCA

Fonte: PROGRAD

Quadro 5 – Macroprocessos Finalísticos da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC)

<b>Macroprocessos PROEAC</b>				
Define e coordena a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; faz executar e acompanhar as atividades relacionadas com a extensão e as ações comunitárias; regulamenta a utilização do anfiteatro da UNIFAP.				
<b>Processos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidades Responsáveis</b>
Assistência Estudantil e recursos do PNAES	Planejamento, sistematização e execução da política de Assistência Estudantil. Elaboração e execução de editais; gerenciamento da permanência dos beneficiários; levantamento de diagnóstico e acompanhamento do perfil do discente da graduação.	Concessão de bolsas/auxílios para os alunos selecionados	Alunos	DACE
Extensão Universitária	Planejamento, sistematização e execução da política de Extensão Universitária; elaboração e execução de editais; gerenciamento de bolsas; captação e gerenciamento de recursos externos (editais e emendas parlamentares); articulação com as unidades acadêmicas e instituições externas para induzir ações extensionistas.	Plano de extensão universitária; planos das atividades de extensão; projetos de extensão; relatórios parciais; relatórios finais.	Alunos e professores	DEX
Gestão da Unidade Básica de Saúde (UBS)	Planejamento, sistematização e execução dos serviços da UBS.	Atendimentos em geral, exames, consultas e vacinas.	Comunidade acadêmica em geral	PROEAC e UBS
Atendimento Psicossocial	Atendimento e acompanhamento por assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas dos alunos de graduação.	Atendimento por assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas.	Discentes de Graduação presencial	DPS
Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)	Planejamento, sistematização e atendimento dos serviços oferecidos pelo NAI.	Atendimentos dos alunos com necessidades educacionais especiais; Políticas de Acessibilidade e Inclusão.	Discentes de graduação	PROEAC e NAI

Fonte: PROEAC

## 2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

### 2.1 Planejamento Organizacional

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), projetado para o período compreendido entre 2015-2019, constitui-se no documento norteador e estratégico da Universidade, cuja construção baseou-se na aplicação da metodologia BSC (*Balanced Scorecard*), concebida pelos pesquisadores americanos Robert Kaplan e David Norton, que permite coordenar diferentes objetivos inseridos em quatro perspectivas (sociedade, processos internos, crescimento e aprendizagem e orçamento), conforme figura 4 – Modelo de Implementação dos Objetivos Estratégicos, e que atuam sob a lógica de causa e efeito de forma a possibilitar o desenvolvimento equitativo da Instituição, visando oferecer à população ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de contribuir com o avanço científico e tecnológico da região.

Figura 4 - Mapa do PDI



Fonte: PROPLAN

A construção do referido planejamento deu-se de forma participativa e com a formação de Grupos de Trabalhos (GTs) por eixos/dimensões para a discussão, análise de dados e documentos que serviram de base para gerarem as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos:

**Missão:** promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica.

**Visão:** Ser norteadora da construção de conhecimento, gestão e competências, fomentando o desenvolvimento regional.

**Valores:** Ética e Responsabilidade, Transparência e Prestação de Contas, Comprometimento e Participação, Inclusão e Equidade, e Eficiência e Sustentabilidade.

### **Objetivos Estratégicos:**

- Contribuir com o avanço científico e tecnológico na região;
- Formar cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável na região amazônica;
- Fomentar e valorizar a diversidade cultural;
- Criar e implementar políticas de inclusão;
- Avaliar e acompanhar o desenvolvimento institucional;
- Aprimorar o planejamento como instrumento de gestão;
- Aprimorar os processos gerenciais e operacionais;
- Promover a interação com a sociedade e instituições;
- Intensificar o acesso à tecnologia da informação;
- Intensificar a internacionalização;
- Implementar a política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional.
- Fortalecer o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e a extensão sob a perspectiva interdisciplinar;
- Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnico-administrativos);
- Assegurar os recursos orçamentários;
- Promover a modernização e ampliação de infraestrutura tecnológica.
- Reduzir os custos operacionais;
- Ampliar e adequar a estrutura administrativa;
- Fortalecer a política de valorização e bem-estar do servidor.

Pelos objetivos estratégicos, pode-se inferir a intenção da Universidade em melhorar a qualidade dos serviços e de expandir sua atuação na região. Para isso, em 2015 intensificaram-se as atividades administrativas e acadêmicas na perspectiva de executar as políticas de ensino, extensão, pesquisa e de gestão a partir dos programas de governo e ações orçamentárias aprovados no Orçamento Geral da União (OGU) destinado à Universidade. E, para traduzir os objetivos estratégicos em ações, a Pró-reitoria de Planejamento adotou a metodologia dos 5W2H como instrumento para sistematizar os planos táticos por parte das Pró-reitorias e os planos operacionais pelos departamentos nas perspectivas de alinhar os programas, projetos e ações aos objetivos institucionais, bem como promover a integração dos planos. Segundo tal metodologia, para se estabelecer as estratégias de ação é necessário que se responda as seguintes perguntas: What (o que será feito?); Why (por que será feito?); Where (onde será feito?); When (quando?); Who (por quem será feito?); How (como será feito?) e How Much (quanto vai custar?).

### **2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos**

Apesar de ainda não ter instrumentalizado um sistema próprio de acompanhamento e monitoramento da execução dos programas e projetos, a UNIFAP procede ao acompanhamento da execução das metas físicas e financeiras através do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), conforme quadro 6 Execução Física e Financeira das Ações Orçamentária de 2015. A Universidade, através da Pró-Reitoria de Planejamento está desenvolvendo o projeto intitulado “Procedimentos Operacionais Padrão (POP), que tem como objetivo implementar um novo modelo de gestão, focado em processos na perspectiva de aperfeiçoar cada vez mais o modelo gerencial, e assim contribuir para o alcance das metas; auxiliar nas tomadas de decisões e facilitar a comunicação entre as diversas áreas que compõem a Universidade.



## 2.3 Desempenho Orçamentário

### 2.3.1 Execução física e financeira das ações

Quadro 6 Execução Física e Financeira das Ações Orçamentárias de 2015

Ação (Cód/Desc)	Meta Prevista	Meta Executada	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Processados Inscritos	RP Não Processado Inscrito
2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES		686	1.487.693	1.633.693	1.627.693	1.627.454,68	1.627.454,68	0	238,32
00M1 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE		-	21.204	31.204	22.204	21.986,51	21.986,51	0	217,49
2010 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES		160	86.859	116.859	116.126,40	107.941,92	107.941,92	0	8.184,48
20RK - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	7.502	6.565	19.258.268	20.424.268	17.199.495,73	11.880.582,71	11.787.161,81	93.420,90	5.518.905,02
4002 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	1.820	2.962	5.091.351	5.091.351	3.655.087,36	1.697.152,92	1.649.696,92	47.456,00	1.957.934,44
8282 - REESTRUTURACAO E EXPANSAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	7	4	33.319.649	32.519.649	13.974.577,46	6.663.185,92	6.648.386,23	14.799,69	7.311.391,54
8282 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR		-	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
20TP - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO		1.018	69.246.696	79.671.781	78.117.985,97	78.015.161,41	78.015.161,41	0	102.824,56
20RJ - APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	8	2	3.085.683	3.085.683	1.499.216,05	169.071,75	169.071,75	0	1.330.144,30
00IE - CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES		-	30.000	30.000	28.710	28.710	28.710	0	0

8282 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0	0	1.000.000
0181 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	8	35	3.166.683	3.941.657	3.821.638,19	3.813.813,78	3.813.813,78	0	7.824,41
09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS		-	12.321.041	15.895.773	15.695.773	15.535.837,76	15.535.837,76	0	159.935,24
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	150	552	500.000	500.000	416.996,87	235.214,17	233.614,17	1.600,00	181.782,70
157B - IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	1	-	3.150.000	4.150.000	3.150.000	0	0	0	3.150.000,00
2011 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES		171	97.133	97.133	65.008,49	65.008,49	65.008,49	0	0
2012 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES		993	4.342.931	4.292.931	4.182.007,52	4.182.007,52	4.182.007,52	0	0
20GK - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	21	121	13.242.250	13.242.250	1.010.331,59	785.861,87	785.861,87	0	224.469,72
8282 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR		-	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0
8282 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	4	-	762.300	762.300	324.764,30	0	0	0	324.764,30
8282 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1	-	2.500.000	2.500.000	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>			<b>174.709.741</b>	<b>190.986.532</b>	<b>145.907.615,93</b>	<b>124.828.991,41</b>	<b>124.671.714,82</b>	<b>157.276,59</b>	<b>21.278.616,52</b>

### 2.3.1.1 Ações - OFSS

Quadro 7 – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação							
Código	12.364.2032. 20GK.0016					Tipo: Atividade	
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 364						
Programa	Educação Superior	Código: 2032	Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	13.242.250,00	13.242.250,00	1.010.331,59	785.861,87	785.861,87	1.104,50	224.469,72
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0016	Iniciativa apoiada			Unidade	21		121
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016	2.017.728,15	1.427.213,38	59.737,36	Iniciativa apoiada	Unidade		

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação inicial destinada para a ação 20GK foi de R\$ 13.242.250,00 (treze milhões duzentos e quarenta e dois mil duzentos e cinquenta reais). Desse valor, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) referem-se a emenda parlamentar, porém somente foi liberado de cota de limite orçamentário o valor de R\$ 324.775,00 (trezentos e vinte e quatro mil setecentos e setenta e cinco reais), o qual foi empenhado na sua totalidade, com a finalidade de atender aos seguintes projetos: Universidade da Mulher – Unimulher, Universidade da Maturidade – Umap, Paraolimpíadas e Libras. Tendo em vista que a liberação do limite orçamentário aconteceu em 10/11/2015, não houve liquidação e pagamento, sendo o valor total empenhado inscrito em Restos a Pagar Não Processados.

Para execução dos projetos de pesquisa e extensão, foi destinado para atender despesas de custeio o valor de R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais); foi empenhado o valor de R\$ 902.454,50 (novecentos e dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), que correspondem a aproximadamente 98% (noventa e oito por cento) da dotação destinada para os projetos de extensão universitária executados por esta IFES.

Foi liquidado e pago o valor de R\$ 785.861,87 (setecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Processados o valor de R\$ 1.104,50 (um mil cento e quatro reais e cinquenta centavos), e Não Processados R\$ 224.469,72 (duzentos e vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos).

As despesas com maior volume de gastos empenhados foram: Auxílio ao Pesquisador - R\$ 531.214,68 (quinhentos e trinta e um mil duzentos e duzentos e quatorze reais e sessenta e oito centavos); Auxílio Financeiro a Estudantes - R\$ 215.537,70 (duzentos e quinze mil quinhentos e trinta e sete reais e setenta centavos); Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 60.982,48 (sessenta mil novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos); Material de consumo - R\$ 44.891,95 (quarenta e quatro mil oitocentos e noventa e um e noventa e cinco centavos); Material para distribuição gratuita - R\$ 23.744,00 (vinte e três mil setecentos e quarenta e quatro reais); demais despesas - R\$ 20.623,69 (vinte mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos).

Para atender ao programa Inglês sem Fronteiras, foi destinado o valor de R\$ 47.250,00 (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta reais), sendo R\$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais) para despesas de custeio, e R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais) para despesas de capital.

Foi empenhado o valor de R\$ 31.348,80 (trinta e um mil trezentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 2.294,15 (dois mil duzentos e noventa e quatro reais e quinze centavos).

Para o programa Viver sem limite - Educação Bilíngue, foi destinado o valor de R\$ 2.075.000,00 (dois milhões e setenta e cinco mil reais), sendo R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para despesas de custeio, e, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para despesas de capital.

Foi empenhado o valor de R\$ 54.862,31 (cinquenta e quatro mil oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e um centavos), somente com despesas de custeio, o que representa 73% (setenta e três por cento), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 35.758,45 (trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), e, inscrito em Restos a Pagar Não Processados, o valor de R\$ 19.103,86 (dezenove mil cento e três reais e oitenta e seis centavos).

O valor destinado a despesa de capital do programa Educação Bilíngue não foi executado tendo em vista que não foi concluída a licitação que atenderia à finalidade pactuada.

Ainda dentro dessa ação foi destinado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para atender ao programa Mais Médicos, sendo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para despesas de custeio, e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para despesas de capital.

Foi empenhado o valor de R\$ 27.125,98 (vinte e sete mil cento e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 13.549,98 (treze mil quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos). Não houve execução para o crédito de capital tendo em vista que a cota de limite orçamentário liberada não atendeu a todas as demandas.

Na execução dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, foi reinscrito em primeiro de janeiro o valor de R\$ 2.017.728,15 (dois milhões dezessete mil setecentos e vinte e oito reais e quinze centavos). Desse valor, foi liquidado o valor de R\$ 1.427.213,38 (um milhão quatrocentos e vinte e sete mil duzentos e treze reais e trinta e oito centavos), e cancelado o valor de R\$ 59.737,36 (cinquenta e nove mil setecentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos), restando um saldo de R\$ 530.777,41 (quinhentos e trinta mil setecentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos).

A execução dos créditos de capital liberados para esta Ação foi visivelmente comprometida. Do montante de R\$ 2.166.200,00 (dois milhões cento e sessenta e seis mil e duzentos reais), somente foi empenhado o valor de R\$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais), que correspondem a cerca de 0,59% do crédito.

Ressaltamos que o que inviabilizou a execução desses créditos foi o contingenciamento feito pelo Ministério da Educação, que aplicou o corte de 50% (cinquenta por cento) para despesas com investimentos.

Esta ação previa 21 iniciativas apoiadas, no entanto, foram realizadas 121 ações voltadas à extensão. Esses projetos envolveram 231 professores, 132 alunos bolsistas e 171 alunos voluntários. No que tange ao Programa Mais Médicos, foram adquiridos materiais para dar suporte às atividades desenvolvidas no programa; quanto ao programa Viver Sem Limites - Educação Bilíngue, foram concedidas 30 bolsas por meio de edital.

Quadro 8 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação							
Código	2032.20RK.0016			Tipo: Atividade			
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da rede federal de educação superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando à qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, bem como a manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente. Código: 364						
Programa	Educação Superior: Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	19.258.268,00	20.424.268,00	17.199.495,73	11.880.582,71	11.787.161,81	93.539,67	5.518.905,02
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
0016	Estudante matriculado			Unidade	7.502		6.565
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016	5.702.224,58	4.226.823,83	89.366,74	Estudante matriculado	Unidade	3.283	

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação inicial destinada para esta ação foi de R\$ 19.258.268,00 (dezenove milhões duzentos e cinquenta e oito mil duzentos e sessenta e oito reais), sendo R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) de emendas parlamentares.

No decorrer do exercício houve suplementação no montante de R\$ 1.366.000,00 (um milhão trezentos e sessenta e seis mil reais), proveniente de crédito adicional por superávit financeiro, totalizando no valor de R\$ 20.424.268,00 (vinte milhões quatrocentos e vinte e quatro mil e duzentos e sessenta e oito reais). Vale ressaltar que não houve execução do crédito de superávit em virtude da não liberação da cota de limite orçamentário.

Desse montante, R\$ 14.873.548,00 (quatorze milhões oitocentos e setenta e três mil quinhentos e quarenta e oito reais) foram para atender às demandas de custeio, e R\$ 5.550.720,00 (cinco milhões quinhentos e cinquenta mil setecentos e vinte reais) para demandas de capital.

Na sua execução das despesas de custeio foi empenhado o valor de R\$ 14.461.962,10 (quatorze milhões quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e sessenta e dois reais e dez centavos), que correspondem a 97% (noventa e sete por cento) da dotação total, sendo liquidado o valor de R\$ 11.880.582,71 (onze milhões oitocentos e oitenta mil quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos), 82% (oitenta e dois por cento) da despesa empenhada.

Para despesas de capital o valor empenhado foi de R\$ 2.737.533,63 (dois milhões setecentos e trinta e sete mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos), que correspondem a 49% (quarenta e nove por cento) da dotação total. Ressaltamos que a execução foi frustrada tendo em vista o contingenciamento aplicado pelo Ministério da Educação neste grupo de despesa. Quanto à fase seguinte, foi liquidado e pago o valor de R\$ 601.677,98 (seiscentos e um mil seiscentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos).

Ressaltamos que os créditos orçamentários provenientes desta ação têm a finalidade de manter o funcionamento das IFES, em que são executadas as despesas fixas de custeio desta UJ, dentre as quais destacamos: Serviços de Vigilância – R\$ 3.791.056,66 (três milhões setecentos e noventa e um mil cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos); Serviços de Limpeza e Conservação Predial – R\$ 1.629.845,35 (um milhão seiscentos e vinte e nove mil oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos); Manutenção Predial - R\$ 944.843,64 (novecentos e quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos); Energia Elétrica – R\$ 945.443,84 (novecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos); Auxílio Financeiro a Estudantes - R\$ 972.496,55 (novecentos e setenta e dois mil quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos); Passagem Aérea – R\$ 688.557,21 (seiscentos e oitenta e oito mil quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos); Diárias Pessoal Civil – R\$ 453.885,82 (quatrocentos e cinquenta e três mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos); Combustível – R\$ 147.130,00 (cento e quarenta e sete mil cento e trinta reais); Material de consumo – R\$ 532.256,04 (quinhentos e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos); Obrigações Tributárias e Contributivas – R\$ 839.034,66 (oitocentos e trinta e nove mil trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos); Serviços de Seleção e Treinamento – R\$ 647.845,35 (seiscentos e quarenta e sete mil oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos); Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - R\$ 345.237,10 (trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e trinta e sete reais e dez centavos); Manutenção e Conservação de Veículos – R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais); Serviços de Água e Esgoto – R\$ 79.605,60 (setenta e nove mil seiscentos e cinco reais e sessenta centavos); Serviços de Telecomunicação – R\$ 64.242,81 (sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos); Serviços de Comunicação em Geral – R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais); Locação de Imóveis - R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais); Imprensa Nacional - R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais); Exercício anterior - R\$ 466.632,82 (quatrocentos e sessenta e seis mil seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos).

Na execução do crédito orçamentário de capital, destacamos as seguintes despesas com maior volume de crédito empenhado: Obras e Instalações - R\$ 1.718.344,69 (um milhão

setecentos e dezoito mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos); Equipamentos e Mobiliário em Geral – R\$ 736.138,94 (setecentos e trinta e seis mil cento e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos); Aquisição de Software – R\$ 282.282,00 (duzentos e oitenta e dois mil duzentos e oitenta e dois reais); Outras Despesas – R\$ 15.270,00 (quinze mil duzentos e setenta reais).

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, o saldo em 01/01/2015 foi de R\$ 5.702.224,58 (cinco milhões setecentos e dois mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos), sendo liquidado o valor de R\$ 4.226.823,83 (quatro milhões duzentos e vinte e seis mil oitocentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos); que correspondem a cerca de 74% (setenta e quatro por cento) do total inscrito. Do saldo restante de R\$ 1.475.400,75 (um milhão quatrocentos e setenta e cinco mil quatrocentos reais e setenta e cinco centavos), foi efetuado cancelamento no valor de R\$ 89.366,74 (oitenta e nove mil trezentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

Percebe-se que a execução orçamentária e financeira desta ação, no que diz respeito a despesas de custeio, foi desenvolvida dentro da normalidade, apesar dos contingenciamentos aplicados, porém quanto ao crédito de capital só foi possível executar cerca de 49% (quarenta e nove por cento) do orçamento, tendo em vista o corte de 50% (cinquenta por cento) aplicado.

A meta física prevista foi de 7.502 alunos. Segundo o Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), a UNIFAP matriculou em 2015, 6.565 alunos na graduação, sendo 6.130 na modalidade presencial, 123 na EAD e 312 no PARFOR. Na pós-graduação, o quantitativo de matriculados foi de 465, sendo 374 na especialização, 77 no mestrado e 14 no doutorado.



Quadro 9 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação							
Código	12.364.2032.4002			Tipo: Atividade			
Descrição	Assistência ao Estudante de Ensino Superior						
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Garantir apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou auxílio à alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribuam para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. Promover a permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior. Código: 364						
Programa	Educação Superior: Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	5.091.351,00	5.091.351,00	3.655.087,36	1.697.152,92	1.649.696,92	47.456,00	1.957.934,44
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0016	Benefício concedido		Unidade	1.820		2.962	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016	1.161.864,11	1.337.230,49	1.239,07	Benefício concedido	Unidade	935	

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

Esta ação orçamentária atende ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Viver Sem Limites - o Programa Incluir, e totalizou o valor de R\$ 5.091.351,00 (cinco milhões noventa e um mil trezentos e cinquenta e um reais), sendo empenhado o valor de R\$ 3.655.087,36 (três milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos). Foi liquidado o valor de R\$ 1.697.152,92 (um milhão seiscentos e noventa e sete mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos); Pago R\$ 1.649.696,92 (um milhão seiscentos e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), que corresponde a 45% (quarenta e cinco por cento) do valor empenhado.

Foram inscritos em Restos a Pagar Processados o valor de R\$ 47.456,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais), e Não Processados o valor de R\$ 1.957.934,44 (um milhão novecentos e cinquenta e sete mil novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), correspondendo a 56% (cinquenta e seis por cento) da dotação empenhada.

O crédito orçamentário destinado a atender ao PNAES totalizou o valor de R\$ 5.018.364,00 (cinco milhões dezoito mil trezentos e sessenta e quatro reais), sendo empenhado o valor de R\$ 3.623.026,47 (três milhões seiscentos e vinte e três mil vinte e seis reais e quarenta e sete centavos), que correspondem a 72% (setenta e dois por cento) da sua dotação. Foi liquidado o valor de R\$ 1.686.276,76 (um milhão seiscentos e oitenta e seis mil duzentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), e pago o valor de R\$ 1.638.820,76 (um milhão seiscentos e trinta e oito mil oitocentos e vinte reais e setenta e seis centavos).

As despesas com maior volume de crédito empenhado foram: Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 1.646.410,82 (um milhão seiscentos e quarenta e seis mil quatrocentos e dez reais e oitenta e dois centavos); Fornecimento de Alimentação (Restaurante Universitário) - R\$ 1.065.002,74 (um milhão sessenta e cinco mil, dois reais e setenta e quatro centavos); Serviços de recarga de vale transporte, em favor do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Amapá (SETAP) – R\$ 533.000,00 (quinhentos e trinta e três mil reais); Material de Consumo - R\$ 136.967,17 (cento e trinta e seis mil novecentos e sessenta e sete reais e dezessete centavos); Material para Distribuição Gratuita - R\$ 174.500,00 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos reais) e Material Permanente - R\$ 67.145,74 (sessenta e sete mil cento e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Para atender ao Programa Incluir, foi destinado o valor de R\$ 72.987,00 (setenta e dois mil novecentos e oitenta e sete reais), sendo o valor de R\$ 30.987,00 (trinta mil novecentos e oitenta e sete reais) para despesas de custeio, e, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para despesas de capital.

Foi empenhado o valor de R\$ 32.060,89 (trinta e dois mil sessenta reais e oitenta e nove centavos), atendendo às despesas com material de consumo e aquisição de software, correspondendo a 44% (quarenta e quatro por cento). Foi liquidado e pago o valor de R\$ 10.876,16 (dez mil oitocentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos), inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 21.184,73 (vinte e um mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos).

A execução orçamentária e financeira da dotação do PNAES ocorreu dentro das limitações orçamentárias, porém as demandas foram atendidas de forma satisfatória, levando em conta o período de greve de docentes e técnicos-administrativos, vivenciado por esta IFES no exercício de 2015.

Esta ação previa conceder 1.820 benefícios, no entanto foram concedidos 2.962 benefícios nos seguintes programas: auxílio moradia, auxílio alimentação integral, auxílio alimentação parcial, auxílio transporte, auxílio fotocópia, bolsa permanência, saúde, odontológico, mobilidade, fotocópia e participação em eventos.

Quadro 10 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

Identificação da Ação							
Código	12.128.2109.4572			Tipo: Atividade			
Descrição	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação						
Objetivo	Realizar ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Código: 128						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	500.000,00	500.000,00	416.996,87	235.214,17	233.614,17	1.600,00	181.782,79
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0016	Servidor capacitado		Unidade	150		552	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016	23.338,74	3.790,00	3.668,74	Servidor capacitado	Unidade		

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

Para atender à ação de capacitação de servidores, foi destinado o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo empenhado o valor de R\$ 416.996,87 (quatrocentos e dezesseis mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), que correspondem a 83% (oitenta e três por cento).

Na execução foi liquidado o valor de R\$ 235.214,17 (duzentos e trinta e cinco mil duzentos e quatorze reais e dezessete centavos), e pago o valor de R\$ 233.614,17 (duzentos e trinta e três mil seiscentos e quatorze reais e dezessete centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Processados o valor de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) e Não Processados o valor de R\$ 181.782,79 (cento e oitenta e um mil setecentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos).

O montante inscrito em Restos a Pagar corresponde a 44% (quarenta e quatro por cento) do valor empenhado, justifica-se principalmente, pelo período de greve vivenciado por esta UJ.

As despesas empenhadas que refletiram maior volume de gastos foram: Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 205.565,00 (duzentos e cinco mil quinhentos e sessenta e cinco reais); Gratificação de Encargo de Cursos e Concursos – R\$ 175.418,03 (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e dezoito reais e três centavos); Passagem aérea - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); demais despesas - R\$ 11.013,84 (onze mil treze reais e oitenta e quatro centavos).

Com relação aos Restos a Pagar Não Processados reinscritos em 01/01/2015, totalizou o valor de R\$ 23.338,74 (vinte e três mil trezentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos). No decorrer do exercício de 2015 foi liquidado o valor de R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais), e cancelado o valor de R\$ 3.668,74 (três mil seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

A execução orçamentária e financeira desta ação ocorreu de maneira satisfatória, atendendo às demandas com capacitação de servidores tanto interna, através de cursos realizados nesta UJ, como em eventos externos.

A meta física para a ação previa capacitar 150 servidores durante o exercício de 2015, no entanto foram capacitados 552 servidores (SIMEC), portanto, ultrapassando a meta prevista em 368%. Essa ampliação do número de participantes nos 33 (trinta e três) cursos disponibilizados na programação de capacitação deu-se pelo ingresso de novos servidores concursados na Instituição.

Quadro 11– Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação							
Código	12.364.2032.8282		Tipo: Atividade				
Descrição	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da rede federal de educação superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando à qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Garantir apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem ao aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e as necessidades de manutenção identificadas pelas IFES. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas. Código: 364						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7114	762.300,00	762.300,00	324.764,30	0	0	0	324.764,30
7126	2.500.000,00	2.500.000,00	0	0	0	0	0
7102	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0	0	0	1.000.000,00
0016	33.319.649,00	32.519.649,00	13.974.577,46	6.663.185,92	6.648.386,23	14.799,69	7.311.391,54
7166	1.000.000,00	1.000.000,00	0	0	0	0	0
0407	1.000.000,00	1.000.000,00	0	0	0	0	0
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
7114	Projeto viabilizado			Unidade	4		0
7126	Projeto viabilizado			Unidade	1		0
7102	Projeto viabilizado			Unidade	4		0
0016	Projeto viabilizado			Unidade	7		4
7166	Projeto viabilizado			Unidade	1		0
0407	Projeto viabilizado			Unidade	10		0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0096	734.011,21	0	734.011,21	Projeto viabilizado	Unidade	0	
0016	19.782.379,40	8.518.045,39	899.395,53	Projeto viabilizado	Unidade	1	

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação inicial desta ação foi de R\$ 39.581.949,00 (trinta e nove milhões quinhentos e oitenta e um mil novecentos e quarenta e nove reais), finalizando com o valor atualizado de

R\$ 38.781.949,00 (trinta e oito milhões setecentos e oitenta e um mil novecentos e quarenta e nove reais). Foi empenhado valor de R\$ 15.299.341,76 (quinze milhões duzentos e noventa e nove mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos), liquidado o valor de R\$ 6.663.185,92 (seis milhões seiscentos e sessenta e três mil cento e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos), Pago o valor de R\$ 6.649.386,13 (seis milhões seiscentos e quarenta e nove mil trezentos e oitenta e seis reais e treze centavos), sendo Inscrito em Restos a Pagar Processados o valor de R\$ 14.799,69 (quatorze mil setecentos e noventa e nove mil e sessenta e nove centavos), e Não Processados o valor de R\$ 8.636.158,84 (oito milhões seiscentos e trinta e seis mil cento e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Nesta ação, está contemplado o Programa Mais Médicos, com dotação no valor de R\$ 4.773.021,00 (quatro milhões setecentos e setenta e três mil vinte e um reais), para atender despesas de capital. Desse montante, foi empenhado o valor de R\$ 1.666.000,72 (um milhão seiscentos e sessenta e seis mil e setenta e dois centavos), sendo R\$ 409.028,44 (quatrocentos e nove mil vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos) para Obras e Instalações; e, R\$ 1.256.972,28 (um milhão duzentos e cinquenta e seis mil novecentos e setenta e dois reais e vinte e oito centavos) com aquisição de equipamentos e material permanente, correspondendo a 35% (trinta e cinco por cento) da dotação disponibilizada.

Também estão contemplado nesta ação créditos provenientes de emenda parlamentar no valor de R\$ 19.262.300,00 (dezenove milhões duzentos e sessenta e dois mil e trezentos reais), porém o valor do limite orçamentário liberado foi de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo empenhado na sua totalidade atendendo às seguintes despesas: R\$ 227.450,00 (duzentos e vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta reais) com complementação na aquisição de ônibus para o curso de Geografia, e R\$ 772.550,00 (setecentos e setenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais) para obra do Prédio do Campus Binacional.

Para matriz orçamentária, foi destinado o valor de R\$ 15.546.628,00 (quinze milhões quinhentos e quarenta e seis mil seiscentos e vinte e oito reais), sendo R\$ 4.281.949,00 (quatro milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e quarenta e nove reais) para demandas de custeio, e R\$ 11.264.679,00 (onze milhões duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais) para capital.

Durante a execução, foi empenhado o montante de R\$ 12.308.576,74 (doze milhões trezentos e oito mil quinhentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos), que representam 79% (setenta e nove por cento) da dotação destinada para a ação. Foi liquidado o valor de R\$ 5.962.884,44 (cinco milhões novecentos e sessenta e dois mil oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), pago o valor de R\$ 5.950.084,75 (cinco milhões novecentos e cinquenta mil oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), ficando inscrito em Restos a Pagar Processado o valor de R\$ 12.799,69 (doze mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos), e Não Processados o valor de R\$ 6.332.892,61 (seis milhões trezentos e trinta e dois mil oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos).

As despesas de custeio que refletiram maior volume de gastos foram: Serviços de Vigilância – R\$ 1.810.150,38 (um milhão oitocentos e dez mil cento e cinquenta reais e trinta e oito centavos); Serviços de Limpeza e Conservação Predial - R\$ 1.542.135,91 (um milhão

quinhentos e quarenta e dois mil cento e trinta e cinco reais e noventa e um centavos); Material de Consumo – R\$ 250.117,04 (duzentos e cinquenta mil cento e dezessete reais e quatro centavos); Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 72.170,00 (setenta e dois mil cento e setenta reais); Seguro Acadêmico – R\$ 114.604,00 (cento e quatorze mil seiscentos e quatro reais); Auxílio Pesquisador – R\$ 46.460,90 (quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta reais e noventa centavos); Locação de Imóveis – R\$ 88.366,49 (oitenta e oito mil trezentos e sessenta e seis e quarenta e nove centavos); demais despesas – R\$ 2.151.179,59 (dois milhões cento e cinquenta e um mil cento e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 4.265.033,93 (quatro milhões duzentos e sessenta e cinco mil trinta e três reais e noventa e três centavos).

Quanto às despesas de Capital que refletiram maior volume de gastos foram: Equipamentos e Material Permanente – R\$ 4.121.998,91 (quatro milhões cento e vinte e um mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos); Obras e Andamento – R\$ 2.927.097,65 (dois milhões novecentos e vinte e sete mil, noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos); Instalações – R\$ 510.107,00 (quinhentos e dez mil cento e sete reais); Estudos e Projetos – R\$ 325.775,07 (trezentos e vinte e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais e sete centavos); Auxílio Financeiro a Pesquisador – R\$ 158.564,18 (cento e cinquenta e oito mil quinhentos e sessenta e quatro reais e dezoito centavos), totalizando o valor de R\$ 8.043.542,81 (oito milhões quarenta e três mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos).

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, o saldo em 01/01/2015 foi de R\$ 20.516.390,61 (vinte milhões quinhentos e dezesseis mil trezentos e noventa reais e sessenta e um centavos), sendo liquidado o valor de R\$ 8.518.045,39 (oito milhões quinhentos e dezoito mil quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos), e cancelado o valor de R\$ 1.633.406,74 (um milhão seiscentos e trinta e três mil quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), restando um saldo de R\$ 10.364.938,48 (dez milhões trezentos e sessenta e quatro mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos).

A execução orçamentária e financeira desta ação foi bastante comprometida, em virtude do contingenciamento de 50% (cinquenta por cento) aplicado para os créditos de capital. Desta forma, embora tenham sido concluídas as licitações, não foi possível empenhar algumas demandas existentes, que deverão ser absorvidas pelo exercício de 2016, por essa razão a meta física não foi atingida na sua totalidade.

Quadro 12 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Identificação da Ação							
Código	12.368.2030.20RJ			Tipo: Atividade			
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	Incentivar e promover a formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-brasileiras, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.						
Programa	Educação Básica		Código: 2030	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	3.085.683,00	3.085.683,00	1.499.216,05	169.071,75	169.071,75	0	1.330.144,30
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0016	Projeto apoiado		Unidade	8	6	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016	672.721,30	552.143,73	0	Projeto apoiado	Unidade	2	

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

Foi destinado para esta ação o montante de R\$ 3.085.683,00 (três milhões oitocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e oitenta e três reais), para atender demandas de custeio. No exercício de 2015, houve contingenciamento de R\$ 1.498.902,80 (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil novecentos e dois reais e oitenta centavos), cerca de 49% (quarenta e nove por cento) da dotação destinada e foi liberada para execução a cota de limite orçamentário no valor de R\$ 1.586.780,20 (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e oitenta reais



e vinte centavos), com a finalidade de atender aos seguintes projetos/programas: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) – R\$ 227.775,00 (duzentos e vinte e sete mil setecentos e setenta e cinco reais); Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) – R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais); Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) – R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais); Produção de Material Didático e Formação de Mediadores de Leitura para Educação de Jovens – R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais); Pacto Nacional do Ensino Médio – R\$ 163.375,20 (cento e sessenta e três mil trezentos e setenta e cinco reais e vinte centavos); Gênero e Diversidade na Escola – R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais); UNIAFRO – Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola – R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais); Especialização em Educação Integral – R\$ 17.950,00 (dezessete mil novecentos e cinquenta reais).

Foi empenhado o valor de R\$ 1.499.216,05 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil duzentos e dezesseis reais e cinco centavos), que corresponde a 94% (noventa e quatro por cento) do limite liberado, sendo liquidado e pago o valor de R\$ 169.071,75 (cento e sessenta e nove mil setenta e um reais e setenta e cinco centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.330.144,30 (um milhão trezentos e trinta mil cento e quarenta e quatro reais e trinta centavos).

As despesas que refletiram maior volume de gasto foram: Serviços de Apoio ao Ensino, através da contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para atender à execução dos Projetos – R\$ 1.208.372,14 (um milhão duzentos e oito mil trezentos e setenta e dois reais e quatorze centavos); Cursos e Concursos – R\$ 100.000,00 (cem mil reais); Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 51.382,86 (cinquenta e um mil trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos); Serviços Gráficos – R\$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais); Passagem Aérea – R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Com relação aos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, o saldo inscrito, em 01/01/2015, totalizou o valor de R\$ 672.721,30 (seiscentos e setenta e dois mil setecentos e vinte e um reais e trinta centavos), do qual foi liquidado o valor de R\$ 522.143,73 (quinhentos e vinte e dois mil cento e quarenta e três reais e setenta e três centavos).

O contingenciamento aplicado nesta ação dificultou a execução dos créditos dentro do exercício, pois as liberações iniciaram somente no segundo semestre, o que pode ser observado na liquidação das despesas, pois somente 11% (onze por cento) do valor foi empenhado.

A meta física previa apoiar 08 (oito) projetos, no entanto foram realizados apenas 02 (dois), através da execução das atividades referentes aos cursos voltados aos Pactos pela Alfabetização na Idade Certa e Pacto Nacional do Ensino Médio. A execução parcial desta ação diz respeito ao contingenciamento e à morosidade na liberação dos recursos financeiros pelo MEC à Universidade.

Quadro 13 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá

Identificação da Ação							
Código	12.302.2032.157B.0016					Tipo: Projeto	
Descrição	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de residência em saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.						
Programa	Educação Superior	Código: 2032			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	3.150.000,00	4.150.000,00	3.150.000,00	0	0	0	3.150.000,00
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0016	Unidade com serviço implantado		%	1		0	

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação destinada para esta ação foi de R\$ 3.150.000,00 (três milhões cento e cinquenta mil reais), sendo suplementado através de crédito adicional o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), finalizando com o montante de R\$ 4.150.000,00 (quatro milhões cento e cinquenta mil reais).

Foi empenhado o valor de R\$ 3.150.000,00 (três milhões cento e cinquenta mil reais) atendendo à despesa com elaboração do projeto do Hospital Universitário. Não foi possível empenhar o valor restante, visto que não houve a liberação da cota de limite orçamentário referente à suplementação de crédito. O valor empenhado foi inscrito, na sua totalidade, em Restos a Pagar Não Processados, por isso a meta física não foi executada.

Quadro 14 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação							
Código	12.122.2109.09HB.0016			Tipo: Operações Especiais			
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>						
Unidade Orçamentária	26286			Código: 2109 Tipo:			
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	12.321.041,00	15.895.773,00	15.695.773,00	15.535.837,76	15.535.837,76	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação inicial desta ação foi de R\$ 12.321.041,00 (doze milhões trezentos e vinte e um mil quarenta e um reais), sendo suplementada no valor de R\$ 3.574.732,00 (três milhões quinhentos e setenta e quatro mil setecentos e trinta e dois reais), finalizando no valor de R\$ 15.895.773,00 (quinze milhões oitocentos e noventa e cinco mil setecentos e setenta e três reais).

Foi empenhado o valor de R\$ 15.695.773,00 (quinze milhões seiscentos e noventa e cinco mil setecentos e setenta e três reais), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 15.535.837,76 (quinze milhões quinhentos e trinta e cinco mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).

A ação 09HB tem a finalidade de custear o encargo patronal da folha de pessoal desta UJ, cuja execução ocorreu de acordo com a rotina e atendendo à legislação aplicada à previdência social. Ressaltando que em sendo do tipo Operações Especiais não resulta em produto, portanto, no orçamento não possui meta física definida.

Quadro 15 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Código	12.331.2109.2010.0016			Tipo: Atividade			
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109      Tipo:						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	86.859,00	116.859,00	116.126,40	107.941,92	107.941,92	0	0
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação inicial para atender às demandas desta ação foi de R\$ 86.859,00 (oitenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais), sendo suplementada ao logo do exercício e finalizando o valor de R\$ 116.859,00 (cento e dezesseis mil oitocentos e cinquenta e nove reais).

Foi empenhado o valor de R\$ 116.126,40 (cento e dezesseis mil cento e vinte e seis reais e quarenta centavos), liquidado e pago R\$ 107.941,92 (cento e sete mil novecentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos), com esses recursos foram concedidas 160 Assistências Pré-escolar.

Quadro 16 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Código	2109.2011.0016			Tipo: Atividade			
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Objetivo	Promover o pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio. Código: 331						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109      Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim    ( ) Não    Caso positivo: ( ) PAC    ( ) Brasil sem Miséria    ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	97.133,00	97.133,00	65.008,49	65.008,49	65.008,49	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação orçamentária foi de R\$ 97.133,00 (noventa e sete mil cento e trinta e três reais), sendo empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 65.008,49 (sessenta e cinco mil oito reais e quarenta e nove centavos), com esses recursos foram concedidos 171 Auxílios Transporte aos servidores.

Quadro 17 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Código	2109.2012.0016			Tipo: Atividade			
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório. Código: 306						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109      Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim    ( ) Não    Caso positivo: ( ) PAC    ( ) Brasil sem Miséria    ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	4.342.931,00	4.292.931,00	4.182.007,52	4.182.007,52	4.182.007,52	0	0
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		
0016	Pessoa beneficiada	Unidade					

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

Esta ação iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 4.342.931,00 (quatro milhões trezentos e quarenta e dois mil novecentos e trinta e um reais), no decorrer do exercício, e a partir das reestimativas propostas pela SPO/MEC, onde foi identificado que não seria necessária a utilização de todo o crédito liberado, o que foi confirmado por esta UJ, e posteriormente, a SPO/MEC efetuou o estorno de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Foi empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 4.182.007,52 (quatro milhões cento e oitenta e dois mil sete reais e cinquenta e dois centavos), com esses recursos foram atendidos 993 Auxílios-Alimentação a servidores.

Quadro 18 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação							
Código	<b>2109.20TP.0016</b>			Tipo: Atividade			
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109      Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim    ( ) Não    Caso positivo: ( ) PAC    ( ) Brasil sem Miséria    ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	69.246.696,00	79.671.781,00	78.117.985,97	78.015.161,41	78.015.161,41	0	0
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
0016	Pessoa beneficiada			Unidade			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016							

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação inicial desta ação foi de R\$ 69.246.696,00 (sessenta e nove milhões duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e seis reais), sendo suplementada no decorrer do exercício em R\$ 10.425.085,00 (dez milhões quatrocentos e vinte e cinco mil, oitenta e cinco reais), finalizando no valor de R\$ 79.671.781,00 (setenta e nove milhões seiscentos e setenta e um mil setecentos e oitenta e um reais).

Durante a execução foi empenhado o valor de R\$ 78.117.985,97 (setenta e oito milhões cento e dezessete mil novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 78.015.161,41 (setenta e oito milhões quinze mil cento e sessenta e um reais e quarenta e um centavos), que correspondem a 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) da dotação empenhada.

A execução ocorreu de acordo com a rotina de pagamento de pessoal, observada a legislação pertinente.

Quadro 19 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Identificação da Ação							
Código	0089.0181.0016			Tipo: Operações Especiais			
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Programa	<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>						
	Código: 0089			Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	3.166.683,00	3.941.657,00	3.821.638,19	3.813.813,78	3.813.813,78	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação inicial desta ação totalizou o valor de R\$ 3.166.683,00 (três milhões cento e sessenta e seis mil seiscientos e oitenta e três reais), sendo suplementada em R\$ 774.974,00 (setecentos e setenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais) finalizando no valor de R\$ 3.941.657,00 (três milhões novecentos e quarenta e um mil seiscientos e cinquenta e sete reais).

Foi empenhado o valor R\$ 3.821.638,19 (três milhões oitocentos e vinte e um mil seiscientos e trinta e oito reais e dezenove centavos), liquidado e pago o valor de R\$ 3.813.813,78 (três milhões oitocentos e treze mil oitocentos e treze reais e setenta e oito centavos), que correspondem a mais de 99% (noventa e nove por cento) da dotação empenhada.

A execução da ação 0181 ocorreu de acordo com as demandas desta UJ observada a legislação pertinente. Ressaltando que em sendo do tipo Operações Especiais não resulta em produto, portanto, no orçamento não possui meta física definida.



Quadro 20 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Identificação da Ação							
Código	2109.2004.0016			Tipo: Atividade			
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Objetivo	Conceder em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. Código: 301						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	1.487.693,00	1.633.693,00	1.627.693,00	1.627.454,68	1.627.454,68	0	238,32
Execução Física da Ação							
N.º do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0016	Pessoa beneficiada		Unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016	61.655,90	58,40	42.374,10				

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação orçamentária inicial desta ação foi de R\$ 1.487.693,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e sete mil seiscientos e noventa e três reais), sendo suplementado no valor de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), totalizando o valor de 1.633.693,00 (um milhão seiscientos e trinta e três mil seiscientos e noventa e três reais).

Foi empenhado o valor de R\$ 1.627.693,00 (um milhão seiscientos e vinte e sete mil seiscientos e noventa e três reais), liquidado e pago o valor de R\$ 1.627.454,68 (um milhão seiscientos e vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e quatro mil e sessenta e oito centavos).

Para as despesas com Exames Periódicos foi destinado o valor de R\$ 122.772,00 (cento e vinte e dois mil setecentos e setenta e dois reais), porém não houve execução do referido crédito, tendo em vista que o processo para contratação de empresa para prestação do serviço não ter sido concluído em tempo hábil.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, o saldo em 01/01/2015 foi de R\$ 61.655,90 (sessenta e um mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), sendo liquidado o valor de R\$ 58,40 (cinquenta e oito reais e quarenta centavos), e, cancelado o valor de R\$ 42.374,10 (quarenta e dois mil trezentos e setenta e quatro reais e dez centavos).

Quadro 21 - Auxílio Natalidade e Funeral

Identificação da Ação							
Código	2109.00M1.0016			Tipo: Operações Especiais			
Descrição	Auxílio Natalidade e Funeral						
Objetivo	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de auxílio natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho. Código: 306						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109      Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim    ( ) Não    Caso positivo: ( ) PAC    ( ) Brasil sem Miséria    ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	21.204,00	31.204,00	22.204,00	21.986,51	21.986,51	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A dotação inicial desta ação foi de R\$ 21.204,00 (vinte e um mil duzentos e quatro reais), sendo suplementada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), finalizando no valor de R\$ 31.204,00 (trinta e um mil duzentos e quatro reais).

Foi empenhado o valor R\$ 22.204,00 (vinte e dois mil duzentos e quatro reais), liquidado e pago o valor de R\$ 21.986,51 (vinte e um mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos), apenas com auxílio natalidade.

Quadro 22 – Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES

Identificação da Ação							
Código	<b>0910.00IE.0016</b>			Tipo: Operações Especiais			
Descrição	Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES						
Objetivo	Garantir a participação das Universidades na ANDIFES, representante oficial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES na interlocução com o Governo Federal, com as associações de professores, de técnicos-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. Contribuir financeiramente com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, para o intercâmbio de informações e políticas voltadas para a educação. Código: 252						
Programa	Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais Código: 0910 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26286						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N.º do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	30.000,00	30.000,00	28.710,00	28.710,00	28.710,00	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N.º do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016	0	0	0	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise crítica

Para esta ação, foi destinado o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 28.710,00 (vinte e oito mil setecentos e dez reais), garantindo a execução de 96% (noventa e seis por cento) dos créditos disponibilizados.

Quadro 23 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	08.945.482/0001-64	0,00	22.848,00	22.848,00	0,00
Fonte: Siafi Operacional					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	08.862.558/0001-60	0,00	57.642,00	57.642,00	0,00
Fonte: Siafi Operacional					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	09.193.807/0001-62	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00
Fonte: Siafi Operacional					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	13.820.361/000126	0,00	230.797,11	230.797,11	0,00
Fonte: Siafi Operacional					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	17.065.080/0001-66	0,00	111.450,30	111.450,30	0,00
Fonte: Siafi Operacional					

### Análise Situacional

No decorrer do exercício de 2015, foram efetuados reconhecimento de passivos que totalizaram o valor de R\$ 951.521,63 (novecentos e cinquenta e um mil quinhentos e vinte e um reais e sessenta e três centavos), sendo: R\$ 197.006,97 (cento e noventa e sete mil, seis reais e noventa e sete centavos) – na conta de Salários, Remunerações e Benefícios (folha de pessoal); R\$ 94.845,51 (noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) – Contas a Pagar de Credores Nacionais – Intra OFSS (Imprensa Nacional); e R\$ 659.669,15 (seiscentos e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) – Contas a Pagar de Credores Nacionais – OFSS.

Todos os reconhecimentos de passivos foram em decorrência da insuficiência de crédito orçamentário, em relação aos credores nacionais. Grande parte é referente à repactuação de contratos continuados e de despesas fixas.

Ressaltamos que essa situação era previsível, uma vez que a cada semestre efetuamos o levantamento das despesas fixas, a fim de, quando necessário, procedermos com os devidos reforços ou anulação para o encerramento do exercício, porém no final do exercício de 2014 houve uma frustração significativa com relação à liberação das cotas de limite orçamentário, impossibilitando a emissão dos empenhos e conseqüentemente a liquidação e o pagamento das despesas, evitando assim o reconhecimento de dívidas.

Sem dúvida que o valor comprometido com os reconhecimentos de passivos acaba por impactar o orçamento do exercício seguinte, considerando ainda o contingenciamento

aplicado pelo Ministério da Educação, e a atual situação econômica em que se encontra o País, a tendência, infelizmente, é que no exercício de 2016 tal situação venha a se repetir.

Quadro 24 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	30.357,85	30.357,85	0	0
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	14.578.324,85	10.216.712,11	651.053,59	3.710.559,15
2013	14.045.506,01	6.027.383,71	886.283,11	7.131.839,19
2012	3.998.932,98	934.350,07	836.421,37	2.228.161,54
2011	204.445,30	26.000,00	0	178.445,30

Fonte: Tesouro Gerencial

### **Análise Crítica**

Em relação à execução dos Restos a Pagar Processados referentes ao exercício de 2014, o saldo apresentado em 01/01/2015 totalizou o valor de R\$ 30.357,85 (trinta mil trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), sendo este valor pago na sua totalidade.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados:

Exercício de 2011: foi reinscrito o valor de R\$ 204.445,30 (duzentos e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), em 01/01/2015. No decorrer do exercício de 2015, foi pago o valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), finalizando com saldo de R\$ 178.445,30 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos).

Exercício de 2012: em 01/01/2015 totalizou o valor de R\$ 3.998.932,98 (três milhões novecentos e noventa e oito mil novecentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), foram efetuados pagamentos no total de R\$ 934.350,07 (novecentos e trinta e quatro mil trezentos e cinquenta reais e sete centavos), e cancelamentos no valor de R\$ 836.421,37 (oitocentos e trinta e seis mil quatrocentos e vinte e um reais e trinta e sete centavos), restando o saldo de R\$ 2.228.161,54 (dois milhões duzentos e vinte e oito mil cento e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

Exercício de 2013: em 01/01/2015 foi reinscrito o montante de R\$ 14.045.506,01 (quatorze milhões quarenta e cinco mil quinhentos e seis reais e um centavo). Durante a execução do exercício, foi pago o valor de R\$ 6.027.383,71 (seis milhões vinte e sete mil

trezentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos). Foi efetuado cancelamento no valor de R\$ 886.283,11 (oitocentos e oitenta e seis mil duzentos e oitenta e três reais e onze centavos), finalizando com saldo de R\$ 7.131.839,19 (sete milhões cento e trinta e um mil oitocentos e trinta e nove reais e dezenove centavos).

Exercício 2014: saldo reinscrito em 01/01/2015 foi de R\$ 14.578.324,85 (quatorze milhões quinhentos e setenta e oito mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos). No decorrer do exercício foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 10.216.712,11 (dez milhões duzentos e dezesseis mil setecentos e doze reais e onze centavos), efetuado cancelamento no valor de R\$ 651.053,59 (seiscentos e cinquenta e um mil cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos), finalizando em 31/12/2015 com saldo no valor de R\$ 3.710.559,15 (três milhões setecentos e dez mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos).

Em 01/01/2015, o saldo de Restos a Pagar Não Processados reinscritos totalizou o valor de R\$ 32.827.209,14 (trinta e dois milhões oitocentos e vinte e sete mil duzentos e nove reais e quatorze centavos).

No decorrer do exercício foram efetuados pagamentos que totalizaram o valor de R\$ 17.204.445,89 (dezessete milhões duzentos e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), que correspondem a 52% (cinquenta e dois por cento) do saldo inicial.

Foi autorizado cancelamento no valor de R\$ 2.373.758,07 (dois milhões trezentos e setenta e três mil setecentos e cinquenta e oito reais e sete centavos), finalizando o exercício com o saldo de R\$ 13.249.005,18 (treze milhões duzentos e quarenta e nove mil, cinco reais e dezoito centavos) para reinscrição, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do valor inicial.

Quadro 25 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Fundação Universidade Federal do Amapá		Código UO: 26286		UGO: 154215	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.954.295,91	9.369.346,44	8.922.606,81	9.369.346,44	
a) Convite	0	0	0	0	
b) Tomada de Preços	452.474,78	895.118,20	452.474,78	895.118,20	
c) Concorrência	52.129,15	365.208,51	52.129,15	365.208,51	
d) Pregão	8.449.691,98	192.574,69	8.418.002,88	192.574,69	
e) Concurso	0	0	0	0	
f) Consulta	0	0	0	0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0	
2. Contratações Diretas (h+i)	7.046.029,54	2.488.008,67	7.009.381,35	2.488.008,67	
h) Dispensa	5.160.930,61	1.538.649,63	5.158.752,81	1.538.649,63	
i) Inexigibilidade	1.885.098,93	949.359,04	1.850.628,54	949.359,04	
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0	
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	105.201.777,30	88.628.759,47	105.201.777,30	88.628.759,47	
k) Pagamento em Folha	104.593.954,30	87.791.560,64	104.593.954,30	87.791.560,64	
l) Diárias	607.823,00	837.198,83	607.823,00	837.198,83	
5. Outros	5.910.950,37	11.862.049,44	5.822.011,07	11.831.691,59	
6. Total (1+2+3+4+5)	127.113.053,12	112.348.164,02	126.955.776,53	112.317.806,17	

Fonte: Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A modalidade de licitação com maior volume de despesas liquidadas foi pregão eletrônico, cujo montante totalizou R\$ 8.449.691,98 (oito milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos), sendo que as despesas que refletiram maior volume foram: Serviços de Vigilância – R\$ 2.803.373,93 (dois milhões oitocentos e três mil trezentos e setenta e três reais e noventa e três centavos); Aquisição de veículos de tração mecânica – R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais); Equipamentos para Laboratórios – R\$ 988.779,45 (novecentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos); Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – R\$ 705.726,87 (setecentos e cinco mil setecentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos); Equipamentos e Material Permanente – R\$ 520.864,70 (quinhentos e vinte mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos); Material de Consumo – R\$ 343.240,64 (trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos); Material para Distribuição Gratuita – R\$ 201.495,00 (duzentos e um mil quatrocentos e noventa e cinco reais); Passagem Aérea – R\$ 440.200,48 (quatrocentos e quarenta mil duzentos reais e quarenta e oito centavos); Obras e Instalações – R\$ 369.643,77 (trezentos e sessenta e nove mil seiscentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos).



Nas contratações diretas, modalidade de dispensa de licitação, as despesas liquidadas totalizaram o valor de R\$ 5.160.930,61 (cinco milhões cento e sessenta mil novecentos e trinta reais e sessenta e um centavos). As despesas que refletiram maior volume foram: Serviços de Limpeza e Conservação Predial (Contrato Emergencial para atender ao Campus Marco Zero) – R\$ 2.579.661,10 (dois milhões quinhentos e setenta e nove mil seiscentos e sessenta e um reais e dez centavos); Consumo de Energia Elétrica – R\$ 913.184,09 (novecentos e treze mil cento e oitenta e quatro reais e nove centavos); Serviços de Vigilância (contrato emergencial) – R\$ 766.945,66 (setecentos e sessenta e seis mil novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos); Fornecimento de Alimentação (Contrato emergencial/Restaurante Universitário) – R\$ 377.328,70 (trezentos e setenta e sete mil trezentos e vinte e oito reais e setenta centavos); Reconhecimento de Dívida de Exercício Anterior – R\$ 145.648,01 (cento e quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta e oito reais e um centavo).

Ainda nas contratações diretas, na modalidade de inexigibilidade, a despesa liquidada totalizou o valor de R\$ 1.885.098,93 (um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil noventa e oito reais e noventa e três centavos).

Quadro 26 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Amapá					Código UO: 26286		UGO: 154215	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Salários	76.776.218,30	65.908.110,98	76.687.196,17	65.908.110,98	0	0	76.687.196,17	65.908.110,98
Encargo Patronal	15.695.773,00	12.953.209,68	15.535.837,76	12.953.209,68	0	0	15.535.837,76	12.953.209,68
Aposentadorias e Pensões	3.095.233,84	2.468.216,59	3.087.409,42	2.468.216,59	0	0	3.087.409,42	2.468.216,59
Demais elementos do grupo	2.068.172,02	1.462.023,39	2.054.369,59	1.462.023,39	0	0	2.054.369,59	1.462.023,39
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de mão de obra	8.828.188,30	5.588.397,05	6.477.328,43	4.396.726,21	1.191.670,84	1.191.670,84	6.478.545,13	4.396.726,21
Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	8.198.259,62	5.674.558,99	3.914.955,28	3.536.435,13	2.238.949,04	2.138.123,86	3.880.334,89	3.536.435,13
Auxílio Alimentação	4.179.142,20	3.816.753,83	4.179.142,20	3.816.753,83	0	0	4.179.142,20	3.816.753,83
Demais elementos do grupo	13.481.684,92	11.402.603,45	10.805.070,53	9.027.551,50	10.693.197,63	1.270.427,43	2.849.489,28	2.131.121,87
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Obras e Instalações	16.723.851,43	6.354.460,11	888.747,70	1.261.326,71	5.093.133,40	5.093.133,40	888.747,70	1.261.326,71
Material Permanente	6.625.895,87	3.458.726,36	3.317.470,70	955.921,05	2.933.950,56	2.502.805,31	3.315.470,17	955.921,05
Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	307.946,00	330.751,57	307.946,00	59.619,84	0	271.131,73	307.946,00	59.619,84
Demais elementos do grupo	158.564,18	0	158.564,18	0	0	0	158.564,18	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

## **2.4 Desempenho Operacional**

### **2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho**

A UNIFAP ainda não concluiu os indicadores de desempenho da área acadêmica e administrativa que expressem ou quantifiquem a economicidade dos recursos alocados, os serviços e bens produzidos, bem como a relação entre quantidade de produtos e os custos dos insumos aplicados nos serviços e/ou produtos oferecidos pela Instituição. Esse trabalho encontra-se em seleção de definição dos indicadores mais apropriados por grupo (Gestão, Extensão, Graduação, Infraestrutura, Inovação, Orçamento e Pesquisa) e no desenvolvimento das variáveis que compõem cada indicador.

#### **2.4.1.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União**

Desde o exercício de 2002 as IFES devem apresentar no seu respectivo relatório de gestão um conjunto de doze (12) Indicadores, doravante evocados de Indicadores Decisão TCU 408/2002, os quais dependem dos insumos denominados de Indicadores Primários. A seguir, são expostas duas subseções contendo as definições: a primeira com os Indicadores Primários e a segunda os Indicadores Decisão TCU 408/2002.

### **A. INDICADORES PRIMÁRIOS**

Os indicadores primários contemplam informações do exercício sobre: custo corrente, alunos, professores e funcionários. Em alguns casos os Indicadores Primários são divididos em com HU (Hospitais Universitários) e sem HU (Hospitais Universitários). Como a UNIFAP não possui HU serão desenvolvidos somente os casos onde os indicadores se enquadram como sem HU. A metodologia e as definições para o cálculo dos indicadores se encontram disponíveis no endereço eletrônico [http://www2.unifap.br/numeros/files/2015/10/BE\\_02\\_2016.pdf](http://www2.unifap.br/numeros/files/2015/10/BE_02_2016.pdf), conforme quadro 27 Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.

#### **A.1 CUSTO CORRENTE**

O indicador **Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)** é o resultado da seguinte Equação 1:

**Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários) =**

- (+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UG, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI n.º 3.3.0.0.0.00.00)
- (-) 100% das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade
- (-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI n.º 3.3.1.9.0.01.00) (1)
- (-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI n.º 3.3.1.9.0.03.00)
- (-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI n.º 3.3.1.9.0.91.00)
- (-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade
- (-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior – técnico-administrativo do órgão Universidade

$$\text{CustoCorrentesemHU} = 142.003.494,44 - 3.108.072,74 - 717.395,24 - 458.311,30 - 57.370,25 - 259.486,76 = 137.402.858,15$$

## A.2 NÚMERO DE ALUNOS

No exercício, a Instituição apresentou os seguintes quantitativos em relação aos alunos matriculados: 6.769 no primeiro semestre e 6.361 no segundo semestre, portanto, o total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG) é a média aritmética dos quantitativos semestrais, logo:  $AG = \frac{6769+6361}{2} = 6565,00$

O indicador **Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)** é calculado pela Equação 2:

$$AGTI = \sum \left[ (NDI * DPC)(1 + FR) + \left( \frac{NI - NDI}{4} \right) * DPC \right] \quad (2)$$

onde: NDI é o Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso, equivalendo ao número de alunos aptos a colar grau. Esse número é o total (1º e 2º semestres) do ano letivo correspondente ao exercício. Caso o dado do 2º semestre do ano em questão não esteja disponível, substituir pelo do 2º semestre do ano eletivo anterior; DPC é a Duração padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu; NI é o Número de alunos que ingressaram no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso, devendo ser considerados apenas os alunos que ingressaram, pela primeira vez, no curso superior considerado; FR é o valor calculado de acordo com metodologia da Secretaria de Educação Superior – SESu.

O indicador **Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)** é calculado pela Equação 3:

$$AGE = \sum \left[ (NDI * DPC)(1 + FR) + \left( \frac{NI - NDI}{4} \right) * DPC \right] * Pesodogrupo \quad (3)$$

onde: Peso do grupo: é o peso do grupo em que se insere o curso; e as demais variáveis são as mesmas da Equação 2.

O indicador **Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)** é calculado pela Equação 4:

$$APGTI = 2 * APG \quad (4)$$

onde: APG é o Total de alunos na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

Neste exercício, foram informados pela PROPESPG que um total de 261 alunos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) estavam matriculados nos programas da instituição, portanto,

$$APGTI = 2 * 261 = 522,00$$

O indicador **Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)** é calculado pela Equação 5:

$$ARTI = 2 * AR \quad (5)$$

onde: AR é o número de Alunos de residência médica.

Neste exercício, a Instituição contava com 27 alunos de residência médica, logo,

$$ARTI = 2 * 27 = 54,00$$

Os indicadores definidos anteriormente (AGTI, AGE, APTGI e ARTI) consolidam dois outros: Aluno Tempo Integral (ATI) e Aluno Equivalente (AE), os quais são, respectivamente, calculados pelas Equações 6 e 7, a seguir:

$$ATI = AGTI + APTGI + ARTI \quad (6)$$

onde: ATI é o Número de Alunos Tempo Integral; AGTI é o Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral; APTGI é o Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral; e ARTI é o Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral.

$$AE = AGE + APTGI + ARTI \quad (7)$$

onde: AE é o Aluno Equivalente; AGE é o Aluno Equivalente de Graduação; APTGI é o Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral; e ARTI é o Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral.

Desse modo, esses indicadores para este exercício resultaram em:

$$ATI = 5.862,03 + 522,00 + 54,00 = 6.438,03$$

$$AE = 8.870,52 + 522,00 + 54,00 = 9.446,52$$

### A.3 NÚMERO DE PROFESSORES EQUIVALENTES

O indicador **Número de Professores Equivalentes** é o resultado da seguinte Equação 8:

**Número de professores equivalentes =**

(+) professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e residência médica), inclusive ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados. (8)

(+) substitutos e visitantes

(-) professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

O cálculo deste indicador de acordo com os dados da Equação 6 resulta em:

$$\begin{aligned} \text{Número de Professores Equivalentes} &= 24,5 + 2 + 33 + 12 + 434 - 2,5 - 1 - 41 \\ &= 461,00 \end{aligned}$$

### A.4 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS EQUIVALENTES SEM HU

O indicador **Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)** é o resultado da Equação 9:

**Número de funcionários equivalentes sem HU (hospitais universitários) =**

(+) professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental

(+) servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles vinculados exclusivamente a hospitais universitários e maternidade

(+) contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc.), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal, excluídos postos de trabalho nos hospitais universitários e maternidade (9)

(-) funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

Conforme os dados da Tabela 6, o desenvolvimento da Equação 9 com o indicador Número de Funcionários Equivalentes sem HU fica em:

$$\begin{aligned} \text{Número de Funcionários Equivalentes sem HU} &= 0,5 + 3,75 + 427 + 212,3 - 3 \\ &= 640,55 \end{aligned}$$

Quadro 27 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	137.402.858,15	108.740.783,36	86.133.929,68	62.284.841,71	54.389.147,28
Número de Professores Equivalentes	461,00	401,00	398,00	274,00	254,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	640,55	564,25	404,50	310,00	296,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	6.565,00	5.166,00	4.558,50	4.380,00	4.335,00
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	261,00	176,00	228,00	241,00	190,00
Alunos de Residência Médica (AR)	27,00	28,00	43,00	...	...
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	8.870,52	3.419,77	3.843,12	3.620,09	3.579,06
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	5.862,03	2.549,40	2.870,81	2.816,83	2.779,94
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	522,00	352,00	456,00	482,00	380,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	54,00	56,00	86,00	...	...

**Notas:** NSA significa que o indicador não se aplica a instituição; ... significa que o dado numérico não está disponível.

## B. INDICADORES DECISÃO TCU 408/2002

Esta seção contém as definições dos Indicadores Decisão TCU 408/2002 e seus respectivos cálculos para o exercício em questão.

### B.1 CUSTO CORRENTE SEM HU / ALUNO EQUIVALENTE

O indicador **Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente** é o resultado da Equação 10:

$$\text{CustoCorrentesem HU/Aluno Equivalente} = \frac{\text{CustoCorrentesemHU}}{\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI}} \quad (10)$$

O desenvolvimento desse indicador para o exercício de 2015 foi:

$$\text{CustoCorrentesem HU/Aluno Equivalente} = \frac{137.402.858,15}{8.870,52 + 522,00 + 54,00} = 14.545,35$$

### B.2 ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE

O indicador **Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente** é o resultado da Equação 11:

$$\begin{aligned} \text{AlunoTempo Integral/Professor Equivalente} \\ = \frac{\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}}{\text{N}^\circ\text{deProfessoresEquivalentes}} \end{aligned} \quad (11)$$

O desenvolvimento desse indicador para o exercício de 2015 foi:

$$\text{AlunoTempo Integral/Professor Equivalente} = \frac{5.862,03 + 522,00 + 54,00}{461,00} = 13,97$$

### B.3 ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU

O indicador **Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU** é o resultado da Equação 12:



$$ATI/FuncEqui\ semHU = \frac{AGTI + APGTI + ARTI}{N^{\circ}deFuncionáriosEquivalentesemHU} \quad (12)$$

onde: FuncEqui sem HU é o Funcionário Equivalente sem HU; ATI é o Aluno Tempo Integral.

O desenvolvimento desse indicador para o exercício de 2015 foi:

$$\begin{aligned} AlunoTempo\ Integral/Funcionário\ EquivalentesemHU &= \frac{5.862,03 + 522,00 + 54,00}{640,55} \\ &= 10,05 \end{aligned}$$

#### B.4 FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU / PROFESSOR EQUIVALENTE

O indicador **Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente** é o resultado da seguinte Equação 13:

$$FuncEqui\ sem\ HU/ProfEqui = \frac{N^{\circ}deFuncionáriosEquivalentesemHU}{N^{\circ}deProfessoresEquivalentes} \quad (13)$$

onde: FuncEqui sem HU é o Funcionário Equivalente sem HU; ProfEqui é o Professor Equivalente.

O desenvolvimento desse indicador para o exercício de 2015 foi:

$$FuncionárioEquivalentesem\ HU/Professor\ Equivalente = \frac{640,55}{461,00} = 1,39$$

#### B.5 GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE)

O indicador **Grau de Participação Estudantil (GPE)** é o resultado da seguinte Equação 14:

$$GPE = \frac{AGTI}{AG} \quad (14)$$

onde: AGTI é o Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral; e AG é o total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação.

O desenvolvimento desse indicador para o exercício de 2015 foi:

$$GPE = \frac{5.862,03}{6.565,00} = 0,89$$

#### B.6 GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO (GEPG)

O indicador **Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)** é o resultado da Equação 15:

$$GEPG = \frac{APG}{AG + APG} \quad (15)$$

O desenvolvimento desse indicador para o exercício de 2015 foi:

$$GEPG = \frac{261,00}{6.565,00 + 261,00} = 0,04$$

#### B.7 CONCEITO CAPES/MEC PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

O indicador **Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação** é o resultado da Equação 16:

$$\begin{aligned} \text{Conceito CAPES/MEC} \\ = \frac{\sum \text{conceito de todos os programas de pós-graduação}}{\text{Número de programas de pós-graduação}} \end{aligned} \quad (16)$$

onde: Conceito CAPES/MEC é o conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação.

$$\text{Conceito CAPES/MEC} = \frac{4 + 3 + 4 + 3 + 2 + 3 + 5 + 4}{8} = 3,50$$

Observa-se que neste exercício (Tabela 7) a instituição contava com oito programas de pós-graduação, assim, mesmo o curso de Biodiversidade Tropical contendo dois níveis de treinamento, mestrado e doutorado, contribui apenas uma vez na construção desse indicador.

#### B.8 ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)

O indicador **Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)** é o resultado da Equação 17:

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G} \quad (17)$$

onde: D é o número de docentes doutores; M é o número de docentes mestres; E é o número de docentes especialistas; e G é o número de docentes graduados.

Nesse exercício de 2015, o cálculo do indicador é demonstrado como se segue:

$$IQCD = \frac{5 * 171 + 3 * (221 + 12) + 2 * (107 + 10) + 1 * 17}{171 + 221 + 12 + 107 + 10 + 17} = 3,36$$

#### B.9 TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG)

O indicador **Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)** é o resultado da seguinte Equação:

$$TSG = \frac{NDI}{NI} \quad (18)$$

onde: NDI é número de diplomados; NI é o número total de alunos ingressantes.

No exercício de 2015, a demonstração do indicador é:

$$TSG = \frac{915}{1335} = 0,69$$

A partir da elaboração do demonstrativo anterior com informações sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, a UJ elaborou o demonstrativo abaixo, Quadro 28, onde são apresentados os doze (12) indicadores fixados pela Decisão TCU n.º 408/2002 – Plenário e modificações.

Quadro 28 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002-Plenário

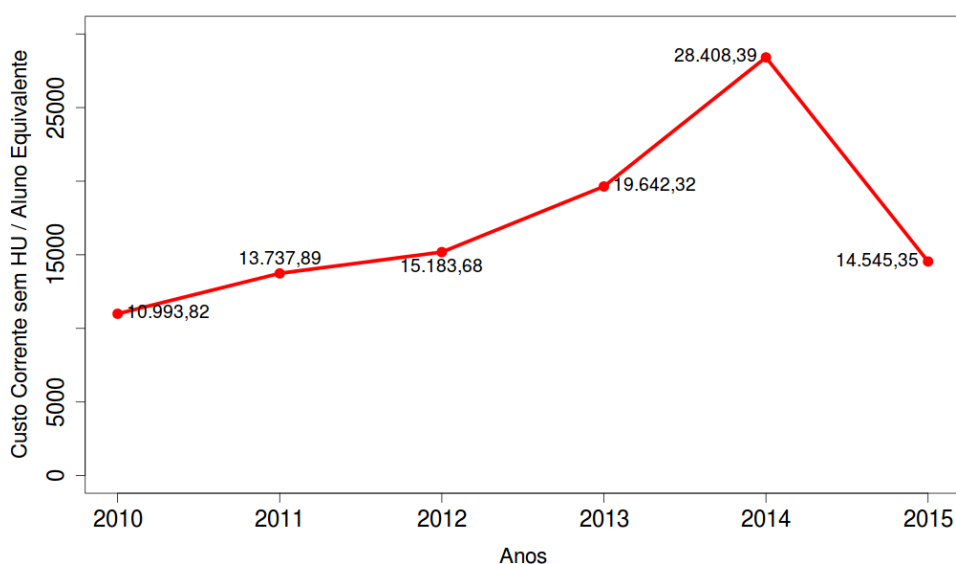
Indicadores Decisão TCU 408/2002 - Plenário	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	14.545,35	28.408,39	19.642,32	15.183,68	13.737,89
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	13,97	7,38	8,57	12,04	12,44
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,05	5,24	8,44	10,64	10,68
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,39	1,41	1,02	1,13	1,17
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,89	0,49	0,63	0,64	0,64
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,04	0,03	0,05	0,05	0,04
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,50	3,33	3,33	1,06	1,06
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,36	3,28	3,22	3,29	2,94
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,69	0,45	0,50	0,62	0,62

**Fonte:** DIEIS.

**Nota:** NSA significa que o indicador não se aplica à Instituição.

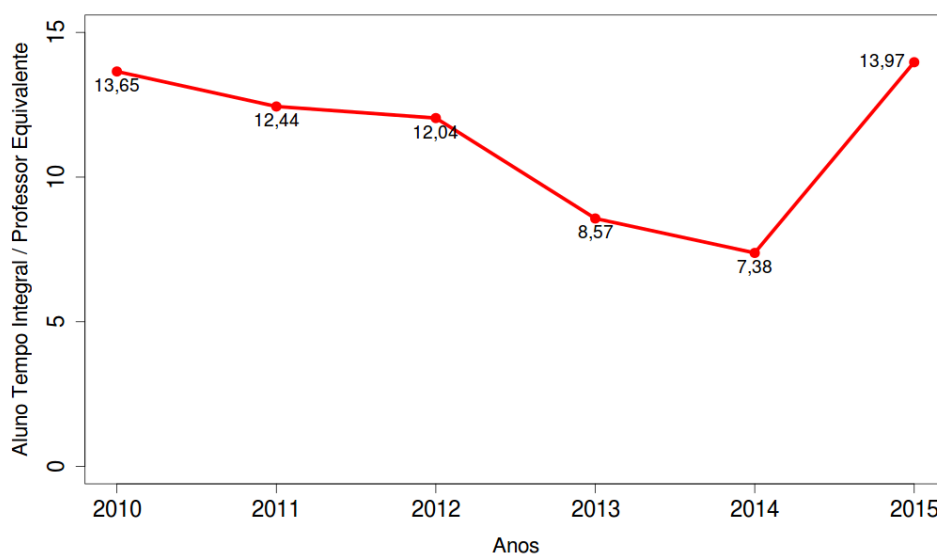
A seguir serão expostas as análises das séries históricas dos Indicadores Decisão TCU 408/2002 da UNIFAP.

O indicador **Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente** (Equação 10) mede os custos das atividades correntes (manutenção e funcionamento) por aluno equivalente, no entanto, o componente de custo (numerador da equação) não separa os custos educacionais de não educacionais já que em sua definição apenas toma cuidado em excluir a ocorrência ou não de hospital universitário, como é o caso da UNIFAP, e as exclusões das despesas com aposentadorias, pensões, sentenças judiciais, com pessoal cedido e afastado. O comportamento deste indicador ao longo dos anos, Figura 5, demonstrava crescimento até o ano de 2014, no entanto, no ano de 2015 este indicador teve um decréscimo em virtude do crescimento do componente aluno equivalente (denominador da equação), representados pelo crescimento dos indicadores primários alunos equivalentes da graduação e alunos da pós-graduação em tempo integral, apesar do crescimento do indicador primário Custo Corrente sem HU, como observado no Quadro 28.



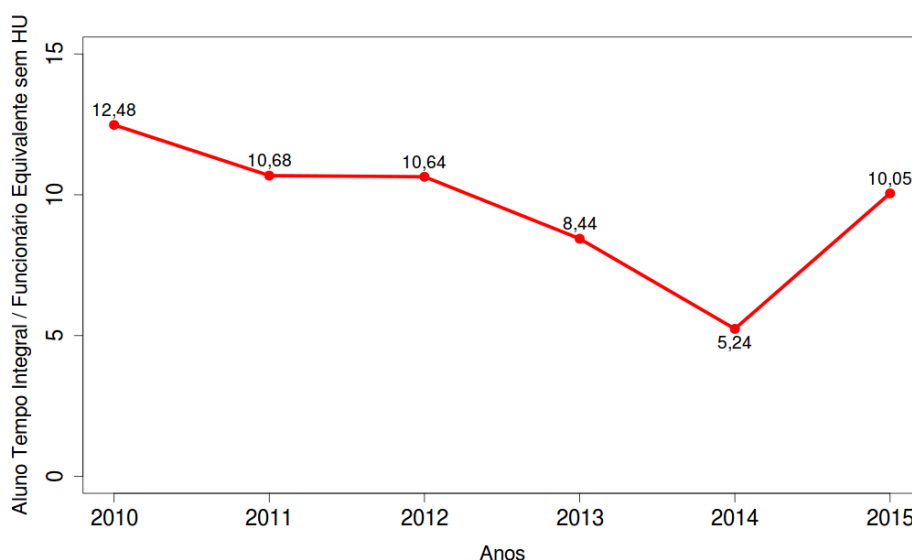
**Figura 5** – Série histórica do indicador Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

A série histórica do indicador **Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente** (Equação 11), Figura 6, indicava decréscimo anual desde o ano de 2010 até o ano de 2014, quando no ano de 2015 este indicador cresceu em relação aos outros anos (o maior valor da série). A magnitude de acréscimo foi maior em relação aos anos de 2013 e 2014 do que aos anos de 2010, 2011 e 2012. Como este indicador capta o equilíbrio da relação entre alunos e docentes, o aumento no quantitativo do corpo docente da Instituição impactou com menor força este indicador do que os alunos, que tiveram maior valor da série histórica no período da componente aluno da graduação em tempo integral, conforme se observa no Quadro 28, corroborando o crescimento da Instituição no exercício.



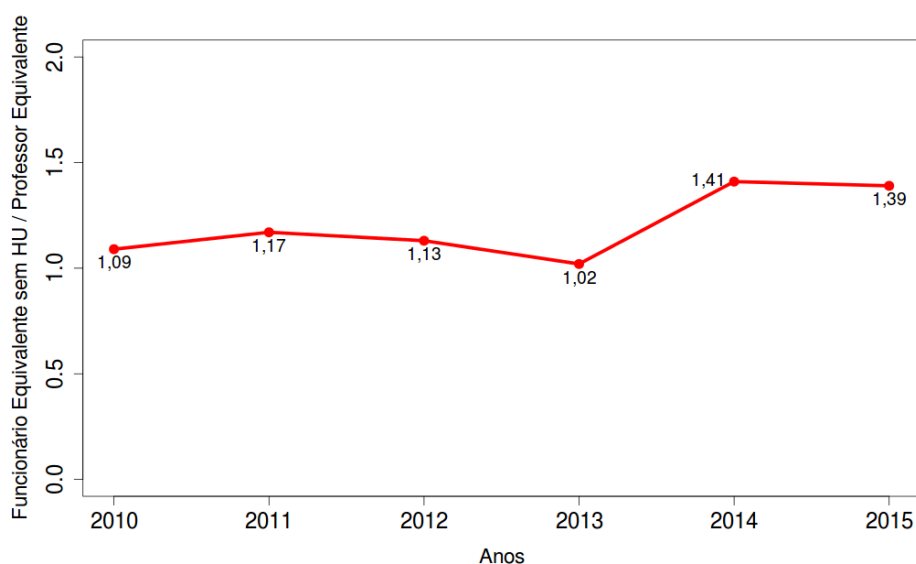
**Figura 6** – Série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

O indicador **Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU**, definido pela Equação 12 e com sua série histórica exibida pela Figura 7, aumentou em relação ao exercício anterior (quase o dobro) e quase alcançou patamares observados em anos anteriores (2011 e 2012). Esse indicador tenta mensurar os alunos em relação à carga administrativa da instituição, ou seja, quando a instituição aumenta seu volume de alunos (graduação, pós-graduação e residência médica), esse indicador aumentará se a componente de funcionários não acompanhar esse crescimento. Esse aumento no exercício evidencia que mesmo ocorrido o aumento do indicador primário funcionários equivalentes sem HU não foi suficiente para equilibrar o aumento em larga magnitude dos alunos, conforme exibido no Quadro 28. Além disso, este comportamento da série desse indicador (Figura 7) é semelhante ao que ocorre com a série do indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente (Figura 6).



**Figura 7** – Série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

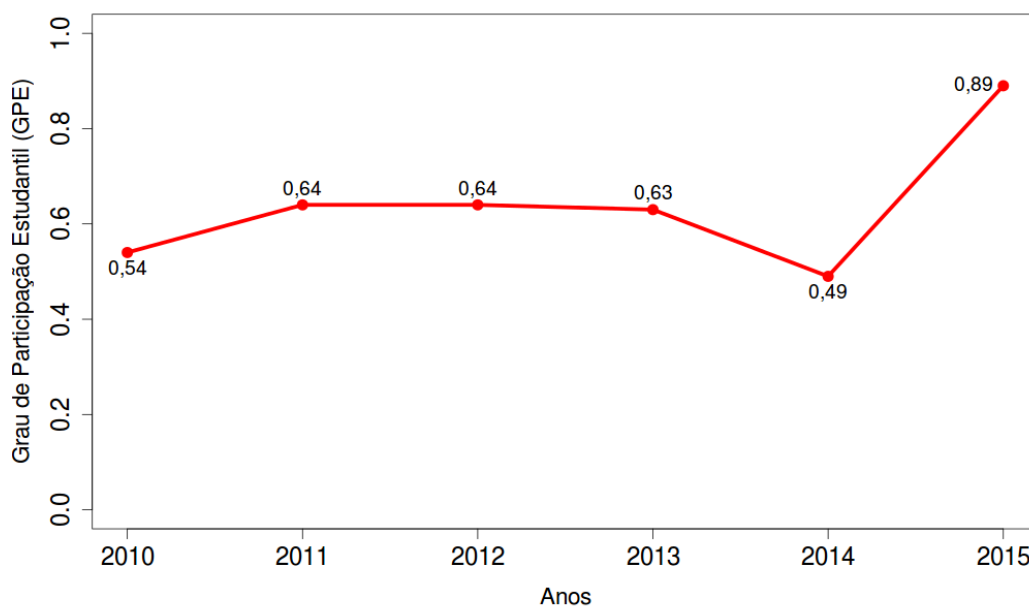
A Figura 8 demonstra a série histórica do indicador **Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente**. Esse indicador reflete a carga administrativa sob o enfoque unitário do professor (servidor diretamente voltado para atividade fim). O indicador teve um leve decréscimo do exercício de 2014 para o exercício de 2015 (variou de 1,41 para 1,39). Ainda assim é o segundo maior valor da série histórica. Esse leve decréscimo pode ser evidenciado pelo aumento de um ano para outro do indicador primário professores equivalentes. No exercício, o valor de 1,39 indica que há mais funcionários do que professores (já que se a relação fosse equilibrada o indicador assumiria o valor de 1,00). Esse fato pode ser inflacionado pelo quantitativo de terceirizados, os quais são considerados com maior peso na apuração do indicador primário funcionário equivalente (Equação 9).



**Figura 8** – Série histórica do indicador Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

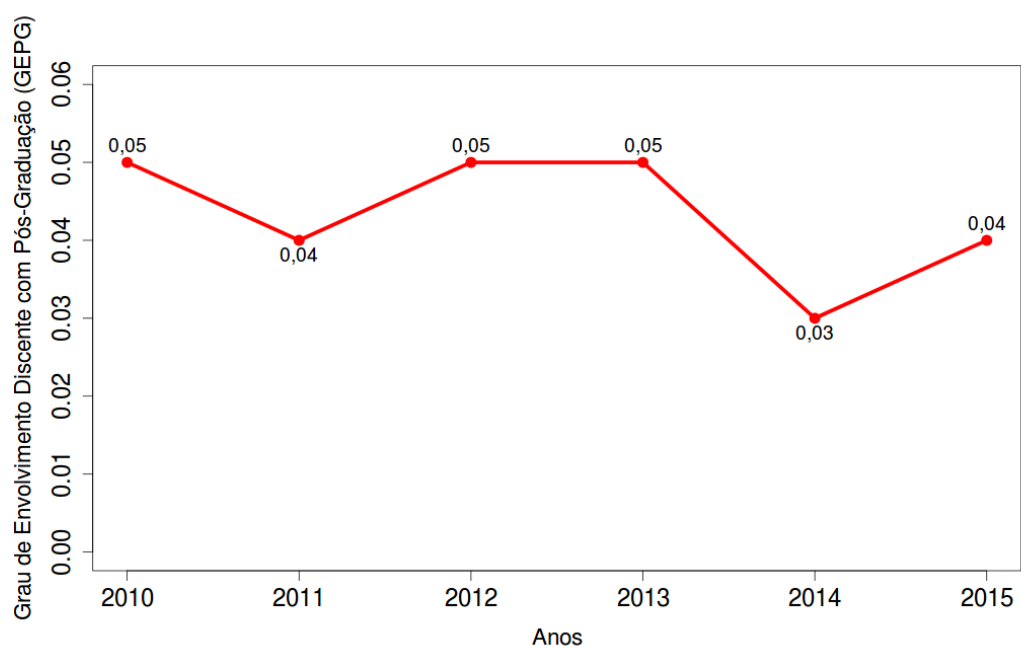


O indicador **Grau de Participação Estudantil (GPE)** pode ser entendido como uma medida da velocidade de integralização curricular ou o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UNIFAP. A Figura 9 demonstra o seu comportamento da série histórica. Observa-se que no exercício corrente houve elevado aumento desse indicador (0,89), maior valor da série histórica que pode ser explicado pelo aumento do indicador primário alunos de graduação em tempo integral, o qual mais do que duplicou (Quadro 28).



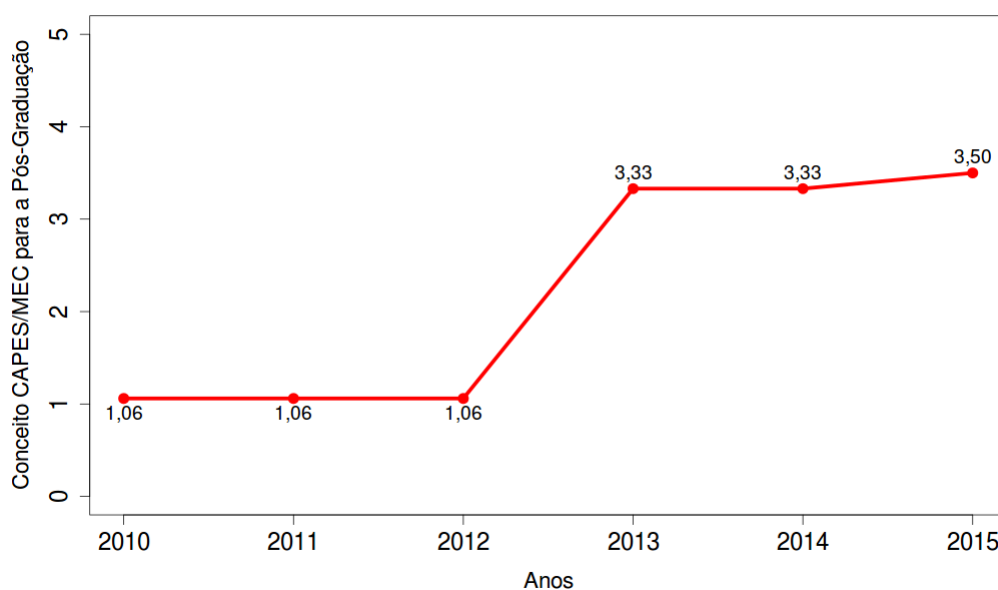
**Figura 9** – Série histórica do indicador Grau de Participação Estudantil (GPE) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

O indicador **Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)**, com sua série demonstrada na Figura 10, reflete se a instituição possui intensa atividade de pesquisa. Esse indicador, para o período considerado, apresentou o mínimo de 0,03 e máximo de 0,05. No exercício corrente, o indicador aumentou em relação ao anterior, alcançando o mesmo nível do ano de 2011 com o valor de 0,04. Essa variação se deu pela expansão dos programas de pós-graduação da Instituição no que tange ao quantitativo de alunos de pós-graduação evidenciado no aumento, em relação ao exercício anterior, do indicador primário alunos na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.



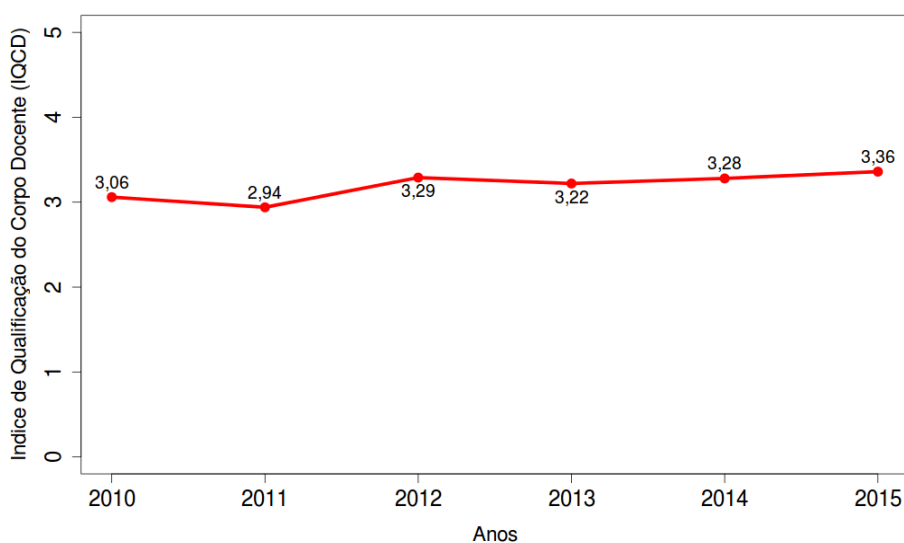
**Figura 10** – Série histórica do indicador Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

A Figura 11 apresenta o comportamento temporal do indicador **Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação** e mede a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* com base na metodologia de avaliação da CAPES. No exercício de 2015, esse indicador aumento sendo o maior de toda a série observada. Desse modo, corrobora o crescimento do indicador GEPG no exercício (alunos de pós-graduação) com o crescimento da qualidade dos programas.



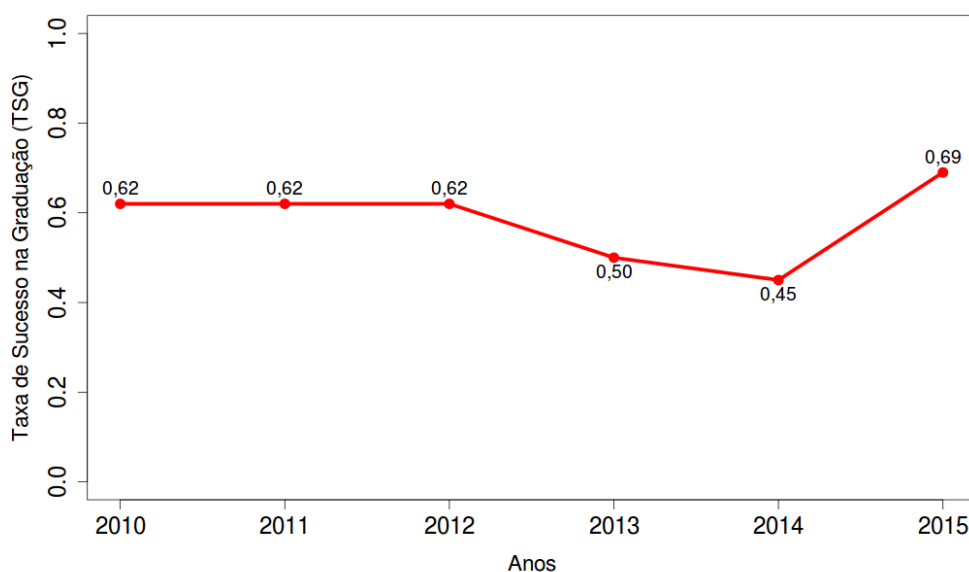
**Figura 11** – Série histórica do indicador Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

O indicador **Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)** reflete o nível de qualidade do corpo docente ponderado pelas titulações máximas. O exercício de 2015 apresentou o maior valor observado da série para o período. Esse acréscimo teve influência da maioria dos docentes serem mestres ou doutores (total de 404 docentes nessas categorias), apesar das outras categorias do cálculo (especialistas e graduados) terem menor peso. É esperado que esse indicador aumente mais ainda nos próximos exercícios quando os docentes afastados para qualificação retornarem à Instituição.



**Figura 12** – Série histórica do indicador Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

O indicador **Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)**, com sua série histórica demonstrada na Figura 13, informa a organização e o desempenho da Instituição, pois mensura o quantitativo de alunos formados em tempo regular baseado na duração padrão de cada curso. Também informa uma medida do grau de evasão (forma inversa) dos alunos que ingressaram na Instituição. No ano de 2015, esse indicador possuiu o maior valor da série (69 %), mostrando que a Instituição progrediu na sua capacidade de formação dos alunos no período da duração-padrão dos cursos de graduação.



**Figura 13** – Série histórica do indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) na UNIFAP no período compreendido entre os anos de 2010 a 2015. Fonte: DIEIS (2016).

#### **2.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos**

A Universidade não recebeu recursos externos contratos junto a organismos multilaterais de créditos e agências governamentais estrangeiras.

## **3 GOVERNANÇA**

### **3.1 Descrição das estruturas de governança**

Em consonância com o Estatuto e o Regimento Geral, a Administração da UNIFAP é responsável pelos órgãos deliberativos, executivos complementares e de apoio aos Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos. A estrutura de governança da UNIFAP é composta pelos seguintes órgãos:

#### **Conselho Superior (CONSU)**

Colegiado integrante da Administração, órgão deliberativo e normativo em matéria de administração universitária e instância de recursos, com vistas a formular a política da Universidade e traçar diretrizes e normas em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar.

#### **Conselho Diretor (CONDIR)**

Órgão de deliberação superior em matéria de controle e fiscalização econômico-financeira, bem como estabelecer normas, aprovar, acompanhar e fiscalizar as ações pertinentes à execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da Universidade.

#### **Auditoria Interna (AUDINT)**

Atua de forma preventiva, acompanhando a execução dos programas e do orçamento e ainda acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do sistema de controle interno do poder executivo federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

#### **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**

Órgão de atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição. A ela compete, dentre outras atribuições, elaborar e executar o processo de avaliação interna da Universidade Federal do Amapá; constituir subcomissões ou grupos de trabalho para desenvolvimento do processo de avaliação; planejar e organizar as atividades da Comissão, sensibilizando a Comunidade Acadêmica e fornecendo assessoramento aos diversos setores da UNIFAP; elaborar relatórios e pareceres, e sugerir providências às instâncias competentes para tomada de decisões.

#### **Ouvidoria**

Instituída para garantir o direito de manifestação do cidadão-usuário acerca dos serviços ofertados pela UNIFAP, através de atendimento de forma presencial e virtual (online) à comunidade.

#### **Procuradoria Jurídica (PROJUR)**

Presta assessoramento à Reitoria em assuntos de natureza jurídica; mantém atualizados os arquivos de legislação de interesse da UNIFAP, em especial jurisprudência, decisões, acórdãos e pareceres jurídicos; redige peças e solicita documentação destinada a instruir processos judiciais; emite pareceres que envolvam matéria de natureza jurídica, por solicitação do Reitor; representa a UNIFAP em juízo, mediante autorização do Reitor.

#### **Corregedoria**

Será encarregada das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades no âmbito desta Universidade, devendo exercê-las com base na Lei, com

autonomia e independência, observando a atuação dos servidores integrantes de seu quadro por padrões éticos de imparcialidade, isenção, integridade moral e honestidade.

### **3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

A Auditoria tem a função de acompanhar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da UNIFAP, a execução dos programas e do orçamento, com o objetivo de comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e adequação do gerenciamento; e ainda, emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da UNIFAP.

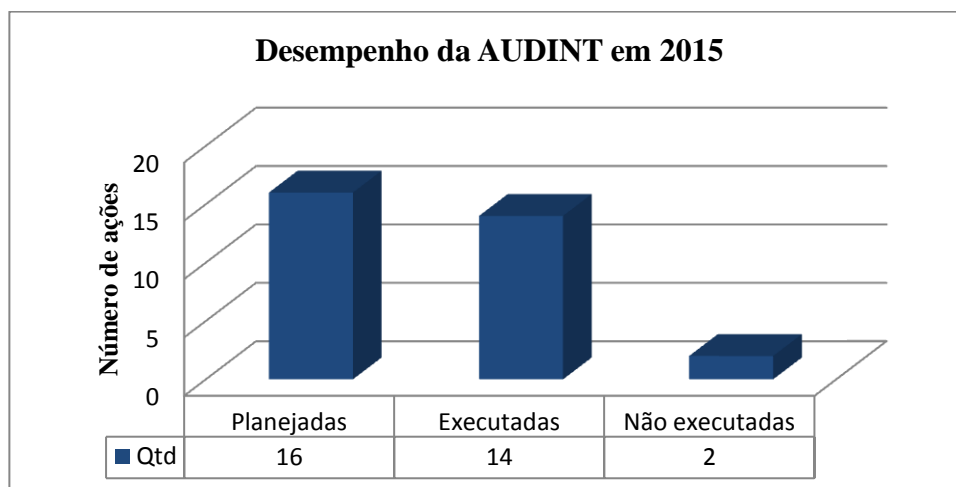
Assim sendo, é uma atividade que tem como objetivo adicionar valor à gestão, propiciando melhorias nas operações e assessoramento à alta administração do órgão ou entidade; para isso, vale-se de um conjunto de procedimentos tecnicamente normatizados que possibilitem o acompanhamento e a análise de processos passíveis de auditoria, a avaliação de resultados e a proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais.

A unidade de auditoria interna se justifica, sobretudo, pela necessidade de auxiliar a instituição na promoção da otimização dos recursos públicos em defesa do patrimônio público. Desenvolve atividades delineadas por critérios técnicos, cuja finalidade é a análise da integridade, adequação e eficácia dos controles internos administrativos, confrontando-as com as informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais.

Ademais, tem caráter orientativo, preventivo e corretivo, com foco na melhoria dos processos administrativos como forma de fortalecer a gestão e subsidiar o cumprimento da missão institucional. A Unidade de Auditoria Interna conta com 03 (três) servidores (Auditor-Chefe, um Administrador e um Técnico em Contabilidade) para executar o Plano de Auditoria Interna, o qual foi formatado de acordo com o padrão estabelecido na Instrução Normativa nº 07/2006 (alterada pela Instrução Normativa CGU 09/2007). Vale destacar, que através do Edital 011/2015 a Universidade disponibilizou 2 (duas) vagas para auditores no presente concurso público, cuja posse dos mesmos ocorreu em 22/02/2016, com isso, a AUDINT contará com 5 (cinco) servidores.

No exercício de 2015, foi elaborado o Plano de Auditoria Interna com 16 ações, das quais 87,5% foram realizadas e apenas 12,5% não foram executadas, figura 14 - a ação de verificação das “Contratações Diretas: Dispensa e Inexigibilidade” que foi objeto de auditoria pelo TCU e a “Análise da Gestão Patrimonial (Bens Móveis e Imóveis)” em face da greve de servidores que perdurou por 04 meses, que implicou no fornecimento tardio de informações.

Figura 14 - Desempenho da AUDINT no exercício de 2015



Fonte: AUDINT

Além da elaboração de Relatório Anual de Auditoria de 2014, e Planejamento Anual de Auditoria de 2015, análise e parecer do Relatório de Gestão, Acompanhamento das Determinações do TCU e Recomendação da CGU, foram realizadas auditoria nas seguintes unidades: Coordenação de PAD e Sindicância; Núcleo de Tecnologia da Informação (CGI e PDTI); PROEAC (Benefícios Moradia, Transporte e Alimentação – Recursos do PNAES); Contratos Hospital Universitário, Segurança e Limpeza e Conservação; PROGEP (Retribuição por Titulação e Incentivo à Qualificação). Todas essas ações são relevantes, todavia, destacamos a auditoria nos benefícios custeados pelo PNAES, na medida em que oportunizam auxílio aos discentes, como também, a auditoria nos contratos por envolverem vultosos recursos públicos. Destaque-se, também, uma auditoria realizada em caráter extraordinário no Campus de Oiapoque, na qual foram analisados os Planos de Atividades Individuais Docentes (PAID), envolvendo ensino, pesquisa e extensão, além da estrutura física e Planos de Cursos e sua execução.

No caso da auditoria no Campus de Oiapoque, constatamos, sobretudo, falhas no preenchimento do PAID, inclusive em relação aos projetos de pesquisa e de extensão sem registro na Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão; registro de carga horária aquém do previsto no regime de trabalho; concentração de aulas em dias consecutivos. No que tange aos benefícios mantidos pelo PNAES, detectamos a necessidade de ajustes no edital de seleção dos discentes, ausência de documentação nas pastas dos beneficiados, como também, discentes que, no olhar dos auditores, não fariam jus ao benefício em face do baixo rendimento escolar e reprovações consecutivas. Em todas as auditorias constatamos que os controles internos administrativos são frágeis ou inexistentes. Desse modo, as unidades não cumprem o que prevê a IN-SFC-MF 01, de 06/04/2001.

As auditorias engendraram diversas recomendações, as quais estão sendo cumpridas ou em andamento. A AUDINT realiza monitoramento constante por meio dos Planos de Providência Permanentes, até o atendimento pleno. Nos Planos de Providências Permanentes



(PPP), criamos o sinalizador, atribuindo cores para indicar a situação de cumprimentos das recomendações emanadas da AUDINT, CGU e determinações do TCU: verde (atendido), amarelo (em andamento) e vermelho (não atendido).

Foi criado, também, o Quadro de Gestão à Vista. Este quadro, que ainda está sendo aperfeiçoado, compreende a fixação, em posição de destaque, do plano de ação da AUDINT e dos PPP, com respectivos sinalizadores. Foi criada a homepage da AUDINT para que todas as suas atividades sejam publicadas e disponíveis à consulta pública, em atenção à IN n.º 24/2015 - CGU.

Apesar de atuar com estrutura funcional de servidores reduzida, houve sinergia da equipe de auditores na execução da quase totalidade das ações estabelecidas no PAINTE/2015, a despeito da greve de servidores da UNIFAP. Não se pode deixar de argumentar, também, que a crescente demanda oriunda da CGU e do TCU exigiu atenção da AUDINT quanto ao acompanhamento das recomendações e determinações, para que fossem atendidas nos prazos estipulados por aqueles órgãos.

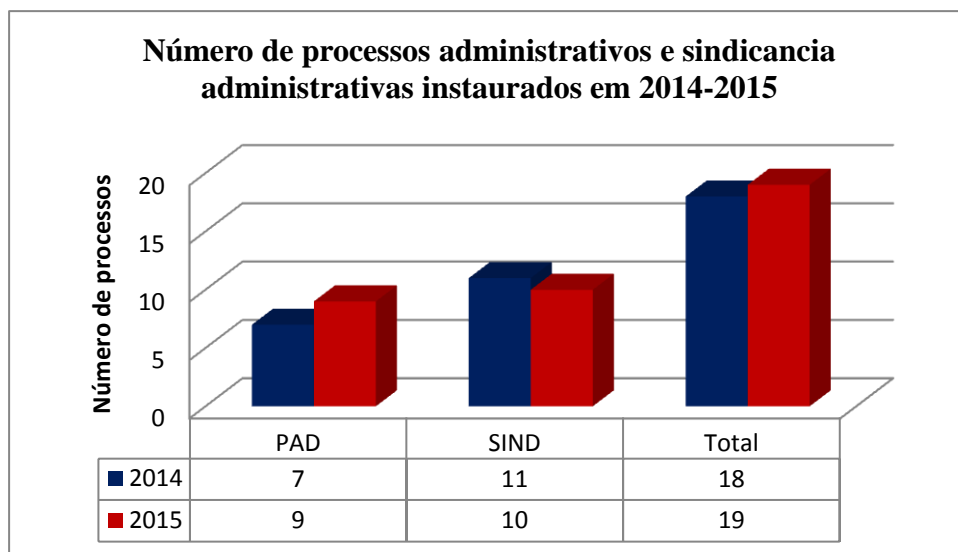
A AUDINT está continuamente melhorando seus controles internos que coincide com a padronização de todas as atividades da UNIFAP por meio do Procedimento Operacional Padrão (POP). A unidade já elaborou os POP que se encontram na fase de desenho dos fluxos. A padronização do fluxo de execução das atividades da AUDINT será um dos diferenciais para o exercício de 2016, na medida em que a compreensão e organização das atividades a serem auditadas seguirão um protocolo de execução. Desse modo, sua atuação está aderente ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UNIFAP (2015-2019).

### **3.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos**

A UNIFAP dispõe de uma Coordenação das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e de Sindicância, vinculada ao Gabinete da Reitoria, instituída pela Portaria n.º 136/2012, que nomeou o Coordenador da Comissão para acompanhar, assessorar e orientar o desenvolvimento de todas as comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da UNIFAP.

Em 2014 foram instaurados 18 processos, sendo 11 Processos de Sindicâncias e 07 Processos Administrativos Disciplinares. Destes, apenas 03 não foram cadastrados no sistema CGU/PAD. Já em 2015 foram instaurados 19, dos quais 10 de Sindicância e 09 de Processos Administrativos disciplinares, conforme a figura 15, os quais encontram-se todos cadastrados no CGU/PAD.

Figura 15 – Número de processos administrativos e sindicâncias administrativas instaurados em 2014-2015



Fonte: Corregedoria

### 3.4 Gestão de riscos e controles internos

Para medir o grau de percepção da gestão de riscos e controles internos que possam comprometer os objetivos institucionais e, também, da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, adotou-se a seguinte metodologia: foram distribuídos 07 (sete) questionários a cada Pró-Reitoria para que cada gestor fizesse a sua avaliação sobre o funcionamento dos controles internos administrativos na Universidade, a partir de uma escala que vai de 1 a 5, sendo 1 – Totalmente inválido; 2 – Parcialmente inválido; 3 – Neutro; 4 parcialmente válido; e 5 Totalmente válido.

Para apresentação dos resultados, foram calculadas as médias aritméticas por gestor, de cada um dos cinco componentes avaliados (Ambiente de controle; Avaliação de risco; Procedimentos de controle; Informação e comunicação; e monitoramento), e, ao final, foi calculada a média aritmética, conforme informações passadas por todos os pró-reitores. Essa média geral ficou em 3,20 em todos os aspectos, o que significa dizer que a UNIFAP atende de forma “Neutra” os requisitos de controle interno avaliados com vistas a assegurar os objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho.

**Quadro 29 - Avaliações dos elementos do sistema de controle interno**

Elementos do sistema de controle interno a serem avaliados	Mínimo	Máximo	Média
Ambiente de controle	2,11	3,66	3,11
Avaliação de risco	2,88	4,88	3,43
Procedimento de controle	2,00	4,75	3,46
Informação e comunicação	2,00	4,20	3,02
Monitoramento	2,00	4,00	2,99
Média Geral	2,19	4,29	<b>3,20</b>

Fonte: Pró-Reitorias

## 4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

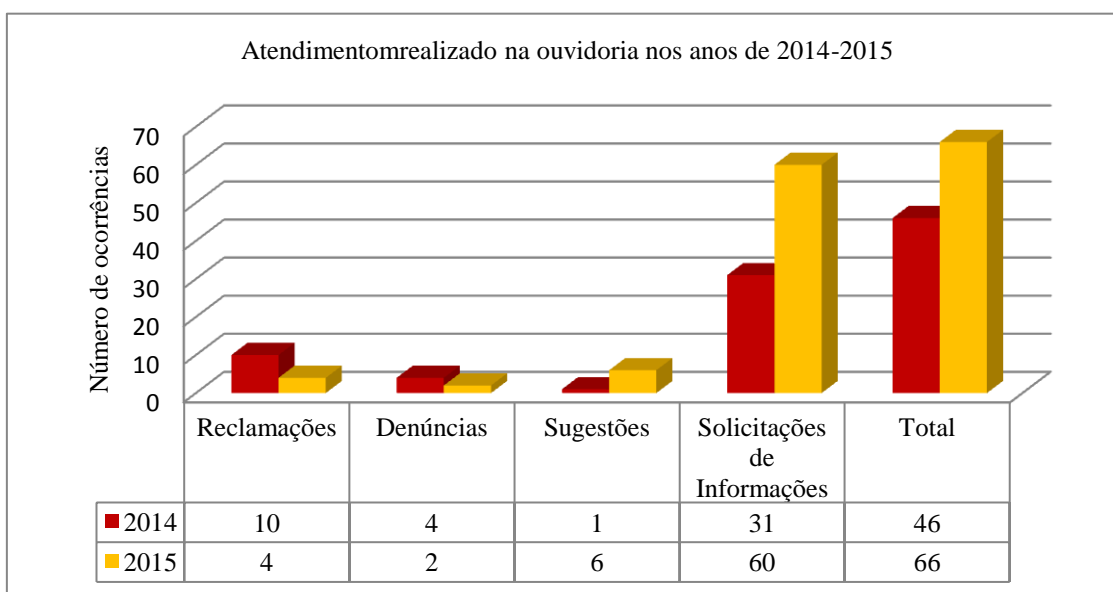
### 4.1 Canais de acesso do cidadão

A Universidade dispõe de um canal específico para registrar as manifestações da comunidade universitária e os cidadãos em geral por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que foi implantado por meio da Lei Federal n.º 12.527/2011, e funciona na Universidade Federal do Amapá desde 08/07/2013, com o objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; conceder o acesso imediato à informação disponível; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Este serviço está localizado no prédio da Reitoria atendendo ao público em geral na forma presencial, por e-mail e pelo sistema eletrônico do Governo Federal (e-SIC), acessado pelo link <http://www2.unifap.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/>.

Em 2014, esse serviço registrou 47 ocorrências; enquanto que em 2015, foram 66 ocorrências, conforme a figura nº 16- Atendimento realizado na Ouvidoria nos anos de 2014-2015.

Figura 16- Atendimento realizado na Ouvidoria nos anos de 2014-2015



Fonte: Ouvidoria

Essas informações foram prestadas em atendimento de forma presencial e virtual (online) à comunidade, através de e-mail, atendimento pessoal, telefone e formulário eletrônico disponível no site da UNIFAP, para garantir o direito de manifestação do cidadão-usuário acerca dos serviços ofertados pela Instituição.

Além da Ouvidoria, a UNIFAP dispõe de outros instrumentos de acesso aos serviços prestados pela Instituição como a Rádio/TV Universitária e por meio da divulgação pela Assessoria Especial da Reitoria (AER). A Rádio Universitária foi inaugurada em 2010 tornando-se um canal interativo com a comunidade de um modo geral. Embora os serviços possuam fins exclusivamente educativos, divulgando eventos acadêmicos, científicos desta Instituição e culturais Estado do Amapá.

E, por fim, a AER que desenvolve papel importante na comunicação interna e externa, por meio do site oficial -www.unifap.br- que traz informações relativas a cursos, projetos, concursos públicos, serviços oferecidos, eventos e notícias, contribuindo deste modo para a divulgação de informações para comunidade acadêmica e sociedade em geral.

#### **4.2 Carta de Serviço ao Cidadão**

**Apesar do Decreto n.º 6932/2009 ter instituído a Carta de Serviços ao Cidadão no âmbito da administração pública,** a Universidade ainda não instrumentalizou essa ferramenta na forma solicitada, uma vez que os serviços são disponibilizados para a sociedade por meio de ações fragmentadas, como por exemplo, Ouvidoria, SIC, editais, rádio Universitária, e ainda a página institucional que disponibiliza as mais diversas informações sobre ensino, pesquisa e extensão.

Para atender a essa recomendação legal, a Pró-reitoria de Planejamento está desenvolvendo o “Projeto POP UNIFAP” Procedimentos Operacionais Padrão (POP), que tem como principal objetivo implementar um modelo de gestão, focado no processo.

Este projeto envolve a confecção de manuais e fluxogramas de todos os serviços prestados pela Universidade na perspectiva de dar clareza e objetividade à sociedade dos processos internos da UNIFAP.

#### **4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

Em 2015, a Universidade não realizou nenhuma pesquisa de opinião para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos oferecidos ou disponibilizados à sociedade amapaense.

Apesar de ainda não ter sistematizado a avaliação de desempenho nos termos do art. 12 do Decreto n.º 6932/2009, que objetiva medir a satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Instituição, mas cumpre com o estabelecido na Lei n.º 10.861/2004, sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que avalia o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

#### **4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

A Universidade através do site [www.unifap.br](http://www.unifap.br) disponibiliza à sociedade em geral as informações referentes à gestão, pesquisa, ensino e extensão, através dos documentos: estatuto, regimento, organograma, resoluções, editais, calendário acadêmico, avisos e comunicados em geral.

#### **4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.**

Objetivando instruir os processos de acessibilidade às pessoas com deficiência a partir de uma política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão, com vistas a atender ao Decreto nº 5.296/2004 e à Lei n.º 10.098/2000, a Universidade instituiu o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), através da Resolução n.º 09/2010.

Nesse sentido, o NAI implementou algumas ações para a inclusão de estudantes com deficiência, tais como:

- a) Produção de material didático em diferentes formatos acessíveis;
- b) Desenvolvimento de projetos de ensino (monitoria, tutoria, voluntariado, entre outros) para apoio acadêmico de estudantes público-alvo da educação especial;
- c) Desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre inclusão e acessibilidade no ensino superior.

Destacamos ainda, que Universidade adota todos os meios para assegurar a participação das pessoas com necessidades especiais na realização dos concursos públicos e processos seletivos.

No que tange à política de acessibilidade ao mobiliário urbano, construções, reformas, vias de circulação e dos prédios edificadas, a Universidade instituiu a Equipe de Acessibilidade através da Portaria N.º 1163/2015, datada de 21/05/2015, cuja responsabilidade é adequar os campi desta Universidade às normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para mapear todas as edificações, a Divisão de Meio Físico desta IFES, responsável pelo cadastramento das edificações, iniciou o processo de atualização da planta dos campi da UNIFAP, visando à locação correta das edificações e também à elaboração dos projetos de “As Built” dos prédios da Universidade. Importante destacar, que esse projeto de “As Built” irá subsidiar a Equipe de Acessibilidade na elaboração dos projetos de acessibilidade das edificações carentes dessa intervenção.

Paralelo a esse levantamento cadastral das edificações, a Equipe verificou se as novas edificações a serem entregues possuíam projeto de acessibilidade, e constatou-se que essas edificações possuem as condições mínimas de acessibilidade, como é o caso do Prédio do DERCA, entregue em dezembro de 2015, e que possui sinalização tátil horizontal (piso tátil), sinalização tátil vertical (placas indicativas de ambiente com escrita em Braille) e sanitários acessíveis. O prédio de Engenharia Elétrica, entregue em fevereiro de 2016 também possui sinalização tátil horizontal (piso tátil), plataforma de elevação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (para acesso ao pavimento superior) e sanitário acessível. O prédio de Enfermagem entregue neste mês de março de 2016 também possui plataforma de elevação

para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (para acesso ao pavimento superior), sanitário acessível, sendo que nesse prédio falta somente a sinalização tátil vertical e horizontal que serão acrescentadas *a posteriori*.

Existe ainda em curso na Assessoria Especial de Engenharia, elaboração de Termo de Referência para instruir o processo de aquisição de elevadores para atender ao Prédio da Reitoria, Prédio de Coordenações, Prédio de Medicina e Prédio de Letras e Artes. A previsão para encaminhar esse Termo de Referência junto com as planilhas de cotações é até o final deste mês de março, com perspectiva de licitação esperando licitar em abril de 2016.

Destaca-se ainda, que todas as novas edificações e instalações que irão à licitação já possuem projeto de acessibilidade, como é o caso do Novo Prédio da Biblioteca, do Laboratório de Engenharia Civil, dos Prédios do DCET e da Vivência.

## **5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **5.1 Desempenho financeiro no exercício**

Quanto à execução financeira, observamos que em virtude das limitações financeiras vivenciadas no decorrer do exercício de 2015, foi registrado o valor de R\$ 314.553,18 (trezentos e quatorze mil quinhentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos) em restos a pagar processados, referente às despesas liquidadas no final do exercício, o que ao longo de pelos menos os últimos três anos não acontecia.

Vale ressaltar que tais liberações ocorreram apenas uma vez ao mês, sendo que nem sempre é liberado o valor total apurado, comprometendo significativamente a execução financeira.

### **5.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior**

Esta unidade observou o disposto no artigo 5º da Lei n.º 8.666/1993, ao qual estabelece que o pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, mantendo ainda, em todos os casos, sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar os pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei, apesar de que a liberação dos recursos financeiros independem desta IFES, já que as liquidações são efetuadas e aguardam a liberação do recurso pelo Tesouro Nacional.

### **5.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Quanto à aplicabilidade da NBC T 16.9, esta Unidade realiza e registra a depreciação dos bens móveis, considerando as orientações do Manual SIAFI – Macro Função 02.03.30.

A depreciação de bens imóveis desta Unidade foi realizada pela Coordenação Geral de Contabilidade/Tesouro Nacional, conforme documentos hábeis 2015NL012712, 2015NL022373, 2015NL023688, 2015NL028031 e 2015NL536651, baseada nas planilhas encaminhadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Esta Unidade não realizou os registros da amortização dos bens intangíveis, tendo em vista que em 2015 a conta de intangível não estava segregada em ativos com vida útil definida e ativos com vida útil indefinida, dificultando a análise dos bens que deveriam ser amortizados.

A realização do registro da depreciação gera um impacto negativo, pois reduz o resultado do exercício, entretanto, representa com maior fidedignidade o valor do ativo.

Esta Unidade ainda não está aplicando a NBC T 16.10, tendo em vista a atualização dos bens patrimoniais no novo Sistema de Patrimônio (SIPAC), cuja as comissões estão sendo compostas para atender a necessidade administrativa.

#### **5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

De acordo com as orientações do item “Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, os Balancetes (Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Balanço Patrimonial) encontram-se postados na seção “anexos e apêndices” deste Relatório.

As notas explicativas desta Unidade foram realizadas juntamente com as demais unidades que compõem o Ministério da Educação pela Setorial de Contabilidade – UG 150003/00001.



## 6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1 Gestão de pessoas

Este tópico trata da estrutura de pessoal da UNIFAP em geral, focando a força de trabalho por tipologia dos cargos, a autorizada e a efetiva, bem como os ingressos e egressos e os servidores lotados na área meio e área fim; e os servidores cargos de comissões e funções gratificadas, como também as ações de capacitação e treinamento, e ainda, as despesas com pessoal.

#### 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os quadros 30, 31 e 32 apresentam o perfil dos servidores da UNIFAP no período de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Quadro 30 – Força de Trabalho da UNIFAP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1.167	962	52	48
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.167	962	52	48
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.167	960	52	48
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e	0	18	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	18	17	8
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração</b>	0	0	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	1.167	998	69	56

Fonte: PROGEP/SIAPE

- No item 1.2.1 – egressos no exercício foram considerados os servidores exonerados, aposentados e demitidos;
- No item 1.2.4 foram considerados os servidores que pertencem ao quadro do Ex-Território e que desenvolvem atividades nesta IFES com base no § 7º do Artigo 93, da Lei 8.112/90;
- No item 2 foram considerados os Professores de Substitutos e Temporários desta IFES;
- No item 3 a UNIFAP considera sem vínculos os acadêmicos residentes médicos e multiprofissionais, por isso não foram contabilizados para cálculo.

Quadro 31 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	463	517
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	463	517
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	444	516
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	18	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	18
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	463	535

Fonte: PROGEP/SIAPE

- No item 1.1.5, foram considerados os servidores que pertencem ao quadro do Ex-Território e que desenvolvem atividades nesta IFES com base no § 7º do Artigo 93, da Lei 8.112/90;
- No item 2, foram considerados os Professores de Substitutos e Temporários desta IFES;
- No item 3, a UNIFAP considera sem vínculos os acadêmicos residentes médicos e multiprofissionais, por isso não foram contabilizados para cálculo.

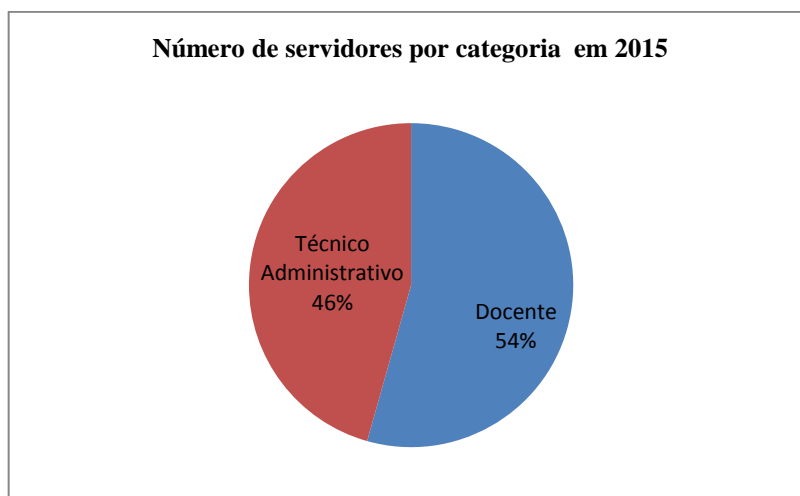
Quadro 32 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	38	38	7	2
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
1.3. Cargo de Direção	38	38	7	2
<b>2. Funções Gratificadas</b>	165	153	79	16
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	162	150	78	16
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	3	3	1	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	203	191	86	18

Fonte: PROGEP/SIAPE

De acordo com a PROGEP, em 2015, a UNIFAP tinha em seu quadro efetivo um total de 949 servidores distribuídos nos dois seguimentos (meio e fim). Desse total, 516 docentes, sendo 171 doutores, 221 mestres, 107 especialistas e 17 graduados. Em relação aos técnicos-administrativos, contava com 444, sendo 24 mestres, 182 especialistas, 115 graduados, 120 ensino médio e 03 ensino fundamental, portanto, pode-se dizer que há um equilíbrio em termos quantitativos entre as duas categorias, conforme a figura 17.

Figura 17- Número de servidores por categoria



Fonte: PROGEP

No que tange à qualificação dos servidores, a UNIFAP tem ofertado cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, aos professores na perspectiva de viabilizar a qualificação sob três formas, através dos MINTER/ DINTER, dos cursos oferecidos pela UNIFAP, mas também liberando para cursarem fora do estado. Vale destacar, que para os servidores técnico-administrativos as opções são mais restritas, uma vez que os cursos oferecidos pela Universidade destinam-se a atender prioritariamente as demandas do ensino, ou seja, dos servidores docentes; enquanto que a área administrativa sente a necessidade de cursos voltados a sua atuação profissional.

No que diz respeito à capacitação dos técnicos-administrativos foram oferecidos cursos em duas modalidades: na própria Universidade e em outros estados. Cabendo ressaltar que as capacitações ofertadas na própria Universidade oportunizam a participação de um número maior de servidores e em contrapartida um menor custo. Nesse sentido, foram oferecidos 33 (trinta e três) cursos nas diversas áreas de conhecimento, com a participação de 552 servidores. Ressaltamos ainda, que a diferença observada entre o quantitativo de servidores nos referidos cursos e o número de servidores do quadro efetivo, deve-se ao fato que um servidor participou de no mínimo 02 (dois) cursos.

Já em algumas áreas de conhecimentos específicas em que não foi possível trazer os cursos para serem realizados no próprio local de trabalho, a Universidade viabilizou a ida de 83 servidores para participarem em 43 cursos das mais diversas áreas de atuação e em diversos estados, portanto, capacitando os servidores para o desempenho de suas funções com eficiência, e ainda, promovendo a progressão funcional por capacitação ao servidor que realizá-la de forma compatível com o cargo ocupado, ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitando o interstício de 18 (dezoito) meses, conforme o disposto da do PCCTAE Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005.

Vale destacar que ainda não há um instrumento para avaliar os resultados dos impactos dos treinamentos nas atividades desempenhadas pelos servidores treinados.

### **6.1.2 Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

Para este item, a PROGEP iniciou no ano de 2015 os estudos referentes ao dimensionamento de pessoal, o qual deverá identificar a lotação, habilidade e competências, bem como desempenho e os riscos de pessoal. Para tanto foi criada a comissão de dimensionamento sob a portaria n.º 399/2015 – UNIFAP, a qual realizou o planejamento para executar as atividades que desencadearão o dimensionamento da força de trabalho, bem como a implantação de gestão por competência que já teve início, com prazo para sua efetivação até o final do ano de 2016.

### 6.1.3 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

#### 6.1.3.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 33 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante							
Nome: Fundação Universidade Federal do Amapá							
UG/Gestão: 154215/15278				CNPJ: 34.868.257/0001-81			
Informações sobre os contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados <sup>(1)</sup>		Sit.
			Início	Fim	F		
					P	C	
2011	Serviço de Vigilância	08.531.731/0001-75	27/07/2011	31/12/2014	04	04	P
2012	Serviço de Vigilância	08.531.731/0001-75	30/12/2011	31/12/2014	04	04	P
2014	Serviço de Vigilância	13.820.361/0001-26	08/10/2014	31/12/2014	06	06	P
2013	Serviço de Vigilância	13.820.361/0001-26	26/12/2013	31/12/2014	64	64	P
2014	Serviço de Vigilância	12.066.015/0013-75	08/10/2014	31/12/2014	08	08	P
2014	Serviço de Vigilância	12.066.015/0013-75	01/09/2014	31/12/2014	04	04	P
2014	Serviço de Vigilância	12.066.015/0013-75	01/09/2014	31/12/2014	04	04	P
2014	Serviço de Vigilância	12.066.015/0013-75	28/06/2014	25/12/2014	06	06	P
2014	Serviço de Limpeza	17.065.080/0001/66	14/11/2014	31/12/2014	61	61	P
2014	Serviço de Limpeza	19.804.042/0001-03	04/11/2014	31/12/2014	05	05	P

**Legenda**

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Obs.:** <sup>1)</sup> As colunas de nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados - Médio e Superior foram suprimidas por não terem sido previstos ou celebrados contratos que exigissem os citados níveis de ensino.

### 6.1.3.2 Contratação de estagiários

A política para contratação de estagiários obedece as Leis n.º 9.394/1996 e 11.788/2008 com vistas a oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver suas habilidades acadêmicas e administrativas, a partir do perfil do curso, além de integrar ao mercado de trabalho e à convivência humana no contexto das relações entre a formação acadêmica e o mundo profissional. Nesse sentido, a UNIFAP em 2015 contou com a colaboração de 54 (cinquenta e quatro) estagiários nas atividades administrativas.

### 6.1.4 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com Organismos internacionais

Neste item não há nada a declarar, vez que a instituição não firmou contratação com consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais no exercício de 2015.

### 6.1.5 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 34 - Demonstrativo das despesas de Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	43.349.902,95	2.855.256,45	26.528.464,71	4.076.105,23	4.366.363,04	2.088.023,57	19.465.612,68	199.197,06	458.328,64	103.387.254,33
	2014	65.908.110,98	707.298,97	20.092.374,18	406.474,97	129.756,68	99.415,68	181.717,03	-	33.987,34	87.559.135,83
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2015	327.930,18	0	29.150,80	39.707,34	38.418,27	0	0	0	0	435.206,59
	2014	440.341,91	0	0	0	0	0	0	0	0	440.341,91

Fonte: Tesouro Gerencial/2015

Retribuições – Gratificação por exercício de cargo em comissão/Gratificação por exercício em funções comissionada/Substituições

Gratificações – Gratificação por exercício de cargo efetivo/Gratificação por encargo de cursos e concursos/13º salário

Adicionais – Férias/Gratificação por tempo de serviço/adicional de insalubridade/Adicional de localização/Férias vencidas e proporcionais/Antecipação de férias

Indenizações – Auxílio alimentação/Auxílio Creche/Auxílio transporte/Ajuda de Custo

Benefícios Assistenciais e Previdenciários – Abono de permanência/Ressarcimento a assistência médica e odontológica/Auxílio Natalidade

Demais despesas variáveis – Contribuição Patronal para RPPS/Proventos/Pensões//Incorporações

## **6.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura**

### **6.2.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

A gestão da frota de veículos automotores de propriedade da UNIFAP segue as orientações da Instrução Normativa (IN) n.º 3 de 15 de maio de 2008 que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, bem como o Decreto n.º 6.403, de 17 de março de 2008 que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autarquia e fundacional; a Lei n.º 9.327/96, que dispõe sobre a condução de veículos oficiais), e ainda, da Ordem Serviço 002/2008-PROAP/UNIFAP de 04/01/2008 que regulamenta uso da frota de veículos no âmbito da Universidade.

O Departamento de Administração Geral em conjunto com o Setor de Transporte, a partir de 2015, é responsável pelo gerenciamento da frota de veículos na Universidade nas atividades administrativas, auxiliando na circulação de materiais, de pessoas, documentos e informações. Ressaltamos que, além do Campus Marco Zero, há também as unidades administrativas dos demais Campi: Binacional que fica a 600 km da sede, Santana distante 30 km e Mazagão a 70 km todos em pleno funcionamento. Além das atividades administrativas, a frota atende à comunidade acadêmica com aulas de campo, ações de extensão, projetos de pesquisas e outras demandas de interesse da Instituição e dos cursos.

Para atender essas demandas, a Universidade no final do exercício de 2015, tinha uma frota de veículos, composta de 32 veículos terrestres automotores, 01 Trator Agrícola e 05 veículos automotores marítimos com a idade média de 02 a 11 anos, onde 59% têm menos de 06 anos, 16% com deficiências de adaptações não apropriadas para a região e 16% antieconômicos e sem utilidades. Destacamos a aquisição no final de 2015 de 04 (quatro) ônibus novos tipo Ore 3, com plataforma elevatória para cadeirantes e adaptados para as severas condições das estradas do interior do estado, do programa Caminho da Escola do FNDE, através de adesão à Ata de Registro de Preços. Tais veículos foram destinados a atender os campi de Oiapoque, Mazagão, Santana e Marco Zero.

No que tange aos custos com manutenção e reposição de peças em geral, em 2015, gerou um custo de R\$ 105.425,44 (cento e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos) em manutenção preventiva e corretiva, por conta do consumo de diesel (30.420 litros) e de gasolina (9.980 litros), pertinentes a 212.212 quilômetros rodados pela frota de janeiro a dezembro de 2015.

O Setor de Transporte dispõe de mecanismo de controle de deslocamento com dados de saída, quilometragem, consumo, manutenção e percurso registrado em um formulário de autorização de serviços numerado para cada carro. Ressaltamos que esta Instituição não possui em sua frota veículos contratados de terceiros, como também não dispõe de um plano específico de substituição de veículos.



## 6.2.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 35 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF – ESTADO DO AMAPÁ (AP)		
	0601 – Amapá	1	1
	0605 – Macapá	1	1
	0607 – Mazagão	1	1
	0609 – Oiapoque	2	1
	0613 – Laranjal do Jari	1	1
	0615 – Santana	1	1
	0671 – Porto Grande	1	1
<b>Total Brasil</b>		<b>8</b>	<b>7</b>

Fonte: SPIUNET

### 6.2.2.2 Imóveis de propriedade sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro 36 – Imóveis de propriedade sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
154215	0601.00067.500-4	21	6	84.000,00	04/12/2008	
	0605.00195.500-3	21	2	14.487.991,44	19/08/2002	
	0607.00013.500-9	21	2	30.375,00	04/11/2013	455.625,00
	0609.00041.500-8	21	1	55.440,00	02/12/2002	
	0609.00044.500-4	21	1	10.924,36	06/07/2012	
	0613.00008.500-6	21	4	46.200,00	19/09/2001	
	0615.00058.500-5	21	3	266.600,00	24/03/2003	
	0671.00009.500-9	21	3	420.000,00	26/03/2002	

Fonte: SPIUNET

#### Regime:

- |                                    |                                                       |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 1 – Aquicultura                    | 12 – Em regularização – Outros                        |
| 2 – Arrendamento                   | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta                    |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido)                             |
| 4 – Cessão – Outros                | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados  | 16 – Irregular – Cessão                               |
| 6 – Cessão Onerosa                 | 17 – Irregular – Entrega                              |
| 7 – Comodato                       | 18 – Irregular – Outros                               |
| 8 – Disponível para Alienação      | 20 – Locação para Terceiros                           |
| 9 – Em processo de Alienação       | 21 – Uso em Serviço Público                           |
| 10 – Em regularização – Cessão     | 22 – Usufruto Indígena                                |
| 11 – Em regularização – Entrega    | 23 – Vago para Uso                                    |

#### Estado de Conservação:

- |               |                                 |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo      | 5 – Reparos Importantes         |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim                        |
| 3 – Bom       | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular   |                                 |

### 6.2.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 37 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2014
BRASIL	UF – ESTADO DO AMAPÁ		
	0609 – Oiapoque	1	-
<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>-</b>

Fonte: SPIUNET

### 6.2.4 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro 38.A – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de	RIP	0601.00067.500-4
	Endereço	Ramal da Bacabinha, 450 – Quadra 17 – Setor 01- Amapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.989.116/0001-19
	Nome ou Razão Social	Município de Amapá
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ensino
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escola Municipal Maria Elisa
	Prazo da Cessão	31/07/2015 a 31/07/2016
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de salas de aula
	Valores e Benefícios Recebidos pela	Sem Ônus
	Tratamento Contábil dos Valores ou	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos	Não se Aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica	

Fonte: DICON

Quadro 38.B. – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de	RIP	0613.00008.500-6
	Endereço	Av. Mazagão, 105 - Bairro Castanheira - Laranjal do Jari-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	23.066.905/0001-60
	Nome ou Razão Social	Município de Laranjal do Jari
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ensino
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escola Municipal de Ensino Fundamental Terezinha Queiroga de Souza
	Prazo da Cessão	Fev/2015 a Dez/2016
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de 4 (quatro) salas de aula
	Valores e Benefícios Recebidos pela	Sem Ônus
	Tratamento Contábil	Não se Aplica
	Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos	Não se Aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica

Fonte: DICON

Quadro 38.C – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.744.520/0001-90
	Nome ou Razão Social	Empresa JOELSON PIMENTAL DOS SANTOS – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de produção e fornecimento de refeições de baixo custo, com qualidade e nutricionalmente balanceadas (café da manhã, almoço e jantar)
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico n.º 048/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão do espaço físico para funcionamento do Restaurante Universitário
	Prazo da Cessão	18/11/2015 a 18/11/2016
	Caracterização do espaço cedido	Cessão do espaço para funcionamento do RU
	Valores e Benefícios Recebidos pela	R\$ 4.218,00 (Quatro mil duzentos e dezoito reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos	Não se Aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica	

Fonte: DICON

Quadro 38.D – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	950.475.062-15
	Nome ou Razão Social	Julio Carvalho Correa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Venda de lanches
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão do espaço físico para funcionamento de lanchonete
	Prazo da Cessão	Dez/2015 a dez/2016
	Caracterização do espaço	Cessão do espaço para funcionamento de lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela	R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos	Não se Aplica
	Forma de Rateio dos	Não se Aplica
	Gastos Relacionados ao Imóvel	

Fonte: DICON

Quadro 38.E. – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	Banco Santander S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto de Atendimento de Serviços Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão do espaço físico para funcionamento de um posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	2009 a 2015
	Caracterização do espaço	Cessão do espaço para funcionamento de posto bancário
	Valores e Benefícios Recebidos pela	R\$ 5.979,18 (Cinco mil novecentos e setenta e nove reais e dezoito centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos	Não se Aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica

Fonte: DICON

Quadro 38.F – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	950.475.062-15
	Nome ou Razão Social	Julio Carvalho Correa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Venda de lanches
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão do espaço físico para funcionamento de lanchonete
	Prazo da Cessão	Dez/2014 a dez/2015
	Caracterização do espaço	Cessão do espaço para funcionamento de lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela	R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos	Não se Aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica

Fonte: DICON

## 6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 6.3.1 Descrição sucinta do Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento deste plano com o Plano Estratégico Institucional.

A UNIFAP pretende caminhar nos próximos anos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) através do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) disponível no site [http://www2.unifap.br/nti/files/2014/11/Plano-Diretor-de-Tecnologia-da-Inforna%C3%A7%C3%A3o-v4\\_0-1.pdf](http://www2.unifap.br/nti/files/2014/11/Plano-Diretor-de-Tecnologia-da-Inforna%C3%A7%C3%A3o-v4_0-1.pdf). Este plano visa definir as estratégias, procedimentos, políticas, estruturas e recursos necessários para a otimização do uso das soluções em TI em todos os *campi*. O PDTI deve ser atualizado anualmente, tornando o documento dinâmico e interativo, adaptando-se às mudanças de cenários e às novas necessidades.

### 6.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição.

Quadro 39 – Atividades do Comitê Gestor de TI e sua composição.

Cargo	Função	Atribuições
Reitor	Presidente	Alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos da Universidade.
Vice-Reitor	Membro	Definir a priorização de projetos da Universidade; estabelecer as políticas e diretrizes da área de TI; promover e estimular o desenvolvimento de TI internamente.
Pró-Reitor	Membros	Propor dotação orçamentária para a área de informática.
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação	Membro	Estabelecer um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para a Universidade.

**6.3.3 Descrição dos principais sistemas de informação da UNIFAP, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

Quadro 40 – Relação dos principais sistemas

Sistema	Objetivo	Funcionalidade	Responsável Técnico	Responsável da área de negócio
SIPAC	Oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UNIFAP.	Integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente.	NTI	PROAD, PROPLAN, PROGRAD, PROGEP, PROPESPG, PROCRI, PROEAC
SIGRH	Informatiza os procedimentos de recursos humanos	Marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros.	NTI	PROGEP
SIGAA	Informatiza os procedimentos da área acadêmica	Graduação, pós-graduação ( <i>stricto e lato sensu</i> ), submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino à distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.	NTI	PROGRAD e PROPESPG
SIGAdmin	É a área de administração e gestão dos sistemas integrados SIPAC, SIGRH e SIGAA.	Usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades.	NTI	NTI

Sistema Integrado de Gestão Universitária (SIGU)	Gestão acadêmica e administrativa da UNIFAP	Graduação, pós-graduação, protocolo, cadastro de servidores, banco de horas, chamados, restaurante universitário, biblioteca.	DDS/NTI	PROAD, PROPLAN, PROGRAD, PROGEP, PROPESPG, PROCRI, PROEAC
EMC Unisphere	Software com a capacidade de gerência do sistema de armazenamento de grande capacidade (storage). Permitindo assim melhor controle na criação, alteração e manutenção de espaço disponível.	Sistema de armazenamento de arquivos embarcados.	DR/NTI	NTI
VMWare Student	Licenças adquiridas para maior capacidade de operacionalização de ambientes virtuais, tornando possível a criação de uma quantidade maior de ambiente virtual.	Sistema de virtualização.	DR/NTI	NTI
Open Journal System – OJS	Melhoramento e correção do sistema de periódicos para uma versão atualizada, objetivando otimização do sistema, bem como aumentando a segurança.	Sistema responsável por gestão do portal de periódicos CAPES.	DR/NTI	PROPESPG
Moodle	Tornar o ambiente mais seguro, com a instalação de sua última versão, além de fornecer recursos novos e otimizados.	Sistema utilizado para criar o ambiente de Sala Virtual da UNIFAP.	NTI	DEAD NTI PROGRAD
Vcenter	Software responsável pela gestão das máquinas virtuais, necessário para a criação de ambientes virtuais.	Sistema de gestão de virtualização.	DR/NTI	NTI



Zimbra 8.0.6	Atualizado para a última versão, proporciona adição de novas funcionalidades, segurança.	Sistema de e-mail.	DR/NTI	NTI
Bacula Backup	Responsável por gerenciar cópias de segurança dos principais dados, dos mais diversos ambientes computacionais, além de garantir seu armazenamento em fitas.	Sistema para automatização de backup.	DR/NTI	NTI
OpenLDAP	Necessário para armazenamento de base de usuários, que poderão se autenticar em diversos ambientes, como rede sem fio, e-mail.	Sistema de gerenciamento de credenciais.	DR/NTI	NTI
FreeRADIUS	É o responsável pela gerência de logins, dando ou negando a permissão nos ambientes onde é implementado.	Sistema de gestão de acessos wi-fi.	DR/NTI	NTI
WordPress	Sistema de blog institucional, atualizado para sua última versão principalmente por razões de segurança.	Sistema de gestão de conteúdo web.	DR/NTI	Assessoria de Comunicação NTI

Fonte: NTI

#### **6.3.4 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.**

No que tange ao plano de capacitação na área de TI, foram ofertados 10 (dez) cursos nas diversas áreas de tecnologia para os servidores do Núcleo de Tecnologia de Informação, conforme a seguir: Desenvolvimento Enterprise com PHP, OpenLDAP Implementando Servidor de Autenticação Centralizada, Linux Security Servers in Cloud, Linux Fundamentals in Cloud, Elaboração do Plano Diretor de TI, Gestão de Contratos de TI, Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, COBIT 5 Foundations: práticas de controle de objetivos para gestão de tecnologia da informação e áreas relacionadas, Planejamento e Projeto de Infraestrutura para Datacenter e Gerência de Redes de Computadores.

#### **6.3.5 Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.**

Quadro 41 – Quantitativo de força de trabalho de TI

<b>Cargo</b>	<b>Numero de servidor</b>
Analista de tecnologia da informação	14
Técnico em tecnologia da informação	10
Técnico em laboratório	01
Assistente em Administração	01
<b>Total</b>	<b>26</b>

### 6.3.6 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Quadro 42 – Descrição dos processos de gerenciamento de TI

Processos	Metodologia
Processo de levantamento de requisito e desenvolvimento de software	Procedimento Operacional Padrão disponível em <a href="http://www2.unifap.br/nti/documentos/pops/dds/">http://www2.unifap.br/nti/documentos/pops/dds/</a>
Processo dos ajustes dos módulos em produção	
Processo de solicitação de relatório pelo banco	
Elaboração e execução de projetos de rede	Procedimento Operacional Padrão disponível em <a href="http://www2.unifap.br/nti/documentos/pops/dr/">http://www2.unifap.br/nti/documentos/pops/dr/</a>
Manutenção de conta de e-mail	
Periódicos CAPES	
Recuperação de arquivos	Procedimento Operacional Padrão disponível em <a href="http://www2.unifap.br/nti/documentos/pops/direcao/">http://www2.unifap.br/nti/documentos/pops/direcao/</a>
Aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação - TI	
Atendimento ao usuário	
Recebimento de documentos - secretaria	Procedimento Operacional Padrão disponível em <a href="http://www2.unifap.br/nti/documentos/pops/dms/">http://www2.unifap.br/nti/documentos/pops/dms/</a>
Desfazimento de equipamentos de tecnologia da informação	
Suporte ao usuário realizado pela DMS	
Elaboração de especificação técnica de materiais permanentes e de consumo de TI	
Programa institucional de retorno de suprimentos de impressão	
Perícia de equipamentos de TI adquiridos pela UNIFAP	

Quadro 43 – Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Serviço	Medida
Sustentação e customização dos Sistemas Integrados de Gestão (SIPAC/SIGRH/SIGAA)	Transferência de conhecimento e qualificação profissional dos servidores do NTI previsto no cronograma do contrato de implantação dos Sistemas SIG

**6.3.7 Informações sobre sistemas computacionais que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da unidade jurisdicionada, contemplando:**

a) Relação dos sistemas e a função de cada um deles;

Quadro 44 – Relação dos sistemas e a função

Sistema	Função	Alinhamento PDI
SIPAC	Integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente.	
SIGRH	Marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros.	- Intensificar o acesso da tecnologia da informação;
SIGAA	Graduação, pós-graduação ( <i>stricto e lato sensu</i> ), submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino à distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.	- Implementar política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional; - Aprimorar os processos gerenciais e operacionais; - Reduzir custos operacionais.
SIGAdmin	Usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades.	
Sistema Integrado de Gestão Universitária (SIGU)	Responsável pela gestão acadêmica, protocolo, cadastro de servidores, banco de horas, chamados, restaurante universitário, biblioteca.	

EMC Unisphere	Software com a capacidade de gerência do sistema de armazenamento de grande capacidade (storage).  Permitindo assim melhor controle na criação, alteração e manutenção de espaço disponível.	- Intensificar o acesso à tecnologia da informação;  - Reduzir custos operacionais.
VMWare Student	Licenças adquiridas para maior capacidade de operacionalização de ambientes virtuais, tornando possível a criação de uma quantidade maior de ambiente virtual.	
Open Journal System – OJS	Melhoramento e correção do sistema de periódicos para uma versão atualizada, objetivando otimização do sistema bem como aumentando a segurança.	- Fortalecer ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão sob a perspectiva interdisciplinar;
Moodle	Tornar o ambiente mais seguro, com a instalação de sua última versão, além de fornecer novos recursos novos e otimizados.	- Promover a modernização e ampliação da estrutura tecnológica.
Vcenter	Software responsável pela gestão das máquinas virtuais, necessário para a criação de ambientes virtuais.	- Intensificar o acesso à tecnologia da informação;  - Reduzir custos operacionais.
Zimbra 8.0.6	Atualizado para a última versão, proporciona adição de novas funcionalidades, segurança.	- Intensificar o acesso à tecnologia da informação;  - Reduzir custos operacionais;  - Implementar política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional.
Bacula Backup	Responsável por gerenciar cópias de segurança dos principais dados, dos mais diversos ambientes computacionais, além de garantir seu armazenamento em fitas.	- Intensificar o acesso à tecnologia da informação;  - Aprimorar os processos gerenciais e

OpenLDAP	Necessário para armazenamento de base de usuários, que poderão se autenticar em diversos ambientes, como rede sem fio, e-mail.	operacionais; - Reduzir os custos operacionais.
FreeRADIUS	É o responsável pela gerência de logins, dando ou negando a permissão nos ambientes onde é implementado.	
WordPress	Sistema de blog institucional, atualizado para sua última versão principalmente por razões de segurança.	- Fortalecer ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão sob a perspectiva interdisciplinar; - Promover a modernização e ampliação da estrutura tecnológica; - Implementar política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional.

b) Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas;

Quadro 45 – Eventuais necessidades inclusas no PDTI 2016-2020

<b>Sistema/Funcionalidade</b>	<b>Justificativa</b>
Gestão Livre de Parque Computacional – GLPI	O sistema permitirá a comunicação entre os setores demandantes de serviços de TI e o NTI. O sistema emitirá relatórios para auxiliar nas tarefas de gestão.
Sistema Livre de Inventário de Software e Computadores – OCS	Inventariar o hardware e software dos equipamentos utilizados na rede UNIFAPNET, a fim de manter informações consolidadas para subsidiar planejamento vindouro
Contrato com empresa especializada em Sustentação e customização dos Sistemas Integrados de Gestão (SIPAC/SIGRH/SIGAA)	Apoiar a Divisão de Desenvolvimento de Sistemas na sustentação e manutenção evolutiva dos Sistemas Integrados de Gestão – SIG

Owncloud	Apoiar as tarefas administrativas com solução de armazenamento em nuvem privada, com possibilidade de acesso externo e compartilhamento de arquivos entre usuários.
Aperfeiçoamento da solução de e-mail corporativo	Visa melhorar a experiência dos usuários do serviço de e-mail oferecido pelo NTI.
Implantação de Solução de modelagem UML	Apoiar a Divisão de Desenvolvimento de Sistemas.
Sistema de gerenciamento de parque de impressão e respectivos suprimentos	Apoiar a gestão dos periféricos destinados à impressão de informações, a fim de subsidiar a escalabilidade de sua oferta nos campi, bem como dimensionamento correto de seus suprimentos.
Implantar Solução de Telefonia de Voz sobre IP	Medida visa diminuir custos com telefonia, utilizando a infraestrutura existente de redes para conexão de aparelhos telefônicos IP e possibilitará a integração das telefonias dos diversos campi desta Ifes.
Implantação de Modelo de Interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-PING) e Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (E-MAG) nos sítios governamentais	Lei N.º 13.146, de 6 de Julho de 2015 (eMAG); Decreto N.º 7.724, de 16 de Maio de 2012; Portaria n.º 92 de 24 de dezembro de 2014 (e-Ping).
Implantação de ferramenta de gerenciamento sob a metodologia SCRUM	Apoiar a Divisão de Desenvolvimento de Sistemas.
Implantação Ferramenta Gerenciado de Banco de Dados Toad Data Modeler (TDM)	O Toad Data Modeler permite aos desenvolvedores, DBAs e projetistas criar, manter e documentar projetos de banco de dados de qualidade e estruturas em mais de 20 plataformas diferentes.

c) relação dos contratos que vigeram no exercício de referência do relatório de gestão, incluindo a descrição de seus objetos, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência.

Quadro 46 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2015
			CNPJ	Denominação		
Contrato 004/2014	Licenciamento e Prestação de serviços técnicos de tecnologia da informação para atender às demandas referentes à implantação e sustentação dos sistemas SIG	17/03/2015 a 31/12/2016	13.406.686/0001-67	SIG Software & Consultoria em Tecnologia da Informação LTDA	2.788.850,00	514.651,97
003/2015	Contratação de empresa prestadora de serviços de conectividade para ampliação da infraestrutura de redes de telecomunicações.	18/03/2015 a 18/03/2016	16.909.810/0001-03	José M. Barroso de Almeida Junior Eireli – EPP	837.107,00	184.904,11



## 6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A UNIFAP, no ano de 2014, elaborou o Projeto de Desenvolvimento de Ações de Sustentabilidade e Racionalização de Gastos, como política de gestão visando desenvolver práticas de sustentabilidade no âmbito da Instituição. O projeto tem como referência a Instrução Normativa n.º 10, de 12 de novembro de 2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG, que estabelece regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS como ferramentas de planejamento que permitem ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública tratados no artigo 16, do Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012 e ainda, o Projeto Esplanada Sustentável – PES, instituído em 08 de junho de 2012, através da Portaria Interministerial n.º 244, de 06 de junho de 2012, cuja finalidade é integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

Ademais, ações de sustentabilidade já estão sendo executadas pela UNIFAP, como: a aquisição de papéis para impressão oriundos da reciclagem; a utilização de ilhas de impressão, bem como a configuração para impressão da frente e verso do papel; e o uso de lixeiras seletivas. Outra ação implementada, mesmo que em alguns departamentos, é a adoção de copos/canecas para o uso diário dos servidores, descartando e/ou reduzindo, dessa forma, a utilização de copos descartáveis.

Objetivando fomentar na discussão sobre a sustentabilidade ambiental, mais especificamente voltado à agenda A3P, a UNIFAP, no final de 2015, realizou uma capacitação para seus servidores de Gestão Ambiental e Sustentabilidade na Administração Pública.

Há em vigor um contrato para coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde do grupo A (risco biológico), Grupo B (resíduos químicos), Grupo D (resíduos comuns) e Grupo E (perfuro cortante). O lixo comum é coletado pela Prefeitura Municipal de Macapá, a qual não possui programa de coleta seletiva.

Nas contratações realizadas pela unidade jurisdicionada, utilizam-se os critérios de sustentabilidade elencados na Instrução Normativa n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em que se enfatizam os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).

Tendo em vista a reestruturação administrativas em algumas pró-reitorias e a ampliação do quadro técnico-administrativo, somando-se à experiência do Projeto de Desenvolvimento de Ações de Sustentabilidade e Racionalização de Gastos, a UNIFAP inicia a discussão do Plano de Logística Sustentável (PLS), visando atender o art. 16 do Decreto n.º 7.746/2012.

## 7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 47 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 015.650/2011-1	Acórdão 1626 de 27/06/2012, reiterado pelo Acórdão 1409 de 10.06.2015	Peça 23 9.1.2		Of. 417/2015 de 26/06/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
<p><b>9.1.2</b> Verificar a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando ainda se cabível, o previsto no art. 133 da Lei 8112/90.</p> <p><b>9.1.2.1</b> Na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, fundamentar a decisão, anexando no respectivo processo e documentação comprobatória e indicar expressamente o responsável pela medida adotada.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas					1710
Síntese da Providência Adotada					
<p><b>Síntese das providências adotadas para o 9.1.2 da Peça 23</b></p> <p><b>1- CPF ***.802.952-**:</b> atuou na UNIFAP como professora Substituta (temporária) com carga horária de 40h semanais de 2009 a 2011. Porém, cumpriu seu contrato e foi desvinculada da instituição.</p> <p><b>2- Matrícula SIAPE 1011076:</b> servidora pertencente ao quadro de pessoal desta IFES, no cargo de Pedagoga, com carga horária de 40h semanais. A informação do GEA por meio do Ofício 2950/2015-GEA, tenciona que a</p>					

servidora não possui vínculo efetivo com aquele ente.

**3- Matrícula SIAPE 0041557:** servidor efetivo ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais desta instituição com carga horária de 40h semanais e professor do GEA com 20h semanais confirmado por meio de documentos emitidos por aquele ente, havendo compatibilidade de horário, portanto a acumulação é legal.

**4- Matrícula SIAPE 1652095:** atuou como servidor desta IFES no cargo de Físico, com carga horária de 40h semanais acumulava com o cargo de professor do GEA 40h semanais, notificado a fazer opção por um dos cargos não o fez. Foi submetido a Processo Administrativo Disciplinar em razão da ilegalidade, cujo julgamento final gerou a penalidade de demissão, o que pode ser comprovado pela Portaria n.º 1500, de 20.10.2014

**5- Matrícula SIAPE 1686570:** restou comprovado que a servidora possui jornada de trabalho incompatível, caracterizada pelo vínculo com o Governo do Estado do Amapá. A mesma, foi notificada mas não se manifestou. A PROGEP solicitou abertura de Processo Administrativo Disciplinar, sob n.º 23125.005638/2015-11.

**6- Matrícula SIAPE 1452464:** a servidora pertence ao quadro efetivo desta IFES, ocupa o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais, com carga horária de 40h semanais ao mesmo tempo em que pertence ao quadro efetivo do GEA, no cargo de Professora Classe D, com 40h semanais. Verificou-se a acumulação ilegal de cargos, a PROGEP notificou a servidora que apresentou Declaração da Escola Estadual Cecília Pinto onde informa que o regime cumprido pela técnica é de 20h semanais. Entretanto, o Governo do Amapá informou pelo Ofício n.º 2950/2015 que o seu regime é de 40h semanais. Foi exigido que a mesma fizesse opção por um dos cargos, porém esta não o efetivou. A sua Chefia imediata nesta IFES (COEG) declarou que o seu horário em outra entidade não gera prejuízo de suas atividades.

**7- Matrícula SIAPE 1127826:** a servidora pertence ao quadro efetivo desta IFES, ocupa o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais, com carga horária de 40h semanais ao mesmo tempo em que pertence ao quadro efetivo do GEA, no cargo de Professora Classe D, com 40h semanais. A servidora apresentou na PROGEP Declaração do Centro de Educação Profissional de Música Walkíria Lima, na qual informa que esta atua na escola em regime de 20h, bem como anexou o seu contracheque referente ao mês de agosto/2015, onde também consta em seus vencimentos carga horária de 20h.

**8- CPF \*\*\*.287.412-\*\* :** a servidora atuou nesta Universidade Federal do Amapá como Professora Substituta (Temporária) no período de 01/10/2003 a 30/07/2005, com carga horária de 20h semanais e 22/06/2009 a 01/05/2011, com carga horária de 40h semanais. Porém, cumpriu seu contrato e foi desvinculada da Instituição.

**9- Matrícula SIAPE 1009978:** a servidora pertence ao quadro desta IFES, ocupou o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, aposentou em 2011, por meio da Portaria 394, de 28/04/2011.

**10- Matrícula SIAPE 0051788:** o servidor atuou na instituição como Técnico em Assuntos Educacionais do quadro efetivo, aposentado em 04/05/2015, quando efetivo do quadro desta IFES, também era servidor do GEA, no cargo de Professora Classe D, com carga horária de 20h. Foi aberto PAD em que se conformou a legalidade da acumulação (PAD n.º 23125.004433/2014-37).

**11- CPF \*\*\*.413.552-\*\*:** a servidora atuou nesta Universidade Federal do Amapá como Professora Substituta no período de 12/08/2010 a 12/08/2012, com carga horária de 40h semanais. Porém, cumpriu seu contrato e foi desvinculada da instituição.

**12- Matrícula SIAPE 1126834:** a servidora pertence ao quadro efetivo desta IFES, ocupa o cargo de Administrador, com carga horária de 40h semanais e, segundo informações do Governo do Estado do Amapá, a servidora não possui vínculo empregatício com aquele ente.

**13- Matrícula SIAPE 2697393:** o servidor pertence ao quadro efetivo desta IFES, ocupa o cargo de Professor

do Magistério Superior, com carga horária de 40h semanais com dedicação Exclusiva, ao mesmo tempo em que pertence ao quadro efetivo do GEA, no cargo de Professor Classe D, com 40h semanais. Verificou-se a acumulação ilegal de cargos e esta PROGEP realizou a notificação do servidor, o qual apresentou o protocolo de exoneração do cargo no GEA, datado de 30/07/2013. Entretanto, o Governo do Amapá informou pelo Ofício n.º 2950/2015 que ainda possui vínculo e o seu regime é de 40h semanais.

**14- Matrícula SIAPE 2722662:** a servidora pertence ao quadro efetivo desta IFES, ocupa o cargo de Professor do Magistério Superior, com carga horária de 40h semanais com dedicação Exclusiva, ao mesmo tempo em que pertence ao quadro efetivo do GEA, no cargo de Professor Classe D, com 40h semanais. Verificou-se a acumulação ilegal de cargos e esta PROGEP realizou a notificação da servidora, a qual apresentou justificativa quanto à acumulação, porém não apresentou protocolo de exoneração do cargo. A referida justificativa encontra-se na Corregedoria desta IFES para as providências necessárias à instauração, acompanhamento e orientações da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, em rito sumário, com vistas a apurar a possível acumulação ilegal de cargos públicos atribuídos à interessada.

**15- Matrícula SIAPE 1555958:** o servidor pertence ao quadro de ativos desta IFES, ocupa o cargo de Técnico em Laboratório Área, com carga horária de 40h semanais e ao mesmo tempo em que é servidor efetivo do GEA, ocupante do cargo de Professor Classe D, com carga horária de 20h semanais.

**9.1.2.1:** Ofício 767/2015 enviado ao TCU em 04/11/2015 com os dados contidos em CD (encaminha resposta do item 9.1.2.1/ peça 23).

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Os casos contidos na peça estão considerados equacionados perante a Administração Pública Federal.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Demora de manifestação por parte dos servidores envolvidos.

Quadro 48 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício (1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 015.454/2014-2 -Plenário	Acórdão 100/2015 TCU - itens 9.1 e 9.2 Acórdão 2589/2015 (ref Acórdão 100/2015; item 9.1 subitens	itens 9.1 e 9.2		Ofício 028/2015-TCU/SECEX-TO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710

## Descrição da Deliberação

### Item 9.1

**Subitem 9.1.1**– Foi elaborado o Plano Tático referente ao exercício de 2015, no qual constaram as atividades e programas que foram executadas no referido ano, bem como suas funções estratégicas. Sendo que em 2016 será elaborado novo Plano Tático, dando continuidade às atividades e planejamento iniciados em 2015.

**Subitem 9.1.2**- Não foi possível realizar o mapeamento de competências gerenciais conforme foi previsto no Plano de Ação referente ao Acórdão n.º 100/2015 – TCU, em razão do período da greve dos técnicos-administrativos, que impossibilitou a capacitação de gestores no período estipulado. No entanto, foi implantado o sistema SIGRH, que possibilitou o início dos trabalhos de dimensionamento e mapeamento de competências.

**Subitem 9.1.3**- Considerando o que foi estabelecido no Plano de Ação referente ao Acórdão n.º 100/2015 – TCU, esta PROGEP já teve o módulo de capacitação homologado. No entanto, o banco de talentos ainda está em fase de desenvolvimento.

**Subitem 9.1.4**- Considerando o Plano de Ação referente ao Acórdão n.º 100/2015 – TCU, no qual estabelecemos o prazo até julho de 2016 para que o módulo de avaliação de desempenho do Sistema SIGRH esteja em pleno funcionamento, informamos que o módulo está em fase de criação para que sejam adotadas as medidas que assegurem que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam identificadas quando da avaliação de desempenho.

**Subitem 9.1.5**- Não foram publicadas orientações internas pertinentes à natureza e escalão hierárquico da função, vigorando a indicação para os cargos gerenciais.

**Subitem 9.1.6**- Adotar medidas que assegurem que sejam:

**9.1.6.1** - Conforme o Plano de Ação referente ao Acórdão n.º 100/2015 – TCU, a comissão de dimensionamento foi criada sob a portaria n.º 399/2015 – UNIFAP, e realizou o planejamento para executar as atividades que desencadearão o dimensionamento da força de trabalho dos servidores.

**9.1.6.2** - – Esta medida será executada a partir dos resultados da comissão de dimensionamento, prazo até maio de 2016, Conforme o Plano de Ação referente ao Acórdão n.º 100/2015 – TCU .

**9.1.6.3** - Esta medida será executada a partir dos resultados da comissão de dimensionamento, prazo até junho de 2016, Conforme o Plano de Ação referente ao Acórdão n.º 100/2015 – TCU.

**Subitem 9.1.7**- Não foi possível implantar a gestão por competência em razão da ausência de instruções definitivas de Gestão de Competência, que estão sob o encargo do Ministério do Planejamento. No entanto, considerando o trabalho de dimensionamento, parte dos estudos para a implantação de gestão por competência já tiveram início, com prazo para sua efetivação até o final do ano de 2016.

### Item 9.2

Determinar à Unifap, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe ao TCU, no prazo de cento e vinte dias, a contar do recebimento da comunicação, Plano de Ação que contenha o cronograma de adoção, ainda que parcial, das medidas necessárias à implementação das recomendações acima, indicando prazos e responsáveis, bem como justificativas a respeito de recomendações que não venham a ser integralmente implementadas;

## Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação

Código  
SIORG

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	1710
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
<b>Item 9.1</b>	
<b>Justificativa das recomendações por constatação:</b>	
<p><b>9.1.1</b> – Não foi elaborado o Plano que assegure a definição de objetivos, indicadores e metas para área de gestão de pessoas, visto que a Pró-reitoria foi instituída no segundo semestre de 2013 e ainda está se estruturando em termos de pessoal, ferramentas tecnológicas e condições físicas.</p> <p><b>9.1.2</b> – Não foi possível realizar o mapeamento de competências gerenciais em razão da ausência de profissionais capacitados para identificar essas habilidades;</p> <p><b>9.1.3</b> – Não foi criado o banco de talentos, pois esta PROGEP não possui ferramentas apropriadas para identificar as competências gerenciais e consolidá-las.</p> <p><b>9.1.4</b> – Não foram adotadas medidas que assegurem que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam identificadas quando da avaliação de desempenho, pois o sistema de avaliação é isolado e não possui ligação com o processo de capacitação nesta IFES, sendo esta identificada pelas demandas dos setores.</p> <p><b>9.1.5</b> - Não foram publicadas orientações internas pertinentes à natureza e escalão hierárquico da função, vigorando a indicação para os cargos gerenciais;</p> <p><b>9.1.6.1</b> – Não foram realizadas medidas para levantar periodicamente a dimensão da força de trabalho por falta de ferramenta e equipe de trabalho que pudessem auxiliar nesta atividade;</p> <p><b>9.1.6.2</b> – Considerando o não atendimento do item 9.1.6.1, não foi possível adotar esta medida;</p> <p><b>9.1.6.3</b> - Considerando o não atendimento do item 9.1.6.1, não foi possível adotar esta medida;</p> <p><b>9.1.6.4</b> - Não foi possível implantar a gestão por competência em razão da ausência de profissionais capacitados para identificar essas habilidades e de ferramentas tecnológicas apropriadas;</p>	
<b>Item 9.2</b>	
Enviado ao TCU o plano de ação/cronograma, por meio do Ofício n.º 504, de 27 de julho de 2015.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Nada a declarar.	

Quadro 49 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício (2)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 015.650/2011-1	Acórdão 1626 de 27/06/2012, reiterado pelo Acórdão 1409 de 10.06. 2015-TCU Plenário	Peça 36 Subitem 9.1.3		Of. 417/2015 de 26/06/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
<p><b>Subitem 9.1.3:</b> Instaurar, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo administrativo para concessão de contraditório e ampla defesa aos servidores apontados na peça 36, relativamente aos indícios de declarações falsas/omissas (Subitem 9.1.3 segundo o TCU foi parcialmente cumprido), ficando pendente a peça 36 que corresponde aos servidores com matrícula SIAPE: 1751901, 1009823, 1696277, 2362331.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas					1710
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p><b>Justificativa para o não cumprimento do Subitem 9.1.3 da Peça 36</b></p> <p>A PROGEP notificou os servidores matrículas SIAPE 1009823, 1751901, 1696277 e CPF:***.881.794-*** para apresentarem manifestação quanto aos indícios de declarações falsas. Porém, não houve a manifestação a cerca de tais indícios em tempo hábil. Por não ter sido atendida, a PROGEP solicitou abertura de PAD em desfavor dos referidos servidores.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a declarar					

## 7.2 Tratamento de determinações do Órgão de Controle Interno

Quadro 50 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório n.º: 201503661 (Prestação de Contas. Exercício 2014)		Ofício n.º 19.735/2015-CGU-Regional/AP, de 24. 08.2015; Ofício n.º 21.371/2015, de 14 de setembro de 2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
<p><b>Constatação 03</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Estabelecer em normativa previsão com vista a assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (estratégia 12.7 da meta 12 da Lei n.º. 13.005/2014).</p> <p><b>Constatação 04</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Implantar controle institucional para consolidação e integração das informações e acompanhamento das ações e atividades dos docentes relacionados ao ensino, pesquisa e extensão.</p> <p><b>Constatação 07 - OS 201410533</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Notificar a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF bem como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj acerca do vínculo, em regime de dedicação exclusiva, do Professor ***.812.722-** com a Universidade Federal do Amapá a fim de que essas instituições tomem as providências que considerarem cabíveis.</p> <p><b>Constatação 08</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Criar normas internas estabelecendo atribuições e responsabilidades dos agentes responsáveis pelo registro dos atos de pessoal.</p> <p><b>Constatação 09</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Estabelecer a estrutura de pessoal, procedimentos e recursos tecnológicos necessários para cadastramento, atualização e monitoramento de todos os processos disciplinares e de sindicância da Unidade no sistema CGUPAD, visando atender aos requisitos da Portaria CGU n.º 1043/2007, substituindo, também, o Auditor Interno da função de administrador do sistema CGU-PAD, por outro servidor responsável.</p> <p><b>Constatação 12</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Melhorar os controles internos e de gestão por meio de:</p>			



- a) elaboração de escalas de trabalho com sua divulgação em local de acesso ao público em geral;
- b) implantação ou aperfeiçoamento dos meios para controle de ponto, de modo que se permita verificar, para aqueles que realizam jornada reduzida de trabalho, se eles estão dispensando o intervalo para as refeições; e c) rotina de autorizar nominal e individualmente, em documento, os servidores em regime flexibilizado.

**Constatação: 13**

**Recomendação:** Criar rotina de análise dos sistemas internos da Unifap, a fim de apurar se os docentes cedidos permanecem indevidamente com atribuições na IFES cedente.

**Constatação: 16**

**Recomendação:** Estabelecer em normativo interno o regramento para remoção dos servidores da Unifap.

**Providências Adotadas**

**Setor Responsável pela Implementação**

**Código SIORG**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas  
Corregedoria

1710

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese das recomendações por constatação:**

**Constatações 03**

Os cursos de graduação da UNIFAP já realizam diversas atividades de extensão, porém ainda não têm um mapeamento de quais e como essas atividades poderiam ser incluídas para atender aos 10% previstos na Estratégia 12.7 (PNE). Considera-se que este é um ponto de partida para se instituir um processo de ajuste curricular de creditação da extensão nos cursos de graduação da UNIFAP e que irá contribuir para a elaboração de uma minuta de Resolução para normatizar essa demanda.

**Constatações 04**

Está em fase de implantação um novo sistema de gestão acadêmica - SIG e tem como previsão o mês de maio/2016 para a sua efetivação. Esse sistema possibilitará acompanhar e avaliar as atividades dos docentes, por meio da página de portal público, que permitirá a qualquer interessado ter acesso às informações.

**Constatação 07**

A PROGEP notificou a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE-UENF, as comprovações foram enviadas à CGU, por meio do Ofício nº 596/2015-REITORIA/UNIFAP, de 11. 09. 2015.

**Constatações 08**

Para regulamentar as atribuições e responsabilidades dos agentes responsáveis pelo registro dos atos de pessoal está sendo finalizada a elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), informado à CGU por meio do Ofício 869/2015-REITORIA/UNIFAP, de 19/11/2015, em CD.

**Constatações 09**

A Corregedoria foi instituída na estrutura organizacional da Universidade Federal do Amapá, por meio da Resolução N.º 016/2015/CONSU-UNIFAP e a Comissão Permanente de PAD e Sindicância (Resolução n.º 1336/2015, de 24/08/2015). A UNIFAP enviou à CGU por meio do Ofício 869/2015- REITORIA/UNIFAP, de 19/11/2015, com as informações e comprovações em CD.

**Constatação 12**

Foram enviados à CGU cópia das portarias individualizadas, folhas de pontos e escala de trabalho, por meio do

Ofício 869/2015-REITORIA/UNIFAP, de 19/11/2015 em CD.

**Constatação 13**

Foi publicada a Ordem de serviço 01/2015 – PROGEP, que determina que o servidor cedido seja, totalmente, afastado de suas atribuições nesta IFES, enviado à CGU, Ofício 869/2015-REITORIA/UNIFAP, de 19/11/2015, com as informações e comprovações em CD.

**Constatação 16**

Foi instituída a RESOLUÇÃO N.º 017/2015 – CONSU/IUNIFAP que regulamenta a remoção dos servidores da Unifap, enviada à CGU por meio do Ofício 869/2015-REITORIA/UNIFAP, de 19/11/2015 em CD.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Nada a declarar.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Nada a declarar.

Quadro 51 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório nº: 201503661 (Prestação de Contas. Exercício 2014)		Ofício nº 19.735/2015-CGU-Regional/AP, de 24.08.2015; Ofício nº 21.371/2015, de 14 de setembro de 2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
<p><b>Constatação 01</b>  <b>Recomendação:</b> Prover as necessidades de pessoal por parte da AUDINT de modo a propiciar a adequação de seu quadro às competências que lhe são inerentes.</p> <p><b>Constatação 14</b>  <b>Recomendação:</b> Apurar a responsabilidade dos servidores que, conforme cruzamento do SIAPE X CNPJ, aparentam descumprir o regime de dedicação exclusiva. Caso se conclua pelo descumprimento do regime, proceder aos ressarcimentos ao erário.</p>			

#### **Constatação 15**

**Recomendação 1:** Apurar a responsabilidade dos servidores que, conforme cruzamento do SIAPE X RAIS, aparentam descumprir o regime de dedicação exclusiva. Caso se conclua pelo descumprimento do regime, proceder aos ressarcimentos ao erário.

**Recomendação 2:** Criar normativo interno, ou documento que lhe faça as vezes, instituindo a entrega de declarações pelos servidores de acumulação ou não acumulação de cargos, empregos e funções públicas, conforme o caso. A comprovação da acumulação deve ser feita pelo servidor em sazonalidade determinada pela Unifap (anualmente, p. ex.) mediante: i) Declaração de acumulação atestada pela chefia imediata e pelo diretor da unidade ou órgão; ii) Documento atualizado fornecido pelo órgão onde exerce a atividade, comprovando: cargo, emprego ou função, data de admissão e horário semanal; e iii) Descrição de atividades. Em igual sazonalidade, deverão ser convocados os servidores para entregar/preencher declaração de não acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

#### **Constatação 24** do Relatório 201503661

**Recomendação :** Apurar responsabilidade do docente \*\*\*.812.722-\*\* por ausentar-se do serviço para realizar outra atividade sem prévia autorização dos órgãos competentes, aparentando descumprir o regime de dedicação exclusiva. Em caso se conclua pelo descumprimento do regime, proceder ao ressarcimento ao erário.

#### **Constatação 28**

**Recomendação:** Providenciar a instalação das plataformas elevatórias para pessoas com mobilidade reduzida no Bloco de Letras e no prédio do curso de Medicina, em observância das disposições contidas no Decreto Federal n.º 5296/2004.

#### **Constatação 29**

**Recomendação1:** Implantar sistema informatizado de apoio à gestão do patrimônio imobiliário que permita, dentre outras, o controle individual dos imóveis, das obras, das manutenções, depreciações e a verificação do vencimento da validade das avaliações dos imóveis.

**Recomendação 2:** Normatizar os procedimentos operacionais relativos à gestão de imóveis e atualizar o regimento geral no que se refere às atribuições de cada setor envolvido no processo, visando assegurar que cada um desempenhe adequadamente suas atribuições e que o fluxo de informações sobre eventos que possam afetar o patrimônio imobiliário da Unifap (obras, reformas, avaliações, depreciações, etc.) ocorra de forma tempestiva.

#### **Constatação 30**

**Recomendação 1:** Esclarecer junto à CCONT/STN como serão realizados os registros das depreciações dos bens imóveis de uso especial da Unifap, considerando o teor da Portaria Conjunta/STN/SPU n° 703/2014 e tendo em vista que cada campus da Universidade corresponde a apenas um imóvel cadastrado no Spiunet, mas agregam várias edificações, cada uma com atributos próprios (tempo de uso, tecnologias construtivas empregadas, condições de conservação, etc.).

**Recomendação 2:** Atualizar os dados de todos os imóveis de uso especial sob a responsabilidade da Unifap registrados no Spiunet e assegurar que os valores correspondentes sejam atualizados no Siafi.

**Recomendação 3:** Cadastrar no Spiunet os seguintes imóveis: a) Calçoene/AP: Lote urbano n° 46 com área de 10.000m², sendo 100 metros de frente, 100 metros de fundo, 100 metros de lado direito e 100 metros de lado esquerdo. b) Tartarugalzinho/AP: Edificação em alvenaria, com 205,02 m². Possuindo 5 ambientes.

#### **Constatação31**

**Recomendação:** Implantar sistema informatizado que disponha das seguintes funcionalidades: a) Registro do arquivo técnico da edificação. b) Cadastro das edificações. c) Cadastro dos contratos. d) Cadastro de garantias contratuais. e) Cadastro dos fiscais do contrato. f) Registro de planos ou programas de manutenção (corretiva e preventiva); g) Controle de chamado (inclusão de peças, insumos necessários ao reparo, análise e aprovação do chamado). h) Registro dos serviços de manutenção realizados. i) Registro do custo dos serviços de manutenção. j) Registro dos responsáveis pelos serviços. k) Controle de almoxarifado/movimentação estoque (requisição,

autorização de materiais).

**Constatação 33**

**Recomendação:** Adotar medidas com vistas à elaboração e aprovação de planos de combate a incêndio para os prédios sob sua responsabilidade e de acordo com a ABNT NBR 15219:2005.

**Constatação 43**

**Recomendação:** Elaborar normativo que discipline as atividades operacionais do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Urbano n.º 46 com área de 10.000m², sendo 100 metros de frente, 100 metros de fundo, 100 metros de lado direito e 100 metros de lado esquerdo. b) Tartarugalzinho/AP: Edificação em alvenaria, com 205,02 m². Possuindo 5 ambientes.

**Providências Adotadas**

**Setor Responsável pela Implementação**

**Código SIORG**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas  
Pró-Reitoria de Administração  
Pró-Reitoria de Extensão  
Assessoria Especial de Engenharia

1710

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

**Justificativa das recomendações por constatação:**

**Constatação 01**

Houve a reestruturação da equipe, comunicado à CGU em 18/09/2015 por meio do ofício 614/2015 - REITORIA. Porém, os 02 auditores selecionados por concurso público, no dia 29. 11. 2015 serão empossados no dia 22/02/2016, quando a recomendação será plenamente atendida. Diante desse fato, a CGU atribuiu o prazo de até 12/03/2016 para o devido cumprimento.

**Constatação 14**

A Reitoria solicitou dilação de prazo para o final do mês de abril/2016 à CGU, por meio do Ofício 081/2016-Reitoria/UNIFAP, de 11/02/2016, a fim de equacionar a demanda.

**Constatação 15**

**1:** Foram instaurados PAD para os servidores que aparentam descumprir a Dedicção Exclusiva.

desta IFES.

**2:** Ordem de Serviço nº 002/2015, de 18/11/2015. Institui a entrega anual de declarações de acumulação ou não acumulação de cargos, empregos e funções públicas pelos servidores.

**Constatação 24** do Relatório 201503661

A PROGEP solicitou a abertura do Processo n.º 23125.001718/2015-05 (PAD SUMÁRIO); para apurar a responsabilidade do docente.

**Constatação 28**

A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 20/02/2016.

**Constatação 29**

**1:** A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 20/02/2016.

<p>2: A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 18/08/2016</p> <p><b>Constatação 30</b></p> <p>1: A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 18/08/2016</p> <p>2: A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 18/08/2016</p> <p>3: A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 20/02/2016.</p> <p><b>Constatação 31</b></p> <p>A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 20/02/2016.</p> <p><b>Constatação 33</b></p> <p>A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 18/08/2016</p> <p><b>Constatação 43</b></p> <p>A recomendação tem prazo para atendimento até o dia 18/08/2016</p>
<p><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b></p>
<p>Nada a declarar</p>

Quadro 52 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	SA 201411185/03-CGU; esta SA decorreu do Relatório 001/2014 realizado pela Auditoria Interna - UNIFAP		Ofício 3393/2014, de 22/12/2014; SA 201411185/03-CGU; Email da Luciana Salgado CGU, de 05/11/2014, referente a SA 201411185/03
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
<b>Constatação 02</b>			
<b>Recomendação:</b> Elaborar o Plano de Providência.			

**Constatação 03**

**Recomendação:** Adotar os procedimentos necessários para normatizar os lançamentos da referida rubrica, em concordância com a legislação vigente.

**Constatação 21**

**Recomendação:** Averiguar o excesso de horas, bem como a divergência nas informações e apuração dos fatos da servidora matrícula SIAPE n.º 2422475.

**Constatação 23**

**Recomendação:** Averiguar os fatos e a criação de meios e procedimentos com o objetivo de bloquear e/ou minimizar os erros de lançamento em duplicidade de valores de cursos e concursos (servidor matricula SIAPE N.º: 1528408).

**Constatação 24**

**Recomendação:** Averiguar os fatos e a criação de meios e procedimentos com o objetivo de bloquear e/ou minimizar os erros de lançamento de cursos e concursos (servidora matricula SIAPE N.º: 1541701).

**Constatação 25**

**Recomendação:** Apurar o lançamento feito ao servidor matrícula 2414430, bem como a criação de procedimentos visando à facilidade, homogeneidade, controle e segurança nas informações.

**Constatação 28**

**Recomendação:** Existem processos que são iniciados em um determinado ano ( servidora matricula SIAPE N.º: 2901999 e que se estende para o ano seguinte, com etapas executadas em ambos os períodos, a AUDINT ressalta a necessidade da criação de procedimentos e mecanismo de controles para uniformizar os lançamentos no banco de horas, das horas trabalhadas, e os respectivos pagamentos.

**Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

1710

**Síntese da Providência Adotada****Síntese das recomendações por constatação:****Constatação 02**

Foi atendido em 13/01/2015, enviado a AUDINT por meio do Memo. 015/2015. A Vice-Reitoria enviou o PPP 2015 à CGU no dia 17. 04. 2015, por meio, do ofício n.º 297/2015-REITORIA/UNIFAP, de 17. 04. 2015.

**Constatação 03**

Os processos de incentivo à qualificação estão respeitando a ordem de emissão de portaria, homologação e lançamento em folha. Medidas adotadas a partir do mês de outubro de 2014.

**Constatação 21**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: comprovação feita através das fichas financeiras da servidora dos anos 2012 e 2013, declarações de execução das atividades realizadas, documentos de solicitação e autorização dos devidos pagamentos.

**Constatação 23**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: o processo 23125.000286/2013-45 foi encontrado, o que respalda o pagamento para o servidor em questão. Anexados o relatório de banco de horas, ficha financeira e declaração de execução de atividades.

**Constatação 24**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: o processo 23125.000286/2013-45 foi encontrado, o que respalda o pagamento para o servidor em questão. Anexados o relatório de banco de horas, ficha financeira e declaração de execução de atividades.

**Constatação 25**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: o processo 23125.000286/2013-45 foi encontrado, o que respalda o pagamento para o servidor em questão. Anexados o relatório de banco de horas, ficha financeira e declaração de execução de atividades.

**Constatação 28**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: os valores apontados pela auditoria foram comprovados pelos processos 23125.001488/2014-95 e 23125.001838/2014-13, atualização de horas já realizada no banco de horas. Anexado o relatório de banco de horas, cópias de autorização de pagamentos e declaração de execução de atividades.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Nada a declarar

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Nada a declarar

Quadro 53 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
7	SA 201411185/03-CGU; esta SA decorreu do Relatório 001/2014 realizado pela Auditoria Interna - UNIFAP		Ofício 3393/2014, de 22/12/2014; SA 201411185/03-CGU; Email da Luciana Salgado CGU, de 05/11/2014, referente a SA 201411185/03
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	
<b>Descrição da Recomendação</b>	
<p><b>Constatação 04</b>  <b>Recomendação:</b> Analisar e apurar os casos relatados (SIAPE nº: 1650741; 2042053; 2878839; 1596160; 2041951; 2024724; 2044740) e que os erros sejam corrigidos. E ainda, que proceda a padronização dos cálculos, bem como treinamento dos servidores responsáveis, evitando assim a propagação do problema.</p> <p><b>Constatação 05</b>  <b>Recomendação:</b> Disponibilizar na pasta funcional do servidor, cópia do documento comprobatório da concessão do Incentivo à Qualificação, mesmo que o processo seja arquivado separadamente, como vem ocorrendo.</p> <p><b>Constatação 06</b>  <b>Recomendação:</b> Disponibilizar na pasta do servidor, portaria e memória de cálculo. E que este procedimento seja adotado nos casos vindouros, tornando o processo mais transparente e acessível.</p> <p><b>Constatação 07</b>  <b>Recomendação:</b> Disponibilizar na pasta do servidor matrícula SIAPE N°1127828, portaria e memória de cálculo. E que este procedimento seja adotado nos casos vindouros, tornando o processo mais transparente e acessível.</p> <p><b>Constatação 08</b>  <b>Recomendação:</b> Que o processo seja analisado dessa nova ótica e que a unidade responsável proceda às devidas apurações.</p> <p><b>Constatação 09</b>  <b>Recomendação:</b> Apurar imediatamente os fatos referentes a matrícula SIAPE nº: 1126190 e a criação de medidas visando o bloqueio de erros futuros.</p> <p><b>Constatação 10</b>  <b>Recomendação:</b> Apurar imediatamente os fatos referentes à matrícula SIAPE nº: 1126907e a devolução ao erário do valor pago indevidamente, caso seja comprovado o dolo. E também, que a comissão responsável pela condução do PAD acima citado, seja informada dos fatos.</p> <p><b>Constatação 11</b>  <b>Recomendação:</b> Disponibilizar na pasta do servidor matrícula SIAPE nº: 1652137 a memória de cálculo. E que este procedimento seja adotado nos casos vindouros, tornando o processo mais transparente e acessível.</p> <p><b>Constatação 12</b>  <b>Recomendação:</b> Disponibilizados na pasta do servidor matrícula SIAPE n.º: 0041556 a memória de cálculo. E que este procedimento seja adotado nos casos vindouros, tornando o processo mais transparente e acessível.</p> <p><b>Constatação 13</b>  <b>Recomendação:</b> Disponibilizar na pasta do servidor matrícula SIAPE nº: 1127821 a memória de cálculo. E que este procedimento seja adotado nos casos vindouros, tornando o processo mais transparente e acessível.</p> <p><b>Constatação 14</b>  <b>Recomendação:</b> Analisar minuciosamente o processo 23125.000270/2011-71, em que o declarante da carga horária é o próprio solicitante (servidores matrícula SIAPE n.º: 1546302, 1546634 e 1545662). E ainda, disponibilizar na pasta funcional os certificados dos respectivos servidores, bem como a adoção de procedimentos com o objetivo de padronizar as ações e corrigir futuros desvios.</p>	



**Constatação 15**

**Recomendação:** Recalcular os valores pagos, a anexação dos documentos na pasta funcional do servidor matrícula SIAPE n.º: 1509480, bem como a criação de mecanismos de controle para evitar que a mesma fique desprovida de tal documento. Tendo em vista que o servidor tem prazo para apresentá-lo.

**Constatação 16**

**Recomendação:** Recalcular os valores pagos, a anexação dos documentos na pasta funcional do servidor matrícula SIAPE n.º: 1866397, bem como a criação de mecanismos de controle para evitar que a mesma fique desprovida de tal documento. Tendo em vista que o servidor tem prazo para apresentá-lo.

**Constatação 17**

**Recomendação:** Recalcular os valores pagos, a anexação dos documentos à pasta funcional do servidor matrícula SIAPE n.º1467398, bem como a criação de mecanismos de controle para evitar que a mesma fique desprovida de tal documento. Tendo em vista que o servidor tem prazo para apresentá-lo.

**Constatação 18**

**Recomendação:** Anexar os documentos na pasta funcional dos servidores que comprovem a legalidade do pagamento da Retribuição por Titulação, bem como a criação de mecanismos de controle para evitar que a mesma fique desprovida de tal documento. Tendo em vista que o servidor tem prazo para apresentá-lo. Em relação ao servidor matrícula SIAPE n.º1169509, que não teve seu processo localizado, que seja apurada, urgentemente, tal situação e informada a esta auditoria interna.

**Constatação 19**

**Recomendação:** Adotar meios para que horas trabalhadas da servidora matrícula SIAPE n.º: 2300446, no ano de 2012, sejam controladas.

**Constatação 20**

**Recomendação:** Identificar o autor do lançamento no sistema referente à rubrica de Curso e Concurso para o servidor matrícula SIAPE n.º: 2768306. Bem como o processo que o originou a existência do pagamento.

**Constatação 22**

**Recomendação:** Proceder à devolução do valor pago a servidora matrícula SIAPE n.º: 2422475, de forma improcedente e apurar a responsabilidade.

**Constatação 26**

**Recomendação:** Há processos que são iniciados em um determinado ano (SIAPE nº 1752275) e estende-se para o ano seguinte. Criar procedimentos para uniformizar os lançamentos e controles.

**Constatação 27**

**Recomendação:** Há processos que são iniciados em um determinado ano (SIAPE nº 1432793) e estende-se para o ano seguinte. Criar procedimentos para uniformizar os lançamentos e controles.

**Constatação 29**

**Recomendação:** Apurar de forma individualizada os lançamentos que foram objetos de auditoria e improcedentes para bloquear sua reincidência.

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

1710

## Justificativa para o seu não Cumprimento

### Justificativa das recomendações por constatação:

#### Constatação 04

Os casos foram analisados pela PROGEP e recalculados, porém esta recomendação está parcialmente atendida em razão dos casos que estão para providências de devolução de recursos ao erário e de alguns outros em que os processos não foram localizados.

#### Constatação 05

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: dos 21 servidores listados na relação 15 tiveram os processos localizados com os devidos comprovantes de titulação e encaminhado ao setor de arquivo para procedimentos recomendados, no entanto, 6 não foram localizados até a data do referido documento.

#### Constatação 06

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: os cálculos foram refeitos e, a diferença apurada, encaminhada ao setor competente para procedimentos de apuração de responsabilidade e devolução ao erário. Ainda pendente.

#### Constatação 07

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: os cálculos foram refeitos e, a diferença apurada, encaminhada ao setor competente para procedimentos de devolução ao erário.

#### Constatação 08

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: encaminhado para unidade responsável para as apurações devidas.

#### Constatação 09

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: encaminhado ao setor competente para procedimentos de devolução ao erário

#### Constatação 10

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: anexado ao processo a ficha financeira e comprovante contendo o CPF do servidor que efetuou o lançamento indevido, para apuração de responsabilidade e procedimento de devolução ao erário.

#### Constatação 11

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: anexado ao processo a planilha de revisão de cálculos para posterior encaminhamento ao setor competente para procedimentos de devolução ao erário.

#### Constatação 05

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: anexado ao processo 23125.000587/2005-69 a planilha de revisão de cálculos para posterior encaminhamento ao setor competente para procedimentos de devolução ao erário.

#### Constatação 13

**Recomendação:** Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: anexado ao processo a planilha de revisão de cálculos para posterior encaminhamento ao setor competente para procedimentos de devolução ao erário.

#### Constatação 14

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: constatada a ausência, os processos foram encaminhados para o setor competente para juntada os certificados correspondentes.

#### Constatação 15

**Recomendação:** Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015 : a portaria 2038/2013 foi revogada pela portaria 135/2015 e substituída pela portaria 139/2015, os cálculos foram refeitos e apurada a diferença a pagar para a

servidora, a revisão de cálculos foi anexada ao processo 23125.001522/2013-41, para inclusão no módulo de exercício anterior.

**Constatação 16**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: planilha de cálculo anexa ao processo 23125.000684/2014-42. Devido às alterações ocorridas no processo por meio da nota técnica 33/2014 - CGNOR/DENOP/SEGEP/MP o pagamento dos valores calculados foram parcialmente bloqueados. O servidor será notificado para apresentação da titulação em prazo determinado.

**Constatação 17**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015 : planilha de cálculo anexa ao processo 23125.004475/2013-97. A servidora será notificada para apresentação da titulação em prazo determinado.

**Constatação 18**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: encaminhado ao setor de arquivo para atendimento das recomendações da auditoria interna.

**Constatação 19**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015. A PROGEP informou que se trata de ato de gestão, porém até o momento não foi comprovada a sua execução.

**Constatação 20**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: não foi localizado o processo que justifique o pagamento da rubrica, encaminhada a documentação para que seja apurada a responsabilidade pelos lançamentos indevidos e procedimento de devolução ao erário.

**Constatação 22**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015: foi confirmado que o valor apontado pela AUDINT foi lançado em duplicidade para o servidor em questão. Diante do exposto, verificou-se que não houve a devolução do valor, será dado encaminhamento do comprovante contendo o CPF da servidora que efetuou o lançamento para apuração de responsabilidade e demais procedimentos de devolução ao erário.

**Constatação 26**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015. A PROGEP informou que se trata de ato de gestão, porém até o momento não foi comprovada a sua execução.

**Constatação 27**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015. A PROGEP informou que se trata de ato de gestão, porém até o momento não foi comprovada a sua execução.

**Constatação 29**

Memo. 347/2015 - PROGEP de 09/12/2015. A PROGEP informou que se trata de ato de gestão, porém até o momento não foi comprovada a sua execução.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Nada a declarar

Quadro 54 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório de Auditoria- CGU 201505864		S.A 201505864
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
<p><b>Constatação 1.2.1.2</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Cancelar os empenhos realizados em nome da empresa MHA Engenharia LTDA. CNPJ nº 47.283.189/0001-30, e realizar o empenho da despesa referente ao Contrato nº 007/2015 em nome do Consórcio MHA/DPJ, CNPJ nº 21.794.780/0001-69.</p> <p><b>Constatação 1.2.1.2</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Efetuar, quando devidos, os pagamentos do Consórcio MHA/DPJ, mediante a apresentação das faturas/notas fiscais, emitidas individualmente pelas empresas que o constituem, e realizar as retenções tributárias conforme a legislação vigente.</p> <p><b>Constatação 1.2.1.2</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Concluir a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 027/2015 (Proc. Nº 23125.003633/2013-91) que visa à contratação de empresa especializada em seguro contra acidentes pessoais, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médicas e hospitalares para alunos regularmente matriculados na Fundação Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			1710
Síntese da Providência Adotada			
<p><b>Respostas das recomendações por constatação:</b></p> <p><b>Constatação 1.2.1.2</b> Os empenhos realizados em nome da Empresa MHA Engenharia LTDA foram cancelados e a despesa foi empenhada em nome do Consórcio PJ, CNPJ Nº 21.974.780/0001-69, conforme informado pela UNIFAP por meio Ofício nº 166/2015-PROAD/UNIFAP, de 17/12/2015.</p> <p><b>Constatação 1.2.1.2</b> Os empenhos realizados em nome da Empresa MHA Engenharia LTDA foram cancelados e a despesa foi</p>			

empenhada em nome do Consórcio PJ, CNPJ Nº 21.974.780/0001-69, conforme informado pela UNIFAP por meio Ofício nº 166/2015-PROAD/UNIFAP, de 17/12/2015.

**Constatação 1.2.1.2**

A licitação gerou o Contrato de n.º 014/2015.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Nada a declarar

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Nada a declarar

Quadro 55 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório de Auditoria- CGU 201505864		SA 201505864
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
<p><b>Constatação 1.2.1.2</b>  <b>Recomendação:</b> Implementar controle dos prazos dos contratos de serviços de natureza continuada, a fim de possibilitar o planejamento e a adoção tempestiva de procedimentos administrativos para prorrogação ou nova contratação, conforme o caso.</p> <p><b>Constatação 1.2.1.2</b>  <b>Recomendação:</b> Aprimorar o cadastro de fornecedores para que contenha, no mínimo, informações cadastrais básicas das empresas, tais como: o CNPJ, razão social e responsáveis: identificação do interlocutor. B) Endereço, telefone, e-mail: onde e como encontrar (canais de comunicação). C) Ramos de atividades: o Porquê do contato (assunto).</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			1710
Justificativa para o seu não Cumprimento			

**Justificativa das recomendações por constatação:****Constatação 1.2.1.2**

Esta recomendação foi enviada à PROAD para implementação até o dia 19/02/2016.

**Constatação 1.2.1.2**

Esta recomendação foi enviada à PROAD para implementação até o dia 19/02/2016.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Nada a declarar

## Quadro 56 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa		Código SIORG	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ		1710	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201410533/09 de 05/12/2014- CGU reiterada através do ofício 2.662/2015 de 05/02/2015		2.662/2015 de 05/02/2015 - CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ		1710	
Descrição da Recomendação			
<p><b>Constatação 01</b>  <b>Recomendação:</b> Estabelecer mediante aprovação do seu colegiado superior competente, as áreas com características específicas que poderão adotar o regime de 40 horas semanais de trabalho.</p> <p><b>Constatação 02</b>  <b>Recomendação:</b> Estabelecer em regulamento os limites mínimos e máximos de carga horária de aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas as naturezas e a diversidade de encargos.</p> <p><b>Constatação 03</b>  <b>Recomendação:</b> Apurar responsabilidade do docente ***812.722-** por ausentar-se do serviço sem prévia autorização dos órgãos competentes.</p> <p><b>Constatação 05</b>  <b>Recomendação:</b> Sejam sanadas as 10 inconsistências pendentes e, enviar documentação comprobatória à CGU por meio do Sistema Trilhas de Pessoal.</p> <p><b>Constatação 06</b>  <b>Recomendação:</b> Recomenda-se à Auditoria Interna da UNIFAP maior empenho e compromisso na execução de suas atribuições, de forma a possibilitar o efetivo cumprimento das atividades de auditoria interna e capacitação</p>			

planejadas e previstas em seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT.

**Constatação 07**

**Recomendação:** Recomenda-se à UNIFAP prover as necessidades de pessoal por parte da AUDINT de modo a propiciar a adequação do seu quadro às competências que lhes são inerentes.

**Constatação 08**

**Recomendação:** Alteração do PAINT 2014, para adequá-lo à capacidade operacional.

**Providências Adotadas**

**Setor Responsável pela Implementação**

**Código SIORG**

REITORIA

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Auditoria Interna

1710

**Síntese da Providência Adotada**

**Síntese das recomendações por constatação:**

**Constatação 01**

Resolução nº 08/2015, substituída pela Resolução 021/2015 (Regulamenta Regime de 40 horas semanais sem DE) enviada à CGU por meio do ofício n.º 331/2015, de 05/05/2015.

**Constatação 02**

Resolução nº 07/2015, substituída pela Resolução 020/2015 - PAID enviada à CGU por meio do ofício n.º 331/2015, de 05/05/2015.

**Constatação 03**

Foi aberto Processo Administrativo Disciplinar sob o número 23125001718/2015-05 (resposta pelo ofício 596/2015, de 11/09/2015 - PAD SUMÁRIO).

**Constatação 04**

A Universidade Estadual do Norte Fluminense foi notificada, pela PROGEP, no dia 18/08/2015 (Ofício n.º 197/2015-PROGEP/UNIFAP), a tomar as providências cabíveis.

**Constatação 05**

Of. 19.763/2015 - CGU - Regional/AP de 24/08/2015 (Relatório de auditoria com parecer conclusivo do objeto auditado) menciona que "as ocorrências foram sanadas, não restando, portanto, desconformidades / irregularidades".

**Constatação 06**

O PAINT foi concluído com conteúdo para ser atendido em sua totalidade no exercício de 2015.

**Constatação 07**

OS 201410533 - constatação 07 (Foi informado à CGU por meio do ofício nº 614/2015-REITORIA/UNIFAP, de 18. 09. 2015 sobre a realização do concurso para 02 auditores e a posse prevista para 2016).

**Constatação 08**

Conforme Of. 060/2015 de 23/01/2015 - quanto ao PAINT 2014, este não sofreu nenhuma alteração, no entanto,

na gestão atual a Auditoria Interna construiu o PAINT/2015, buscando abarcar em grande medida as lacunas verificadas no PAINT anterior, levando em consideração as recomendações sugeridas pela CGU.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Nada a declarar

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Nada a declarar

Quadro 57 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201410533/09 de 05/12/2014- CGU reiterada através do ofício 2.662/2015 de 05/02/2015		2.662/2015 de 05/02/2015 - CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
<p><b>Constatação 01</b>  <b>Recomendação:</b> Estabelecer, em normativo, previsão com vistas a assegurar, no mínimo 10%, do total de créditos curriculares exigidos para graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente para áreas de grande pertinência social (estratégia 12.7 da meta 12 da Lei nº. 13.005/2014).</p> <p><b>Constatação 02</b>  <b>Recomendação:</b> 2) - Instruir os docentes quanto a adequada distribuição de carga horária e correto preenchimento do PAID (p.ex. criar um manual de instrução de preenchimento de PAID resumo dos principais dispositivos legais a serem observados. (5 - Fragilidade no acompanhamento das atividades dos docentes relacionados ao ensino, pesquisa e extensão e inexistência de controle institucionalizado para consolidação e integração das informações; 6 - Ausência de políticas, diretrizes e de critérios para estabelecimento da distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes na graduação, pós-graduação "<i>latu sensu</i>" pós-graduação "<i>stricto sensu</i>"; 8 - Descumprimento da carga horária mínima de 8 horas semanais de aulas em desacordo com o art. 10 da Portaria n.º 475/87 do MEC e art. 57 da Lei n.º 9.394/96).</p> <p><b>Constatação 03</b>  <b>Recomendação:</b> Instituição de indicadores de desempenho referentes ao ensino, pesquisa e extensão.</p>			



**Constatação 04**

**Recomendação:** Recomenda a tomada de providência quanto ao contrato de seguro contra acidentes pessoais vigentes, para que não sejam prejudicadas as atividades no curso de Medicina e o estágio pela Unifap.

**Constatação 05**

**Recomendação:** (1) - Implantar controle institucional para consolidação e integração das informações e acompanhamento das ações e atividades dos docentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão; (2) - Após a implantação do sistema que consolide e integre as informações dos docentes, promover o acesso público ao sistema criado e fazer ampla divulgação da ferramenta na página eletrônica da Unifap.

**Providências Adotadas****Setor Responsável pela Implementação****Código SIORG**

Reitoria  
Pró-Reitoria de Graduação  
Pró-Reitoria de Administração

1710

**Justificativa para o seu não Cumprimento****Justificativa das recomendações por constatação:****Constatação 01**

Os cursos de graduação da UNIFAP já realizam diversas atividades de extensão, porém ainda, não têm um mapeamento de quais e como essas atividades poderiam ser incluídas de modo a atender aos 10% previsto na Estratégia 12.7 (PNE). Considera-se que este é um ponto de partida para se instituir um processo de ajuste curricular de creditação da extensão nos cursos de graduação da UNIFAP o irá contribuir para a elaboração de uma minuta de Resolução para normatizar essa demanda.

**Constatação 02**

Foi instituída a Resolução 020/2015 que atribui maior controle sobre o preenchimento do PAID e realizado seminário para orientações quanto ao seu preenchimento. Além disso, na implantação do SIGAA será aprimorado o cruzamento de dados de ensino, pesquisa e extensão.

**Constatação 03**

3-Institucionalização do "Unifap em Números" com início Ano-Base 2013 (dados gerais, unidades acadêmicas, ensino, pesquisa, extensão, biblioteca, pessoal, infraestrutura, indicadores TCU); Ano-Base 2014 (está em construção); Componentes dos Indicadores do TCU (2009-2013); Séries Históricas TCU (2004-2013); Concedido o prazo para atendimento até 05/06/2015 (Of. 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27/03/2015).

**Constatação 04**

Foi contratado seguro para todos os alunos matriculados na IFES. Concedido o prazo para atendimento até 06/05/2015 (Of. 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27/03/2015).

**Constatação 05**

Resolução n.º 020/2015 (Regulamenta o preenchimento do PAID). A AUDINT, no dia 28/12/2015 enviou à PROGRAD, o memo. 137/2015 solicitando as providências e respostas com as comprovações para envio à CGU. Por meio do despacho anexado ao Memo. 137/2015 - AUDINT, de 28/12/2015, a COEG informou que a Resolução 020/2015 traz elementos para um controle mais efetivo sobre a atuação docente; que fez reunião com a comunidade acadêmica para divulgação do novo dispositivo; que considera que esse dispositivo possibilitará um controle com maior rigidez à atuação docente; e, que o PAID será preenchido no SIG que está sendo adaptado para tal.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências**

<b>pelo Gestor</b>
Nada a declarar

### 7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Quadro 58 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
63	0	0	0	0	0	0	0	0

\* Especificar razões

Fonte: PROGEP/folha de pagamento

**Obs.:** No ano de 2015 houve instauração de 63 processos de reposição ao erário, nenhum desses foi instaurada Tomada de Conta Especial, até o momento.

### 7.4 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da lei 8.666/1993

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada – Órgão 26286 – Unidade Gestora – 154215 – Gestão 15278 é realizada no Departamento Financeiro pela contadora responsável da UNIFAP.

Os procedimentos para realizar a conformidade contábil são os seguintes descritos abaixo:

- São verificados os registros das liquidações dos processos realizados pela equipe da Divisão de Contabilidade – DICON e os pagamentos executados pela Divisão de Execução Financeira – DEF;
- São verificados os registros no >diário no Sistema SIAFI;
- São verificados diariamente os auditores da transação CONDESAUD;
- Após os registros de liquidação e pagamento são solicitadas os ajustes ou correções das ocorrências. (Ex. OB cancelada, regularização das Guias de Recolhimento da União – GRU) e outros.

As ressalvas/restrições dadas na conformidade contábil durante o exercício de 2015 a seguir:

315- FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO – 6 vezes  
642 - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZAZO - 11 vezes  
643 - FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL – 11 vezes  
674 - SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE - 2 vezes

701 - OUTROS – DESPESAS – 1 vez

737 - UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR – 1 vez

771 - DEMAIS INCOERENCIAS - DEM.FLUXOS CAIXA (DFC) – 1 vez

772 -DEMAIS INCOERENCIAS - DDR – 2 vezes

Com a exceção da restrição 643 - FALTA/EVOL.INCOMPATÍVEL AMORTIZAÇÃO ATIVO INTANGÍVEL, todas as ressalvas foram sanadas dentro do exercício de 2015.

A restrição 643 FALTA/EVOL.INCOMPATÍVEL AMORTIZAÇÃO ATIVO INTANGÍVEL, não foi sanada no exercício de 2015 tendo em vista a atualização dos dados patrimoniais pelo setor competente.

Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

## 7.5 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 59 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2032/20RK	20.000,00	4.973,10
Legal	2032/20RK	311.845,51	248.214,01
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional

Observação: As despesas com publicidade legal apresentou um volume alto em virtude de reconhecimento de dívida no valor de R\$ 94.845,51 (noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

## **8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após um ano de trabalho árduo, pode-se dizer que a Universidade cumpriu com sua missão institucional, principalmente se considerarmos as limitações dos recursos orçamentários e os resultados alcançados durante o exercício de 2015.

Os créditos orçamentários destinados às despesas de investimentos e outras despesas correntes totalizaram o montante de R\$ 91.477.321,00 (noventa e um milhões quatrocentos e setenta e sete mil trezentos e vinte e um reais); porém, em virtude do contingenciamento aplicado pelo Ministério da Educação, o valor da cota de limite liberada foi de apenas R\$ 46.612.138,16 (quarenta e seis milhões seiscentos e doze mil cento e trinta e oito reais e dezesseis centavos), correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do crédito orçamentário. Essa redução trouxe impacto negativo na gestão das demandas desta IFES, comprometendo a expansão e implementação de novos programas/projetos.

Mas, apesar do contingenciamento de recursos, destacamos alguns avanços entre os indicadores, comparando os exercícios de 2014 e 2015, revelando que: o Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente diminuiu; o Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente aumentou; o Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU aumentou; o Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente diminuiu; o Grau de Participação Estudantil (GPE) aumentou; o Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) aumentou; o Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação aumentou; o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) aumentou; a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) aumentou.

Vale ressaltar que os indicadores acima mencionados representam uma pequena amostra dos resultados alcançados durante o exercício de 2015.



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA
ÓRGÃO SUPERIOR	26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>2.004.192,30</b>	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>156.138.929,68</b>	-
<b>Ordinárias</b>	<b>30.739,12</b>	-	<b>Ordinárias</b>	<b>27.873.046,35</b>	-
<b>Vinculadas</b>	<b>1.973.453,18</b>	-	<b>Vinculadas</b>	<b>128.265.883,33</b>	-
Educação	586.145,42	-	Educação	101.556.823,16	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	16.734.592,46	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.387.307,76	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.073.658,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.900.809,71	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>143.024.079,56</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>2.012.965,65</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	126.945.121,74	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	126.945.121,74	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	-	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	16.078.957,82	-	Independentes da Execução Orçamentária	2.012.965,65	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	15.210.973,56	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.396.081,11	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	867.984,26	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	616.884,54	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>29.208.683,59</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>17.260.334,18</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	157.276,59	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	30.357,85	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	29.025.876,56	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.204.445,89	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.530,44	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.530,44	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ORGAO SUPERIOR 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos					
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>3.984.091,31</b>		- <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>2.808.817,25</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.984.091,31		- Caixa e Equivalentes de Caixa	2.808.817,25	-
<b>TOTAL</b>	<b>178.221.046,76</b>		- <b>TOTAL</b>	<b>178.221.046,76</b>	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ORGAO SUPERIOR 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.197.820,00</b>	<b>1.197.820,00</b>	<b>2.004.192,30</b>	<b>806.372,30</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>285.500,00</b>	<b>285.500,00</b>	<b>329.323,50</b>	<b>43.823,50</b>
Receitas Imobiliárias	137.400,00	137.400,00	92.650,16	-44.749,84
Receitas de Valores Mobiliários	148.100,00	148.100,00	236.673,34	88.573,34
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>912.320,00</b>	<b>912.320,00</b>	<b>1.057.983,84</b>	<b>145.663,84</b>
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	<b>616.884,96</b>	<b>616.884,96</b>
Multas e Juros de Mora	-	-	0,42	0,42
Indenizações e Restituições	-	-	616.884,54	616.884,54
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ORGAO SUPERIOR 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>1.197.820,00</b>	<b>1.197.820,00</b>	<b>2.004.192,30</b>	<b>806.372,30</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.197.820,00</b>	<b>1.197.820,00</b>	<b>2.004.192,30</b>	<b>806.372,30</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>154.134.737,38</b>	<b>154.134.737,38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.197.820,00</b>	<b>1.197.820,00</b>	<b>156.138.929,68</b>	<b>154.941.109,68</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	<b>1.366.000,00</b>	<b>1.366.000,00</b>	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.366.000,00	1.366.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ORGAO SUPERIOR 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>130.079.121,00</b>	<b>144.789.912,00</b>	<b>132.322.672,20</b>	<b>122.741.309,39</b>	<b>122.586.032,80</b>	<b>12.467.239,80</b>
Pessoal e Encargos Sociais	84.734.420,00	99.509.211,00	97.635.397,16	97.364.812,95	97.364.812,95	1.873.813,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	45.344.701,00	45.280.701,00	34.687.275,04	25.376.496,44	25.221.219,85	10.593.425,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>44.630.620,00</b>	<b>46.196.620,00</b>	<b>23.816.257,48</b>	<b>4.371.743,73</b>	<b>4.369.743,73</b>	<b>22.380.362,52</b>
Investimentos	44.630.620,00	46.196.620,00	23.816.257,48	4.371.743,73	4.369.743,73	22.380.362,52
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>174.709.741,00</b>	<b>190.986.532,00</b>	<b>156.138.929,68</b>	<b>127.113.053,12</b>	<b>126.955.776,53</b>	<b>34.847.602,32</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>174.709.741,00</b>	<b>190.986.532,00</b>	<b>156.138.929,68</b>	<b>127.113.053,12</b>	<b>126.955.776,53</b>	<b>34.847.602,32</b>
<b>TOTAL</b>	<b>174.709.741,00</b>	<b>190.986.532,00</b>	<b>156.138.929,68</b>	<b>127.113.053,12</b>	<b>126.955.776,53</b>	<b>34.847.602,32</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.846.871,37</b>	<b>6.280.109,16</b>	<b>5.613.644,21</b>	<b>5.612.420,94</b>	<b>282.179,42</b>	<b>2.232.380,17</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.846.871,37	6.280.109,16	5.613.644,21	5.612.420,94	282.179,42	2.232.380,17
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>16.402.012,92</b>	<b>8.298.215,69</b>	<b>11.592.024,95</b>	<b>11.592.024,95</b>	<b>2.091.578,65</b>	<b>11.016.625,01</b>
Investimentos	16.402.012,92	8.298.215,69	11.592.024,95	11.592.024,95	2.091.578,65	11.016.625,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>18.248.884,29</b>	<b>14.578.324,85</b>	<b>17.205.669,16</b>	<b>17.204.445,89</b>	<b>2.373.758,07</b>	<b>13.249.005,18</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>30.357,85</b>	<b>30.357,85</b>	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ÓRGÃO SUPERIOR 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	30.357,85	30.357,85	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>30.357,85</b>	<b>30.357,85</b>	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ORGAO SUPERIOR 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	322.477.077,90	316.207.778,83			
Bens Imóveis	330.401.634,72	322.990.788,60			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.924.556,82	-6.783.009,77			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>782.129,21</b>	<b>231.973,61</b>			
Softwares	782.129,21	231.973,61			
Softwares	782.129,21	231.973,61			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>364.098.131,39</b>	<b>359.618.887,20</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>364.098.131,39</b>	<b>359.618.887,20</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.862.633,02</b>	<b>40.349.477,78</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>43.524.094,61</b>	<b>72.011.309,59</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>361.235.498,37</b>	<b>319.269.409,42</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	<b>-32.827.209,14</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		-	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>320.574.036,78</b>	<b>320.434.786,75</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>22.860.977,85</b>	<b>7.965.004,66</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>29.039.102,04</b>	<b>15.039.553,05</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	22.860.977,85	7.965.004,66	Execução dos Atos Potenciais Passivos	29.039.102,04	15.039.553,05
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.964.161,99	1.834.147,77	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	18.121.030,48	5.355.071,51	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	775.785,38	775.785,38	Obrigações Contratuais a Executar	29.039.102,04	15.039.553,05
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>22.860.977,85</b>	<b>7.965.004,66</b>	<b>TOTAL</b>	<b>29.039.102,04</b>	<b>15.039.553,05</b>



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	-------------------------------------------

EMIÇÃO 14/03/2016	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA
-----------	-------------------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA
----------------	------------------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-9.704.934,32</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-30.956.527,27</b>
Educação	-22.503.302,43
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-1.484.332,00
Operação de Crédito	-278.768,69
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-5.206.162,41
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.483.961,74
<b>TOTAL</b>	<b>-40.661.461,59</b>